

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

ELÍS SARAIVA SANTANA

MEMÓRIA, HISTÓRIA PÚBLICA E LEGITIMAÇÃO DA DITADURA MILITAR EM
VÍDEOS E COMENTÁRIOS NO *YOUTUBE*

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2021

ELÍS SARAIVA SANTANA

**MEMÓRIA, HISTÓRIA PÚBLICA E LEGITIMAÇÃO DA DITADURA MILITAR EM
VÍDEOS E COMENTÁRIOS NO *YOUTUBE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória Cultura e Educação.

Projeto Temático: Memória, Trajetórias Sociais e Processos Ditatoriais na América Latina.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

MARÇO 2021

S223m

Santana, Elís Saraiva.

Memória, história pública e legitimação da ditadura militar em vídeos e comentários no *YouTube*. / Elís Saraiva Santana – Vitória da Conquista, 2021.
120f.

Orientadora: Livia Diana Rocha Magalhães.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência: F. 108-120

1. Ditadura militar. 2. História pública - Memória. 3. História e memória. I. Magalhães, Livia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 321.9

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memory, public history and legitimation of the military dictatorship in videos and comments on *YouTube*.

Palavras-chave em inglês: Memory. Public History. Military Dictatorship.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães (Presidente), Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso (Titular), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (Titular).

Data da Defesa: 31 de março de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIS SARAIVA SANTANA

Memória, história pública e legitimação da ditadura militar em vídeos e comentários no YouTube

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

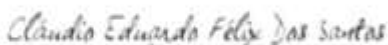
Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 31 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Livia Diana Rocha Magalhães
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Profª. Drª. Lucileide Costa Cardoso
Instituição: UFBA

Ass.: 

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento à pesquisa que permitiu a minha total dedicação a este trabalho.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), pelo espaço cedido e por mais uma vez ser casa para minha trajetória acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade (PPGMLS), pela oportunidade e pelo suporte técnico e acadêmico.

À minha orientadora, Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães, por, mais uma vez, confiar na minha capacidade, pela paciência, conselhos e compreensão ao longo dessa trajetória.

Aos membros avaliadores da banca, Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos e Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso, pelas valiosas contribuições.

Aos meus colegas de turma, especialmente a Luciana, Cristina e Beluzia, pelo convívio e parceria que tornaram o processo mais leve.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Memória das Políticas Educacionais (GHEMPE), pela troca de experiências que em muito contribuíram para a construção desse trabalho.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Memória: linguagem e sociedade (PPGMLS), pela presteza no atendimento, atenção e suporte técnico.

Aos meus pais, Elias e Alice, e aos meus irmãos, Fábio, Ramon, Renan e Rodrigo, por todo o apoio, agora e sempre.

Às minhas crianças, Anaclara, Lara, Yuri, Alícia, Alana e Maísa. Que vocês conheçam dias melhores.

A Cleidy e Fábio, por tantas vezes fazerem o papel de pais.

A Nice e Charles, por terem me acolhido como filha.

A Caio, por tantas vezes ter me levado pela mão e por acreditar na minha capacidade quando eu mesma duvidava. Não teria chegado até aqui sem você.

Aos meus amigos, Hergon, Jéssica, Michele, Brenda e Gizelle, por todo apoio, na academia e na vida, e por me permitirem compreender o significado da palavra amizade.

À Thayse, pela grata surpresa de um reencontro acadêmico, pelo apoio mútuo, e pela descoberta de uma amizade para a vida.

A Leandro, por ter me acolhido nesse momento tão singular. Que seja o início de uma longa e frutífera parceria.

Quem controla o passado
Controla o futuro
Quem controla o presente
Controla o passado

G. Orwell

RESUMO

Nesta pesquisa, analisamos os conteúdos dos vídeos “1964: o Brasil entre armas e livros” (1964, 2019) e um episódio da série “Guia Politicamente Incorreto” (GUIA, 2017), visando discutir os comentários de usuários(as) do *YouTube* acerca dos sentidos sociais e políticos atribuídos à ditadura militar no Brasil. Apesar de suas singularidades, os conteúdos dos dois vídeos, em certa medida, apresentam uma sintonia entre si quando realizam um “revisão ideológico”¹ acerca da ditadura militar, na perspectiva de sua valorização econômica ou quanto à negação da existência de um golpe militar. Empreendemos a discussão à luz de duas categorias-chave: história pública e memória, entendendo que essa articulação permite pensar a relação entre o debate sobre a história e os seus usos políticos. A análise do *corpus* da pesquisa evidenciou que os comentários apoiam os vídeos quando versam sobre os benefícios da ditadura e também quando realizam a crítica à produção historiográfica e educacional, que são consideradas pró-comunistas. Isto é, nos permite interpretar que os conteúdos trabalhados nos vídeos facultam que os(as) usuários(as) se vejam identificados com quadros sociais que ancoram memórias vividas ou recebidas a serviço da apologia ao golpe militar, alicerçando a construção de uma “história pública da ditadura militar” que visa referendar um projeto ultraconservador de sociedade que está em curso no país.

Palavras-chave: memória; história pública; ditadura militar.

¹ Tomamos o termo “revisão ideológico”, de acordo com Napolitano (2015), como uma revisão da história a partir de um ponto de vista e com objetivos exclusivamente políticos, sem vinculação com a historiografia, ligado à extrema direita.

ABSTRACT

In this research, we analyze the contents of the videos “1964: Brazil between guns and books” (1964, 2019) and an episode of the series “Politically Incorrect Guide” (GUIA, 2017), aiming to discuss the comments of YouTube users about the social and political meanings attributed to the military dictatorship in Brazil. Despite their singularities, the contents of the two videos, to a certain extent, are in tune with each other when they carry out an “ideological revisionism” in the perspective about the military dictatorship, either by prizing the economic growth occurred in the period or by denying the existence of a military coup. We undertook the discussion in the light of two key categories: public history and memory, understanding that this articulation allows us to think about the relationship between the debate about history and its political uses. The analysis of the research *corpus* showed that those comments support the contents of the videos when they address the benefits brought by the dictatorship and also when they criticize the historiographical and educational production, which are considered pro-communist. That is, it allows us to interpret that the contents worked on in the videos allow the users to see themselves identified with social frames that anchor memories lived or received in the service of the apology to the military coup, underpinning the construction of a “public history of the military dictatorship”. Which aims to endorse an ultra-conservative society project that is underway in the country.

Keywords: memory, public history; military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
NCPH	<i>National Council for Public History</i>
NEHCI/USP	Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
RBHP	Rede Brasileira de História Pública
STB	Serviço Secreto de inteligência da antiga Tchecoslováquia
URL	<i>Uniform Resource Locator</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comentários nos vídeos referentes à série Guia Politicamente Incorreto	29
Quadro 2 - Comentários nos vídeos 1964: o Brasil entre armas e livros	30
Quadro 3- Comentários e síntese de palavras nos vídeos referentes à série Guia Politicamente Incorreto	31
Quadro 4- Comentários no vídeo 1964: o Brasil entre armas e livros	32
Quadro 5- Classificação dos comentários a partir de temáticas comuns	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O <i>YouTube</i>: fonte de entretenimento e de informação	15
1.2 O Guia Politicamente Incorreto.....	17
1.3 1964: o Brasil entre armas e livros	23
1.4 Comentários nos vídeos e procedimento metodológico	28
2 HISTÓRIA PÚBLICA, MÍDIA E REVISIONISMO: UMA APROXIMAÇÃO REQUERIDA PELO OBJETO.....	35
2.1 História pública	35
2.2 Revisionismo ideológico e negacionismo: apologia a ditadura militar no brasil.....	46
2.2.1 Brasil: um balanço a respeito do revisionismo da ditadura militar	49
2.3 Revisionismo ideológico: uma aproximação às suas abordagens	51
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DO OBJETO E A TEORIA DA MEMÓRIA COMO RECURSO ANALÍTICO.....	57
3.1 Uma aproximação ao debate historiográfico sobre a ditadura no Brasil	57
3.2 Processo de transição e abertura política: uma aproximação em torno dos estudos da memória.....	64
3.3 E as disputas em torno da memória da ditadura continuam: a internet como ferramenta política	68
3.4 Abordagens ao campo da memória: uma revisita para a análise do objeto	72
3.4.1 História e memória: um debate em processo	74
3.4.2 Uso sociopolítico da Memória e disputas pelo sentido passado.....	76
4 DA CONFORMAÇÃO E DO SENTIDO DA DITADURA MILITAR NOS COMENTÁRIOS EM ANÁLISE	81
4.1 Desvalorização do conteúdo aprendido na escola e críticas ao professor de história.....	82
4.2 Anticomunismo e anti-esquerdismo	84
4.3 Negação ou revisionismo ideológico	87
4.4 Do revisionismo, negacionismo e anticomunismo à apologia da ditadura militar ..	89
4.5 A recuperação do sentido da ditadura militar	91
4.6 A memória como elemento de disputa para conformação de um dado sentido da ditadura militar	95
5 CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS	107

REFERÊNCIAS DOS COMENTÁRIOS	115
--	------------

1 INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa, recorreremos aos conteúdos e aos comentários de usuários(as) no *YouTube*² a respeito do documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019) e de um episódio da série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017), visando analisar as abordagens ao tema da ditadura militar no Brasil e como estas são referenciadas ou apropriadas pelos(as) usuários(as) desta plataforma *online* em seus comentários. Nos guiamos pela seguinte pergunta central: quais os sentidos e usos dados ao passado ditatorial recente que foram explorados nesses dois vídeos e referendados por usuários(as) no *YouTube*?

Partimos da suposição que há um “revisionismo ideológico” da ditadura militar com base na negação da historiografia crítica – em seus diversos matizes e que, inclusive, começa a adentrar na escola. E, os sentidos da ditadura militar passam a ser disputados por uma modalidade de história pública ou por uma história para um público que tende a dar sustentação às bases do projeto ultraconservador de sociedade em curso no país.

Esses materiais têm sido publicados e ganhado visibilidade a partir do advento da internet e das tecnologias de comunicação, nos quais, para além da leitura ou visualização desses conteúdos, o leitor/espectador tem a possibilidade de interagir e registrar as suas impressões por meio de comentários em *sites*, *blogs*, redes sociais e interação direta com produtores/autores através dessas mídias sociais.

Essas mídias digitais têm sido utilizadas como espaço privilegiado para a propagação de temas de interesse público de diversas naturezas e, pelo menos desde as eleições de 2006 (CHAIA, 2007), no Brasil, têm se mostrado como um campo para o debate político. Nesse mesmo período, particularmente a partir de 2004, por ocasião dos 40 anos do golpe militar, observamos que o debate acerca da ditadura militar ganhou relevância tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele (TOLEDO, 2004) e, nos últimos anos, tem adquirido centralidade como um elemento de disputa política em um cenário de intensificação dessas disputas e ascensão de grupos conservadores.

Dessa forma, a ditadura militar é explorada em livros, documentários e outras produções que não têm, necessariamente, um vínculo com a produção historiográfica, sendo caracterizados, principalmente, pelo seu apelo político-ideológico e, na internet, o *YouTube* aparece como um espaço privilegiado para a divulgação de materiais dessa natureza.

² Uma primeiríssima aproximação ao tema do *YouTube* e de conteúdos sobre história veiculados nesta plataforma foi empreendida no desenvolvimento de um curso de especialização. Posteriormente, ampliamos nossa visão no curso de mestrado em voga.

Considerando esses aspectos, conforme já anunciamos, elegemos o documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019), da empresa Brasil Paralelo, e o episódio sobre a ditadura militar da série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017) da emissora *History*, tratando-se de um episódio que, a rigor, é intitulado *Ditadura à Brasileira*, ambos disponíveis gratuitamente no *YouTube*, por considerá-los uma importante fonte de estudo, principalmente no que diz respeito a representatividade de seus conteúdos para um determinado público, levando em conta que:

A partir da primeira década do século XXI, as redes sociais de internet, sites privados e a blogosfera como um todo são igualmente importantes na disseminação de perspectivas e opiniões sobre o passado. Espaços também pouco estudados, essas redes virtuais de comunicação têm servido como canais mais ou menos legitimados e influentes para posicionamentos sobre o regime militar brasileiro, ainda que pouco produtivos enquanto debate efetivo. Arrisco dizer que eles têm sido particularmente importantes no revisionismo da extrema direita em sua luta contra a memória crítica, hegemônica e legitimada socialmente sobre o regime militar. (NAPOLITANO, 2015, p. 16).

Em que pese suas singularidades, as duas produções compartilham da mesma visão, qual seja: defendem que, no Brasil do início dos anos de 1960, havia uma ameaça ou acirramento da esquerda para a implementação de um sistema comunista no país, e, desse modo, exigiu-se um golpe militar em defesa do sistema vigente. Há também, nas produções, certa recorrência de afirmações sobre a esquerda (ou os comunistas) que teriam construído uma narrativa a qual, segundo eles, se infiltrou na cultura, na educação e nos meios de comunicação, disseminando uma falsa explicação sobre implementação e ações da ditadura militar no Brasil, sugerindo que este é um período mal compreendido, inclusive do ponto de vista do ensino de história.

Recorreremos ao campo de estudos das teorias da memória, os quais desenvolveremos nos itens 3.3 e 3.4 da terceira seção, como recurso de análise, principalmente da relação entre conteúdos e comentários dos usuários no processo de construções consentidas de determinadas memórias e sua transmissão, possibilitando o diálogo entre questões políticas e sociais que compõem os projetos de sociedade defendidos por determinados grupos (MAGALHÃES, 2014).

Não obstante, nos aproximamos dos estudos da história pública para situar essas produções, considerando que estas estão inseridas em um contexto de crescimento de um nicho editorial específico, a partir dos anos 2000, para atender a uma demanda de consumo

sobre história. Como a internet amplia as possibilidades de comunicação e entretenimento, assim como a produção e divulgação do conhecimento histórico, bem como a história enquanto um produto para consumo, discutimos como essa via possibilita a ampla circulação de produções que têm como base o “revisonismo ideológico” sobre a ditadura militar e acabam tendo um grande impacto e alcance de público, expresso especialmente nos comentários dos(as) usuários(as) no *YouTube*.

O *corpus* da pesquisa foi constituído principalmente do conjunto de comentários de usuários(as) coletados diretamente da caixa de comentários do conjunto de vídeos analisados, onde estão disponíveis publicamente. Procedemos a coleta desses comentários a partir da ferramenta de coleta de dados, *Netlytic*. Essa ferramenta gera uma tabela que contém todos os comentários publicados até o momento da consulta, data e hora de cada publicação e o nome do(a) usuário(a).

O processo de coleta dos comentários ocorreu em dois momentos: primeiro, entre os meses de fevereiro e abril de 2020 e, depois, em janeiro de 2021.

Entre os comentários coletados no conjunto de vídeos referentes às duas produções, selecionamos 434 comentários e abstraímos quatro temáticas centrais para discussão: a desvalorização do saber científico, escolar e do professor de história; negação ou “revisonismo ideológico”; anticomunismo e anti-esquerdismo; e a memória construída acerca da ditadura militar.

A seguir, discutimos o *YouTube* enquanto um importante veículo de entretenimento e informação e apresentamos o *corpus* da pesquisa.

1.1 O *YouTube*: fonte de entretenimento e de informação

O *YouTube* é uma plataforma *online* de compartilhamento de vídeos que agrega conteúdos produzidos por terceiros, não sendo, dessa forma, classificada como uma produtora de conteúdos propriamente dita (BURGESS; GREEN, 2009). Na plataforma, os usuários têm a possibilidades de compartilhar e interagir com vídeos sobre temas diversos e com diferentes níveis de profissionalização. Desde a sua criação, em 2005, o *YouTube* tem crescido e se destacado enquanto um potente veículo de informação, entretenimento e interação social.

A monetização dos conteúdos compartilhados no *site* com a inserção de anúncios em vídeos, a partir de 2007, permitiu que os usuários, a depender do alcance dos seus vídeos, pudessem obter retorno financeiro com a popularidade dos seus materiais:

A monetização, como são popularmente chamados na internet os ganhos possíveis a partir do conteúdo gerado por usuário em plataformas de expressão pessoal como vlogs e blogs, é contabilizada no YouTube, principalmente, pela quantidade de visualizações dos vídeos. (FONSECA, 2017, p. 45)

Essa possibilidade de retorno financeiro pelos vídeos veiculados na plataforma representou mais um estímulo para a sua popularização. E, entre os materiais difundidos no *site*, têm se popularizado canais voltados para divulgação de conteúdo educacional. A qualidade desses conteúdos tem sido uma preocupação que levou a iniciativas para tentar certificar a confiabilidade de vídeos dessa natureza. A própria plataforma criou um canal exclusivo, o *YouTube Edu*, para veiculação de conteúdo educacional voltado para os Ensinos Fundamental e Médio que passam por um processo de curadoria antes da sua divulgação (YOUTUBEEDU, *online*). Outro exemplo é o “Projeto *Sciensevlogs*”, que se apresenta como:

Parcerias entre canais de divulgação científica que consiste em “um **selo de qualidade para divulgadores científicos**, que garante que um vídeo que o contenha esteja veiculando informações científicas sérias, com fontes reconhecidas e representativas do consenso científico e acadêmico atual. (AYROLLA, 2016, grifo original).

Essas iniciativas demonstram que é possível utilizar o *YouTube* como um recurso educativo, de divulgação científica e de informação. Por outro lado, a plataforma também tem sido utilizada para veiculação de conteúdos menos preocupados com a qualidade e veracidade de suas informações. Como ressalta Silveira (2015), a internet é um ambiente ambíguo, onde a facilidade de acesso à informação e interação não necessariamente incentiva o diálogo e a participação política e social, podendo, ao contrário, prevalecer o senso comum. Atualmente, em meio à crise de saúde em escala mundial causada pela pandemia do novo coronavírus, Massarani, Costa e Brotas (2020) demonstram como, no Brasil, as iniciativas voltadas para a divulgação de informações sobre a pandemia pautadas na valorização de estudos científicos no *Youtube* têm convivido com a disseminação de vídeos de cunho negacionista em relação ao vírus.

De modo semelhante, Fontoura (2020), analisando as disputas em tornos das narrativas históricas no *Youtube*, aponta o alcance exponencial de vídeos que apresentam narrativas contestadoras da história acadêmica em detrimento da baixa popularidade das produções veiculadas por institutos públicos ou universitários. Atualmente, com a internet, e

especialmente com o *YouTube*, o debate público sobre história adquire uma nova dimensão, proporcionada pela facilidade de difusão de interpretações do passado. Esse é o foco desse trabalho: entender as abordagens feitas a um determinado processo histórico, visando o alcance de um público bastante amplo e seu processo de construção e recuperação de dadas memórias sociais e coletivas.

1.2 O Guia Politicamente Incorreto

O programa *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017) é uma série televisiva que trata dos mesmos temas abordados no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (NARLOCH, 2009) e é composto por diversos episódios com temas específicos, os quais listamos a seguir:

- a) Afinal, o que é o Brasil?;
- b) Guerrilheiros trapalhões;
- c) Os reis do Brasil;
- d) O mau selvagem;
- e) O pai da aviação;
- f) Brasil Negro;
- g) Ditadura à brasileira;
- h) Brasil com Z.

Todos os episódios foram disponibilizados pela própria emissora, *History*, em seu canal oficial no *Youtube*. Detemo-nos sobre o episódio intitulado *Ditadura à brasileira* (item g), que aborda o período da ditadura militar (1964-1985), e que foi disponibilizado no *site* sob o formato de pequenos episódios em um conjunto de treze vídeos que correspondem ao episódio na íntegra. São eles:

- a) Brasil, 1968;
- b) A liberdade dos anos 60;
- c) E a ameaça comunista?;
- d) A Lei da Anistia;
- e) O país da repressão;

- f) Eles não salvaram a democracia;
- g) Tortura institucional;
- h) O Brasil teve uma ditabranda?;
- f) Milagre econômico?;
- i) A super inflação;
- j) Existe pouca morte?;
- k) Democracia é um privilégio;
- l) Um futuro que nunca chega.

A série foi desenvolvida por um canal televisivo especializado na produção de documentários históricos. O episódio em questão segue o formato de apresentação de depoimentos intercalados, em que os entrevistados expõem suas opiniões, muitas vezes distintas, sobre o tema em questão. Assim como o livro no qual é baseado, a série vale-se de uma roupagem mais lúdica, jovial, com o uso de animações, trilha sonora e frases de efeito. Outro ponto importante e que explicita o público-alvo da produção é a participação do *youtuber* Felipe Castanhari³, como apresentador.

A série, em seu conjunto, por se tratar de um tipo de produção de natureza diferente da produção escrita, guarda algumas aproximações e distanciamentos com a obra da qual deriva. O próprio Leandro Narloch (2017), em entrevista à rádio Jovem Pan, explica que o livro foi fruto de um trabalho individual de interpretação e formulação de opinião a partir da historiografia, enquanto a série conta com outros participantes, alguns deles, inclusive, discordando das proposições do livro. Juliana Ogassawara e Viviane Borges (2019) destacam essa questão, sem deixar de pontuar as aproximações que identificam a ligação entre as obras, para além do título:

Se no livro Narloch cita a historiografia disponível (seja para corroborar seus próprios argumentos, seja para criticá-la quando dela discorda), na série a narrativa é conduzida por outros elementos (artes gráficas e intervenções pretensamente cômicas do *youtuber* e do autor) que eclipsam os depoimentos fragmentados das fontes. No entanto, o tom é similar: sob o selo “politicamente incorreto”, o livro e a série trazem uma visão conservadora sobre a história do Brasil, disseminando preconceitos contra índios e negros, por exemplo, ao desgavetar uma interpretação retrógrada

³ Castanhari é um *youtuber* brasileiro de grande sucesso. Seu canal “Nostalgia” tem, atualmente, cerca de treze milhões de inscritos. A princípio, dedicava-se a fazer vídeos de entretenimento sobre jogos, animações, filmes, entre outros. Atualmente, seu canal aborda também temas da atualidade como política e saúde, além de produzir vídeos sobre História e Ciência, tendo inclusive já abordado o período da ditadura militar no Brasil.

ao representar os colonizadores europeus como paladinos do processo civilizatório nas Américas. (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 49).

Assim como o livro, a série reavivou o debate em torno da interpretação histórica que é difundida por esse tipo de produção. Houve, por exemplo, uma reação por parte de historiadores e escritores que haviam concedido entrevistas ao *Studio Fly* (produtora da série) ao tomarem conhecimento da vinculação do programa ao qual concederam essas entrevistas com o Guia de Leandro Narloch.

Às vésperas da estreia do programa, o escritor Lira Neto publicou uma nota afirmando sentir-se ludibriado pela produtora *Studio Fly*, que, ao contatá-lo para participar de uma série sobre história do Brasil, não especificou que esta seria baseada no livro em questão. O escritor relata ainda que o produtor que colheu sua entrevista pediu que ele respondesse às perguntas como se o seu público fosse o *Homer Simpson* – icônico personagem da animação norte-americana *The Simpsons*, conhecido pela sua baixa capacidade intelectual:

Sinto-me violentado em fazer parte de qualquer produção que recorra à superficialidade e ao polemismo fácil. Neste momento em que se confunde jornalismo com entretenimento, bravata com reflexão, inconsistência com leveza, creio que seja necessário reafirmar o compromisso com a responsabilidade e o rigor da pesquisa histórica. (NETO, 2017).

Além da crítica pública, Lira Neto solicitou o cancelamento da sua participação no programa sendo seguido por outros intelectuais, como Laurentino Gomes e Lilia Schwarcz, que também publicizaram críticas à produtora devido à falta de transparência ao contatá-los, e pediram que suas falas fossem retiradas: “[...] Isto também aconteceu comigo e já pedi para que meu nome seja retirado da série. Faltou transparência na produção. Abs solidário [...]” (GOMES, 2017). Da mesma forma procedeu Lilia Schwarcz:

[...] É uma abordagem sensacionalista. Sou favorável a uma história até aventureira e engraçada, mas não é a minha. É um momento difícil da nossa história [...]. Achei por bem retirar. E eles, muito gentis, aceitaram imediatamente. (SCHWARCZ, 2017).

Para os objetivos da nossa pesquisa, nos detemos na análise do episódio específico sobre a ditadura militar no Brasil intitulado *Ditadura à Brasileira*. Nele, o painel de participantes à primeira vista parece ser bastante diversificado, ao contar com a presença de jornalistas, políticos, escritores, historiadores, entre outros. No entanto, a participação de Ivo Herzog, filho do jornalista morto pelo governo ditatorial, Vladimir Herzog, do chargista

Carlos Latuff e do cineasta Jorge Furtado, funciona como uma espécie de contraponto à narrativa que vai se desenvolvendo no episódio em questão. Como ressaltam Ogassawara e Borges (2019), nesse tipo de produção, os historiadores e outros intelectuais, ou estudiosos do tema, são fontes consultadas, mas o processo de construção do documentário culmina em um produto final que reflete as concepções e objetivos do mediador (da produtora, da direção, etc.).

Essa narrativa fica clara já na abertura do episódio com uma representação que ironiza o que seria a “história oficial” sobre o período: um período sombrio de repressão, tortura, morte e desaparecidos políticos e que, por “sorte”, o Brasil pôde contar com a atuação de guerrilheiros de esquerda que lutaram pela liberdade. A cena é interrompida quando a atriz caracterizada como uma guerrilheira começa a rir e o efeito especial e dramático é bruscamente interrompido, mostrando os atores posicionados no fundo verde (*Chroma Key*). A seguir, aparecem os primeiros participantes: o filósofo Luis Felipe Pondé, o músico Lobão, o historiador Marco Antônio Villa e o cineasta Jorge Furtado. Suas falas são intercaladas e, embora a fala de Jorge Furtado seja no sentido de tentar compreender a questão dentro do seu contexto (numa ditadura militar armada, quais seriam as alternativas para a resistência?), a mensagem dos outros participantes se sobrepõe: os guerrilheiros não lutavam por democracia e queriam uma ditadura comunista, portanto a versão “oficial” é uma mentira, alega-se de forma taxativa. Esse primeiro argumento apresentado é arrematado pela fala de Luis Felipe Pondé, ao afirmar que a esquerda brasileira mente ao dizer que combateu a ditadura em nome da liberdade e que grande parte dos professores de História, por serem de esquerda, também mentem sobre a questão.

No vídeo, os termos “liberdade” e “democracia” parecem ser sinônimos e o foco da análise é voltado para a contraposição entre a luta armada comunista e o Estado. A fala do jornalista Leandro Narloch ilustra a linha narrativa do vídeo: “A ditadura brasileira foi [...] um período tenebroso da História da Brasil. Ela só não foi pior do que se a gente tivesse vivido uma ditadura comunista, e aí sim, meus amigos, ia ser um total desastre” (GUIA, 2017)⁴.

Um suposto domínio da esquerda nos meios de comunicação, cultura e educação que seria responsável pela disseminação da ideia de que a esquerda lutava por liberdade também aparece na narrativa, como demonstra a fala do filósofo Felipe Pondé: “A ditadura acabou, a

⁴ Fala do jornalista Leandro Narloch.

esquerda tinha as redações de jornais, os centros culturais e as universidades...e com o tempo foi aumentando e agora tem as escolas também [...]” (GUIA, 2017)⁵.

Em seguida, começa a ser tratada a questão da repressão estatal durante a ditadura, especialmente o Ato Institucional nº5. São citados, por exemplo, os casos de Rubens Paiva, Vladimir Herzog e Stuart e Zuzu Angel. Nesse momento, as falas convergem no sentido de condenar a ação repressiva do Estado. Aparecem novos participantes: Ivo Herzog, o jornalista Eduardo Bueno, o cientista político Luís Eduardo Soares e Sergius Gonzaga (apresentado como historiador, mas sua área de formação é Letras). A princípio, Marco Antonio Villa procura em sua fala diferenciar as ações repressivas do Estado e da resistência armada, porém a abordagem de ações promovidas por movimentos armados de esquerda – ações essas que resultaram em morte, ou, no último caso citado, na amputação da perna do piloto Orlando Lovacchio, que participa do documentário, culmina com a fala do próprio Villa, discorrendo sobre uma espécie de “aliança tácita”, um processo de “autoalimentação” entre a extrema-esquerda e a extrema-direita:

Porque cada atentado terrorista, mais ação repressiva do Estado. Mais um atentado terrorista, mais repressão do Estado, ou seja, houve uma espécie de aliança tácita entre a extrema-esquerda e a extrema-direita, né? Os dois que tem ódio...é um... houve um processo de autoalimentação entre os extremismos, de um lado e de outro. (GUIA, 2017)⁶.

O tema seguinte é a Lei da Anistia. Ivo Herzog abre esse tema criticando a Lei da Anistia brasileira que anistiou também os agentes do Estado envolvidos nos crimes de perseguição, tortura e morte. As falas concentram-se na questão da tortura e os participantes, Ivo Herzog, Carlos Latuff e Luís Eduardo Soares procuram discutir a relação passado e presente ao abordarem o problema da violência policial como diretamente vinculada às práticas violentas do período ditatorial.

Ao tratar do “milagre econômico”, o tema é dividido em dois momentos. No primeiro, exalta-se o crescimento econômico do período. Participam desse bloco o já citado Marco Antônio Villa, o jornalista Ricardo Boechat, o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, o escritor Jorge Caldeira e o economista Eduardo Giannetti. Leandro Narloch critica a versão que, segundo ele, “todos” os professores de história e geografia gostam de falar: de que o milagre econômico só beneficiou os ricos. Sobre a crise que se seguiu ao “milagre

⁵ Fala do filósofo Luis Felipe Pondé.

⁶ Fala do historiador Marco Antonio Villa.

econômico”, as falas parecem convergir no sentido de apontar as empresas estatais e a falta de investimento na formação de capital humano como os grandes culpados pela crise:

O aspecto mais fundamental do desenvolvimento é o capital humano [...] e nós deixamos isso pra trás, e o regime militar agravou essa tendência. Uma ênfase desmesurada em formação de capital físico sem uma contrapartida de formação de capital humano. (GUIA, 2017).⁷

O episódio também aborda a polêmica em torno do termo “ditabranda”, utilizado por um editorial da Folha de São Paulo, em 2009, referindo-se ao período entre 1964 e 1985. Os participantes (Ivo Herzog, Carlos Latuff, Ricardo Boechat, Leandro Narloch, Marco Antonio Villa e Pedro Doria) foram unânimes em condenar a expressão, classificando-a como um erro. Ainda assim, o número de mortos no Brasil foi comparado com os dados de Argentina e Chile. Além disso, Villa faz uma explanação sobre a classificação do período: a ditadura propriamente dita, que só teria existido segundo ele, entre 1968 e 1979, ou seja, a partir da publicação do AI-5 até o reestabelecimento da imunidade parlamentar e a Lei da Anistia.

Villa, em 2009, já havia proposto essa periodização em artigo publicado pela Folha de São Paulo, que suscitou a resposta do jornalista Jânio Freitas no mesmo jornal, alguns dias depois. No artigo, Freitas (2009) argumenta que, para pensar o começo da ditadura a partir de 1968 é preciso ignorar que os militares derrubaram um governo constitucional; cassaram mandatos; fizeram presos políticos; extinguiram partidos e iniciaram as torturas, entre outros fatos que se tornaram correntes antes do AI-5. Assim o argumento levantado por Villa (2009) de que “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural” (2009, *online*) é duramente criticado por Freitas (2009) considerando que essa movimentação só era permitida à medida em que não incomodasse o regime, “servindo mesmo como válvula de escape, e reprimida com vigor quando incomodava” (2009, *online*).

A revogação do AI-5 e a promulgação da Lei da Anistia em 1979 são aspectos considerados por Villa como indicativos do fim da ditadura, no entanto, Melo (2014b) esclarece que, ao utilizar apenas os aspectos formais para a delimitação do período, ficam de fora “episódios emblemáticos da luta conta a mesma, como os atentados terroristas na seção da OAB fluminense e do Rio Centro, sem falar nas campanhas pelas Diretas Já! em 1984” (MELO, 2014b, p. 179), ou seja, passa-se ao largo da realidade ainda vivida, privilegiando apenas o aspecto formal e burocrático do governo ditatorial.

⁷ Fala do economista Eduardo Giannetti.

Embora o período da redemocratização não tenha sido diretamente abordado, Carlos Latuff utiliza o termo por meio de um recorte de classe. Para o chargista, a democracia sempre existiu para as pessoas brancas e ricas, mas para as classes pobres, a ditadura nunca acabou. Justifica sua fala ao problematizar as ações da polícia militar especialmente nas favelas. Nesse momento final do episódio algumas questões do tempo presente são discutidas, como a violência policial já citada, as manifestações de 2013 e o papel do voto na atualidade. O apresentador Felipe Castanhari encerra o episódio dizendo que devemos agradecer por hoje vivermos em uma democracia e por termos liberdade para poder debater o tema da ditadura militar livremente: “[...] o importante é que hoje em dia, pelo menos, temos a democracia e temos que agradecer o fato de termos a liberdade para estar aqui debatendo esse assunto livremente” (GUIA, 2017)⁸.

Apesar de Marco Antonio Villa, a certa altura do programa, chamar atenção para a complexidade do período, dizendo que talvez seja o momento da história do Brasil mais difícil de analisar – “[...] o momento mais difícil de entender o Brasil, desses mais de 500 anos de história, são os 21 anos do regime militar” (GUIA, 2017)⁹ – é possível perceber que o episódio aborda apenas as questões mais “polêmicas” ou “famosas” sobre o período, sem uma discussão aprofundada sobre os diversos aspectos que o compõem e a dificuldade de analisá-los isoladamente.

Em suma, tanto o episódio em questão quanto a série em geral são um produto de entretenimento, em que os recursos gráficos, a linguagem dinâmica, a sobreposição de falas e frases de efeito são os aspectos mais importantes, pois o que está sendo vendido não é uma proposta de discussão e reflexão aprofundada sobre diversos aspectos da história do Brasil, mas uma produção midiática.

1.3 1964: o Brasil entre armas e livros

Se a série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017) é marcada por uma edição dinâmica, rápida, com a exposição de falas por vezes divergentes editadas para dar um tom de debate ao programa, ao mesmo tempo em que os recursos gráficos e a trilha sonora marcam uma linguagem mais jovial e até jocosa, o documentário *1964: O Brasil entre armas e livros*

⁸ Fala do apresentador Felipe Castanhari.

⁹ Fala do historiador Marco Antonio Villa.

da Brasil Paralelo assume um tom e uma estética muito mais séria, de “denúncia”, de “análise” e de divulgação de uma suposta “verdade” sobre o período da ditadura militar.

Lançado em 2019, o vídeo com mais de duas horas de duração já acumula mais de sete milhões de visualizações e mais de setenta mil comentários no *Youtube*. Assim como a produção analisada anteriormente o seu lançamento esteve envolto em polêmicas travadas especialmente no âmbito midiático e nas redes sociais na internet. O documentário foi exibido em sua pré-estreia no dia 31 de março (data que marcou os 55 anos do golpe) em salas de cinema da rede Cinemark nas cidades de São Paulo, Recife, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte.

Após a repercussão negativa, a rede Cinemark publicou um comunicado em seu perfil em uma rede social atribuindo a exibição do documentário a um “erro de procedimento” devido à falta de conhecimento sobre o conteúdo do filme, ressaltando que a empresa não permite o uso das suas dependências para eventos ou mídias de cunho partidário¹⁰. Além da repercussão desse evento específico, o filme suscitou opiniões diversas desde sua classificação como revisionista e pró-ditadura¹¹ até a sua defesa como uma produção idônea¹².

Apesar das críticas e polêmicas envolvendo a produção, o vídeo alcançou um enorme sucesso no *Youtube*. Sendo disponibilizado pela própria produtora, em 2 de abril de 2019, o vídeo atingiu a marca de 1,5 milhões de visualizações em 24 horas¹³, tendo, à altura da produção do presente trabalho, ultrapassado os 7,8 milhões de visualizações (esse número tende a aumentar à medida que o vídeo é acessado).

Conforme as proposições de Ogassawara e Borges (2019) compreendemos o “como” e o “porque” da narrativa desenvolvida no vídeo. Em seu *site* não foi possível localizar uma definição precisa do que seria a Brasil Paralelo, mas em sua página oficial no *Facebook* define-se como “Uma produtora 100% independente que busca transformar a cultura por meio da *Educação*”¹⁴. Essa definição é coerente com as informações e anúncios

¹⁰ CINEMARKOFICIAL. **Comunicado.** [s.l.], 1 abr. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BvuCbtqBXZ3/>. Acesso em: 15 out. 2020.

¹¹ BLUMENTHAL, Thiago. **Vi “1964: O Brasil entre Armas e Livros” pra você não precisar ver.** Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/mbz88b/assisti-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-para-voce-nao-precisar-ver>. Acesso em: 15 out. 2020.

¹² CONSTANTINO, Rodrigo. **Minha visão sobre o documentário “1964 – Brasil entre armas e livros”.** *Gazeta do Povo*, 2019. <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/minha-visao-sobre-o-documentario-1964-brasil-entre-armas-e-livros/>. Acesso em: 15 out. 2020.

¹³ GIOVANI, Bruno. **VÍDEO-Documentário “1964: O Brasil entre armas e livros, já ultrapassa 1,5 milhão de visualizações em menos de 24 horas no Youtube.** Blog do BG, 2019. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/documentario-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-ja-alcanca-quase-15-milhao-de-visualizacoes-em-menos-de-24-horas-no-youtube/>. Acesso em: 15 out. 2020.

¹⁴ BRASIL Paralelo. **Sobre.** Disponível em: https://www.facebook.com/brasilparalelo/about/?ref=page_internal – grifo nosso. Acesso em: 15 out. 2020.

veiculados no *site* oficial da empresa, que oferece para os assinantes uma “experiência exclusiva de *autoeducação*”, além dos “documentários e filmes gratuitos que já *ensinaram* milhões de brasileiros”¹⁵. É importante ressaltar essa pretensão educativa da Brasil Paralelo, pois essa é uma diferença clara entre o programa *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017) e o documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019).

Enquanto o primeiro é voltado para o entretenimento, o segundo tem um objetivo mais específico de atuar, de intervir socialmente para “causar o maior impacto cultural que o Brasil já presenciou”¹⁶, para resgatar uma história do Brasil que teria sido negada aos brasileiros desenterrando a “memória dos grandes homens da nossa história” e “resgatar o orgulho de ser brasileiro”¹⁷. Em vídeo veiculado no canal da empresa no *Youtube*, Filipe Valerim, um dos fundadores da empresa, conta como a mesma surgiu em 2014, no conturbado contexto político que culminou no processo de *impeachment* em 2016 e na eleição de Bolsonaro em 2018.

Além de materiais disponibilizados gratuitamente, a empresa possui planos de assinatura que garantem acesso a cursos e conteúdos exclusivos de forma que Lima (2019) pondera:

Os objetivos da organização Brasil Paralelo não se reduzem à divulgação de determinada visão de história, mas também ao envolvimento dos espectadores no financiamento e produção de novos materiais. Além disso, os realizadores prometem aos que contribuem financeiramente o ingresso em “um grupo fechado, onde vamos nos conhecer e planejar um futuro em conjunto”. **Trata-se, portanto, de uma organização política voltada para o engajamento de pessoas em torno de determinadas teses históricas, que são apresentadas como a verdade oculta sobre o passado nacional brasileiro.** (LIMA, 2019, p. 18, grifo nosso).

Nos vídeos disponíveis gratuitamente no *Youtube*, nota-se a variedade de temas abordados pelas produções da empresa, passando por filosofia, política, história, economia e educação. No site, os cursos disponíveis para assinantes também demonstram o amplo leque de temas abordados como filosofia, política, educação e música.

Embora a produtora declare que a sua abordagem sobre a ditadura, no documentário, seja imparcial, a empresa tem um histórico que explicita o seu viés liberal, de direita,

¹⁵ BRASIL Paralelo. +30 produções. Documentários e filmes gratuitos que já ensinaram milhões de brasileiros. Disponível em: <https://site.brasilparalelo.com.br/home/>. - grifo nosso. Acesso em: 15 out. 2020.

¹⁶ O que DE FATO é o Brasil Paralelo? [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (3 min 28 seg). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. <https://www.youtube.com/watch?v=9RDrKmAvsik>. Acesso em: out. de 2020.

¹⁷ Idem.

conservador, a começar pelo quadro de professores, jornalistas, escritores, historiadores e outros especialistas que o compõe e que ministram os cursos oferecidos e participam das suas produções audiovisuais. Olavo de Carvalho é um dos mais destacados membros dessa “equipe”. Analisando o quadro de participantes, especificamente do documentário em questão, Márcia Neme Buzalaf (2019) destaca que “O liberalismo parece ser o elo que une todos estes entrevistados e produtores de 1964” (BUZALAF, 2019, p. 37). Dentre os depoimentos apresentados no documentário, destacamos a participação de Olavo de Carvalho; Luis Felipe Pondé (que também participou do Guia Politicamente incorreto); do historiador Rafael Nogueira; Vladimir Petrilák e Mauro Abranches (autores do livro *1964: o elo perdido*, uma das fontes utilizadas no documentário), Hélio Beltrão (presidente do Instituto Mises Brasil) e Alexandre Borges (diretor do Instituto Liberal).

Ao longo das duas horas e sete minutos de duração do vídeo, o fio condutor da narrativa é a “ameaça comunista” que pairava sobre o Brasil na segunda metade do século XX e a culminância dessa “análise” é a noção de uma vitória cultural e ideológica dos comunistas apesar da derrota no campo político pelos militares em 1964. Assim como no vídeo analisado anteriormente, nesse documentário a esquerda parece ser um bloco homogêneo, de pensamento único, personificado em um militante comunista armado extremamente estereotipado.

O uso de vídeos, fotografias e documentos da época são intercalados a efeitos gráficos, às falas dos entrevistados e à trilha sonora, sendo o espectador conduzido por meio da narrativa por um locutor em *off* que, para Buzalaf (2019), faz um direcionamento ideológico das imagens e fatos:

Do total de 2h07minutos de filme, somadas todas as falas do locutor, são quase 50 minutos em *off*, o que comprova a condução discursiva da produção e o uso das imagens e entrevistas apenas para comprovar uma hipótese previamente apresentada: a de que a “ameaça comunista” justificou todos os atos do período, do golpe à censura, das prisões à tortura. (BUZALAF, 2019, p. 35).

O filme se detém demoradamente na contextualização política da primeira metade do século XX, com destaque para a Revolução de 1917 e o surgimento da União Soviética e para a Guerra Fria, adjetivando as duas potências mundiais que emergem nesse cenário de forma que a intencionalidade da produção já se evidencia nos primeiros minutos do filme:

Assaltos a bancos e agitações nos quartéis do Exército Imperial Russo. A revolução assassina brutalmente a família imperial Romanov para implementar uma ditadura que tinha Lênin como Deus e Stálin e Trotsky como papas vermelhos. Os soviéticos desenvolvem um plano para conquistar o mundo e implantar o comunismo em todos os países. O reino do terror vermelho se espalha pelas décadas seguintes. O Holodomor e os gulags são alguns dos genocídios que resultaram das ditaduras totalitárias [...]. (1964, 2019)¹⁸.

Do outro lado do mundo, o Ocidente. Os Estados Unidos da América construíram uma democracia liberal baseada na sociedade de mercado e dos valores cristãos. A maior indústria e maior economia do mundo é também o único país a ter armas nucleares, sendo a força imprescindível que derrotou os nazistas. Os Estados Unidos surgem no pós-guerra na liderança do Ocidente. Pra reativar a economia dos países europeus devastados, os americanos propõem o “Plano *Marshall*” oferecendo empréstimos a juros baixos. (1964, 2019)¹⁹.

O destaque do filme é o serviço secreto soviético que na “revolução contra o ocidente” atuava como uma “força oculta”, que operava nas sombras através da propaganda e desinformação. Em contrapartida, o serviço secreto norte-americano é citado brevemente e, em certo momento, Olavo de Carvalho chega a negar qualquer interferência dos EUA no golpe de 1964:

Mil vezes eu desafiei essa gente a dizer assim, se a CIA tramou todo esse negócio então vocês, por favor, me indiquem o nome de pelo menos um agente da CIA lotado no Brasil na época. Nunca apontaram nenhum um único, hã? Então quer dizer, toda a história da CIA é ficção, do começo ao fim, e isto é vendido assim por professores universitários, por professores de história, pessoas que aparentemente se dizem respeitáveis. Eles usam provas no sentido oposto, “cê” tá entendendo? [...]. (1964, 2019)²⁰.

Os documentos do Serviço Secreto de inteligência da antiga Tchecoslováquia, a STB, explorados no livro *1964 – o elo perdido: o Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista*, de Mauro Abranches e Vladimir Petrilak, de 2017, que comprovam a infiltração de agentes soviéticos no Brasil pelo menos desde os anos de 1950, seriam a prova cabal de uma conspiração para uma revolução comunista no país.

Ao tratar especificamente sobre o contexto brasileiro, tanto antes quanto durante o golpe, e nos vinte e um anos de ditadura, aparece a defesa de diversas teses sobre o período defendidas também na série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017). A mais evidente

¹⁸ Fala do narrador.

¹⁹ Fala do narrador.

²⁰ Fala de Olavo de Carvalho.

dessas teses é a ameaça comunista, mas os entrevistados também versam sobre a correlação de forças entre o Estado e os “terroristas” de esquerda, falam do apoio popular massivo aos militares e da popularidade do governo militar:

Então a reaproximação com a União Soviética, essa aproximação com China eram indicativos de que a esquerda “tava” se reinventando e essa reinvenção não tinha nada a ver com democracia. (1964, 2019).²¹

Preocupados com a democracia e a soberania nacional, o povo decidiu sair às ruas na maior manifestação pública da história do Brasil. A primeira Macha da Família com Deus pela Liberdade reuniu 500 mil pessoas em São Paulo no dia 19 de março. O nome da marcha e seus cartazes deixaram claro o seu adversário: o risco comunista [...]. (1964, 2019).²²

Aparece também nas falas de entrevistados um negacionismo em relação ao período expresso na nomenclatura com o uso do termo “revolução” ou “movimento” para designar o golpe de 31 de março, a relativização da censura e mesmo a defesa de que esse “movimento” teria sido, em essência, civil, tendo os militares atuado apenas para concretizar esse anseio popular.

A parte final do documentário aborda a suposta vitória da esquerda no campo cultural e ideológico que vem empreendendo uma “guerra cultural” travada especialmente no campo da educação, da cultura e da mídia, destruindo os valores da sociedade ocidental: a moral, a religião e a família. É nesse momento final que esse filme específico se liga ao conjunto de produções da empresa que parece estar numa espécie de cruzada contra os males que, segundo eles, o “marxismo cultural” tem feito ao Ocidente.

A seguir, apresentamos os procedimentos adotados para o tratamento dos comentários dos vídeos supramencionados.

1.4 Comentários nos vídeos e procedimento metodológico

Os comentários dos usuários estão disponíveis nas caixas de comentários dos vídeos no *YouTube*, onde podem ser visualizados publicamente através do endereço URL de cada vídeo.

Acessamos esses comentários e realizamos o processo de coleta por meio da *Netlytic*. Trata-se de uma ferramenta *online* de monitoramento e pesquisa em mídias sociais digitais

²¹ Fala do historiador Rafael Nogueira.

²² Fala do narrador.

que permite a coleta de dados públicos em determinadas redes sociais, dentre elas, o *YouTube*. Especificamente no *YouTube*, essa ferramenta realiza a coleta dos comentários postados pelos(as) usuários(as) nos vídeos e gera uma planilha contendo os comentários, a data e a hora da publicação bem como os respectivos nomes dos(as) usuários(as). A ferramenta *Netlytic* também cataloga dados complementares, como um relatório contendo o número de postagens de comentários ao longo do tempo e as palavras mais usadas nos mesmos.

O processo de coleta ocorreu em dois momentos: primeiro, entre os meses de fevereiro e abril de 2020 e depois, em janeiro de 2021.

No primeiro momento, acessamos os comentários dos usuários no conjunto de treze vídeos referentes ao episódio sobre a ditadura militar da série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017) através da ferramenta *Netlytic*. Na ocasião, foram coletados 752 comentários dentro desse conjunto de vídeos. O quadro a seguir apresenta o título de cada vídeo, o recurso utilizado para coleta, o número de comentários disponível em cada vídeo e quantidade de comentários que foi processado pela *Netlytic*:

Quadro 1- Comentários nos vídeos referentes à série Guia Politicamente Incorreto

TÍTULO DO VÍDEO	RECURSO UTILIZADO PARA COLETA	Nº DE COMENTÁRIOS DISPONÍVEIS	QUANTIDADE COMENTÁRIOS PROCESSADOS
Brasil, 1968	<i>Netlytic</i>	417	417
A liberdade dos anos 60	<i>Netlytic</i>	20	20
E a ameaça comunista?	<i>Netlytic</i>	36	36
A Lei da Anistia	<i>Netlytic</i>	21	21
O país da repressão	<i>Netlytic</i>	25	25
Eles não salvaram a democracia	<i>Netlytic</i>	8	8
Tortura institucional	<i>Netlytic</i>	29	29
O Brasil teve uma ditabranda?	<i>Netlytic</i>	63	63
Milagre econômico?	<i>Netlytic</i>	74	74
A super inflação	<i>Netlytic</i>	6	6
Existe pouca morte?	<i>Netlytic</i>	29	29
Democracia é um privilégio	<i>Netlytic</i>	17	17
Um futuro que nunca chega	<i>Netlytic</i>	7	7
		Total	752

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta *Netlytic* (2020).

Nesse mesmo período, o vídeo do documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019) registrou aproximadamente 69.800 comentários, porém a *Netlytic* não

operacionalizou a coleta dos dados. Não conseguimos identificar e solucionar o problema que impediu a coleta, assim, adotamos como critério a coleta manual de uma amostragem dos comentários. Selecionamos e copiamos os comentários (Ctrl+c, Ctrl+v) em uma tabela no *Excel* - editor de planilhas do pacote *Office* da *Microsoft*. Através desse procedimento, coletamos 250 comentários. O título do vídeo acessado, o recurso utilizado para a coleta, o número de comentários disponíveis e o número de comentários coletados estão representados no quadro abaixo:

Quadro 2 - Comentários no vídeo 1964: o Brasil entre armas e livros

TÍTULO DO VÍDEO	RECURSO UTILIZADO PARA COLETA	Nº DE COMENTÁRIOS	Nº DE COMENTÁRIOS COLETADOS
1964: o Brasil entre armas e livros	Manual	Aprox. 69.800	250

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta *Netlytic* (2020).

Foram coletados 1.002 comentários no conjunto de vídeos referentes às duas produções analisadas. Nesse conjunto, selecionamos aqueles que tratavam diretamente do período histórico abordado, bem como aqueles em que defendiam a importância da ditadura como referência para a política atual no Brasil, ou temas que apareceram relacionados a partir de palavras-chaves tais como “comunismo”, “ditadura”, “esquerda”, “direita” e “revolução”, que permitiram identificar os conteúdos dos comentários. Filtramos, com bastante acuidade, os que fizeram referência à educação, com menção a palavras como “professor(a)”, “história” e “escola”. E, ainda, sempre estivemos atentas à relação estabelecida, nos comentários, entre memória e ditadura para referendar esses vídeos.

A partir desses filtros, selecionamos 282 comentários do conjunto total coletado. Depois, reunimos aqueles com características comuns e os agrupamos em três temáticas principais: negação ou “revisão ideológico”; anticomunismo e anti-esquerdismo; desvalorização do conteúdo aprendido na escola e críticas ao professor de história.

Posteriormente, em janeiro, de 2021, realizamos uma nova coleta de comentários nos vídeos para verificar se havia mais comentários ou complementos que permitissem o cotejamento com os dados coletados anteriormente, tendo em vista que o número de comentários nos vídeos não é fixo e flutua à medida em que os(as) usuários(as) inserem novos ou mesmo apagam os postados anteriormente.

Observamos que nesse segundo momento, a ferramenta *Netlytic* realizou a coleta de dados no vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019) o que facultou o nosso acesso aos comentários nesse vídeo através do mesmo procedimento utilizado para acessar os

comentários dos vídeos referentes ao *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017). Dessa forma, nesse novo procedimento, foi possível utilizar exclusivamente a ferramenta *Netlytic*, que também forneceu, de forma automática e sintetizada, uma lista com as dez palavras mais citadas nos comentários de cada vídeo.

Tivemos acesso a todos os 739 comentários no conjunto de treze vídeos referente a série *Guia politicamente incorreto* (GUIA, 2017) e 2499 comentários no vídeo do documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019), totalizando 3238 comentários.

Nos quadros a seguir, apresentamos os títulos de cada vídeo, o recurso utilizado para a coleta de dados, o número de comentários disponível em cada um, o número de comentários coletados e, considerando a temática do nosso interesse de pesquisa, destacamos as principais palavras levantadas nas sínteses fornecida pela *Netlytic* em cada vídeo, levando em consideração a relação dessas palavras com as temáticas que foram eleitas para esse estudo.

Quadro 3- Comentários e síntese de palavras nos vídeos referentes à série Guia Politicamente Incorreto

TÍTULO DO VÍDEO	RECURSO UTILIZADO PARA COLETA	Nº DE COMENTÁRIOS	Nº DE COMENTÁRIOS COLETADOS	PRINCIPAIS PALAVRAS MAIS CITADAS
Brasil, 1968	<i>Netlytic</i>	371	371	<ul style="list-style-type: none"> • Ditadura • Brasil • Esquerda • Militar • Comunista • Comunismo
A liberdade dos anos 60	<i>Netlytic</i>	20	20	<ul style="list-style-type: none"> • Ditadura • Militar • Época • Regime
E a ameaça comunista?	<i>Netlytic</i>	49	49	<ul style="list-style-type: none"> • Comunista • Brasil • Guerra
A Lei da Anistia	<i>Netlytic</i>	25	25	<ul style="list-style-type: none"> • Militares • Anistia • Terroristas
O país da repressão	<i>Netlytic</i>	27	27	<ul style="list-style-type: none"> • Militares • Esquerda • Brasil • Comunista
Eles não salvaram a democracia	<i>Netlytic</i>	10	10	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil • Ditadura
Tortura institucional	<i>Netlytic</i>	29	29	<ul style="list-style-type: none"> • Polícia • Brasil • Mata • Bandidos • Morre

				<ul style="list-style-type: none"> • Guerra
O Brasil teve uma ditabranda?	<i>Netlytic</i>	66	66	<ul style="list-style-type: none"> • Ditadura • Militar • Regime • Brasil
Milagre econômico?	<i>Netlytic</i>	76	76	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil • Ditadura • Brasil • Militar • Dívida • Inflação
A super inflação	<i>Netlytic</i>	11	11	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil • Pública • Estatais
Existe pouca morte?	<i>Netlytic</i>	30	30	<ul style="list-style-type: none"> • Ditadura • Brasil • Comunismo • Esquerda • Vagabundos
Democracia é um privilégio	<i>Netlytic</i>	18	18	<ul style="list-style-type: none"> • Militar • Tráfico • Drogas • Favela
Um futuro que nunca chega	<i>Netlytic</i>	7	7	<ul style="list-style-type: none"> • Esquerdinha
Total		739		

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta *Netlytic* (2021).

Quadro 4- Comentários no vídeo 1964: o Brasil entre armas e livros

TÍTULO DO VÍDEO	RECURSO UTILISADO PARA COLETA	Nº DE COMENTÁRIOS	Nº DE COMENTÁRIOS COLETADOS	PRINCIPAIS PALAVRAS MAIS CITADAS
1964: o Brasil entre armas e livros	<i>Netlytic</i>	Aprox. 74.000	2499	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil • Parabéns • História • Esquerda • Ditadura

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta *Netlytic* (2021).

Agora, com o auxílio da síntese das palavras da ferramenta *Netlytic*, passamos a considerar os comentários nos quais aparecem esses vocábulos de acordo com as temáticas que elegemos, ou seja, negação ou “revisionismo ideológico”; anticomunismo e anti-esquerdismo; desvalorização do conteúdo aprendido na escola e críticas ao professor de história. Esse processo evidenciou um total de 760 comentários.

Para a análise propriamente dita em torno das temáticas eleitas, chegamos a um conjunto final de 434 comentários representativos da soma de ambas as produções analisadas. Além das temáticas que já vínhamos acompanhando anteriormente, também aparece, de

forma veemente a menção direta a experiências vividas ou recebidas de modo que a memória não é abordada de forma circunstancial, mas se constitui como o próprio conteúdo de 64 comentários.

No quadro a seguir, apresentamos as temáticas que elegemos e a quantidade de comentários relativos a cada uma delas, considerando os comentários no conjunto total de vídeos:

Quadro 5- Classificação dos comentários a partir de temáticas comuns

TEMÁTICA	QUANTIDADE DE COMENTÁRIOS
DESVALORIZAÇÃO DO SABER CIENTÍFICO, ESCOLAR E DO PROFESSOR DE HISTÓRIA	91
NEGAÇÃO OU “REVISIONISMO IDEOLÓGICO”	127
ANTICOMUNISMO E ANTI-ESQUERDISMO	152
MEMÓRIA CONSTRUÍDA ACERCA DA DITADURA MILITAR	64
TOTAL	434

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pela ferramenta Netlytic (2021).

Quanto à identificação dos(as) usuários(as), levamos em consideração que, ao contrário de redes sociais como o *Facebook*, onde as pessoas costumam publicar informações pessoais como idade, gênero, escolaridade e localidade, no *YouTube*, não é comum encontrar esses dados. O próprio cadastro no site é gerado automaticamente a partir da conta do(a) usuário(a) na *Google* (empresa proprietária do *YouTube*), que permite o acesso a diversos recursos da empresa como e-mail, *drive* para armazenamento de arquivos, entre outros.

Desse modo, podemos inferir que os(as) usuários(as) dos comentários em análise possuem algum grau de escolaridade e acesso à internet, uma vez que essas são características necessárias para a elaboração de um comentário e sua publicação na plataforma. No entanto, informações complementares como idade, gênero e escolaridade só puderam ser identificadas naqueles comentários em que os(as) usuários(as) explicitaram de alguma forma no próprio conteúdo (informando a idade, referindo-se a si mesmo com pronome feminino ou masculino, entre outros). Não obstante, os próprios nomes dos(as) usuários(as) configuraram-se como um obstáculo para a identificação de um perfil comum a estes(as), pois enquanto alguns(as)

identificam-se com nomes reais (nome e sobrenome completos), outros(as) utilizam *nicknames* (apelidos que comumente são compostos por nomes curtos, números e outros símbolos) e até nomes comerciais (como lojas e empresas).

Diante do exposto, não nos detemos sobre a identificação dos(as) usuários(as), mas sim sobre os conteúdos dos comentários, destacando essas características referentes ao perfil dos(das) usuários(as) quando possível identificá-las no próprio comentário.

Na próxima seção, contextualizamos as discussões sobre história pública, mídia e “revisão ideológica”, dada as especificidades do objeto que requereu uma aproximação com esses debates.

Na terceira seção, apresentamos uma contextualização da ditadura militar e da ascensão de grupos conservadores na política no Brasil atual e nos dedicamos à discussão sobre a memória enquanto campo de estudo e recurso analítico para analisar as disputas acerca da memória da ditadura militar no Brasil.

Por fim, na quarta seção apresentamos a análise do *corpus* da pesquisa à luz das teorias da memória e seus quadros sociais, discutindo a sua relação com a conformação de um sentido da ditadura militar ancorado no negacionismo e na apologia ao período como referência para um projeto de sociedade.

2 HISTÓRIA PÚBLICA, MÍDIA E REVISIONISMO: UMA APROXIMAÇÃO REQUERIDA PELO OBJETO

2.1 História pública

Juliana Ogassawara e Viviane Borges (2019), discutindo a relação entre mídia e história no âmbito da história pública a partir da série documental *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017), consideram que obras como a produção em questão estão inseridas dentro de uma dimensão da história pública voltada para a ampliação de audiências e ocupação de espaços além das universidades, uma “história *para* o público” (SANTHIAGO, 2016, p. 28), que caracteriza-se por produções em formatos diversos (literatura, cinema, etc.) pensados para o consumo de um público-alvo. É uma dimensão da história pública intimamente ligada ao consumo cultural no campo midiático.

Nesse caso, o historiador torna-se uma fonte consultada, “quer seja como referência intelectual para fomentar discussões relevantes quer seja como argumento de autoridade para os propósitos da produção” (OGASSAWARA; BORGES, 2019, p. 43). Assim, a atuação do historiador é mediada por outros profissionais em um processo que se estende por toda a produção, desde a entrevista, passando pela edição até a divulgação do produto final. Dessa forma, a produção reflete as concepções e objetivos do mediador (produtor, jornalista, etc.) e o historiador nesse caso, não é “senhor” das suas respostas, não detém o controle sobre como a sua fala chegará ao público. Por fim, as autoras salientam que a análise de uma produção fílmica (como é o caso das obras aqui trabalhadas) não pode se limitar à descrição de erros e acertos em relação ao período representado, ao contrário, o historiador precisa estar atento ao “como” e “porque” o passado foi contado sob determinada ótica.

A história veiculada por diversos meios de comunicação e que atinge um grande público atua como “um campo fundamental e permanente de reflexão a exigir a atenção permanente dos historiadores acadêmicos” (MALERBA, 2014 p. 43) sem perder de vista a ética que deve nortear a prática historiográfica, acadêmica ou não. Nesse sentido, a história pública, pensada como Santhiago (2016), enquanto uma área de estudo e ação, pode fornecer importantes pistas para o entendimento do fenômeno que abarca o nosso objeto de estudo.

O uso sistemático do termo *Public History* remota aos anos de 1970 nos Estados Unidos. Nesse período, o termo passou a ser utilizado para referir-se ao “movimento que buscou estimular a presença do historiador em uma variedade de espaços e atividades profissionais, criando uma espécie de ‘carreira alternativa’ para os historiadores”

(SANTHIAGO, 2018 p. 291) com o seu ingresso em postos de trabalho fora do espaço acadêmico, na busca por alternativas à crise de empregos que reduzia a oferta de trabalho nas universidades. A inserção de historiadores em instituições públicas e privadas, corporações, museus e empresas, em postos de trabalhos sem vinculação acadêmica suscitou o desenvolvimento do conceito de *Public History* pelo historiador norte-americano Robert Kelley, nesse momento associando-o basicamente a questão da empregabilidade e a consequente atuação de historiadores para fins não acadêmicos. A criação da revista *The Public Historian*, em 1978, e do o *National Council for Public History (NCPH)*, no ano seguinte, segundo Santhiago (2018):

[...] ajudaram a colocar em pauta a questão premente da empregabilidade do historiador (alertando para a capacidade de esse profissional ocupar postos de trabalho afinados às suas qualificações, mas tradicionalmente reservados a arquivistas e museólogos, por exemplo) e a forjar uma identidade profissional para os historiadores que não estavam em sala de aula (uniformizando a denominação, portanto, de um conjunto de atividades que lhe precediam). (SANTHIAGO, 2018, p. 291).

O autor destaca que a NCPH, além do fomento a práticas públicas de história (presente também em outras instituições do gênero), preocupou-se com a elaboração de princípios para uma formação dentro das universidades voltada para a atuação profissional fora desse ambiente por meio da implementação de cursos de pós-graduação especializados que culminaram em um processo de institucionalização da formação do historiador público, que se daria:

[...] não mais a partir da prática, do enfrentamento dos desafios do trabalho em museus, sociedades históricas, arquivos e, sobretudo, no caso americano, de atividades ligadas aos parques nacionais, mas por meio do cumprimento de um certo número de créditos em uma instituição de ensino acreditada, à qual caberia transmitir um conjunto de conhecimentos previamente fixado. (SANTHIAGO, 2018, p. 292).

Assim, o surgimento e desenvolvimento da história pública nos Estados Unidos esteve, segundo o autor, voltada para a criação e institucionalização de um campo ou disciplina histórica cujos cânones seriam estabelecidos e controlados pela academia.

O debate em torno da história pública se desenvolveu também em outros países, como Inglaterra, França, Austrália, Bélgica, Holanda, Canadá, Costa do Marfim e Nigéria (FAGUNDES, 2019) com maior ou menor adesão ao modelo norte-americano, mas com

características específicas em cada um, inclusive com críticas à concepção de história pública importada dos EUA. Fagundes (2019) aponta essas críticas, em linhas gerais, em historiadores como Henry Rousso, na França, Graeme Davison, na Austrália e Jerome De Groot, nos EUA que preocupam-se com o desenvolvimento de um campo histórico voltado para uma questão mercadológica, uma história tratada como *business*, que carece de robusta teorização acerca das suas próprias bases epistemológicas. Essas críticas, no entanto, conviveram com o próprio desenvolvimento da história pública nesses e outros países, como já mencionado.

Malerba (2014) aponta, por exemplo, que, na Austrália, o modelo norte-americano encontrou um campo fértil com a atuação de historiadores *freelance*. Já na Inglaterra, o mesmo autor aponta três perspectivas de abordagem sobre a história pública: as duas primeiras dentro do debate sobre memória e herança, e a terceira perspectiva voltada à história como entretenimento.

Outro ponto de fundamental importância para a definição de história pública é o “público” enquanto categoria analítica, sendo esta também uma crítica importante ao modelo norte-americano levando-se em consideração que não há uma definição generalizada para o entendimento de “público” em todos os países (FAGUNDES, 2019).

Mais um ponto sensível para entender o desenvolvimento da história pública e suas nuances são os possíveis distanciamentos e aproximações entre os historiadores práticos (aqueles que se dedicam à história pública) e os historiadores acadêmicos. De acordo com Malerba (2014), a ideia de que a diferença entre eles se limitaria apenas à sua área de atuação profissional foi bastante difundida, mas também comparece na literatura sobre o tema um contraponto que procura pensar as distinções entre os dois uma vez que, apesar da formação comum (a universidade), a própria cultura do trabalho que exercem os distinguiriam por possuírem “identidades, perspectivas, missão e valores distintos” (MALERBA, 2014, p. 31).

Essas questões evidenciam a impossibilidade de estabelecer um desenvolvimento unidirecional da história pública e, tanto Malerba (2014) quanto Santhiago (2018) e Fagundes (2019) consideram que não há uma definição absoluta. Apesar de o conceito ter sido cunhado nos Estados Unidos e exportado para outros países, em cada lugar o debate foi moldado a partir de realidades, interesses e possibilidades próprias, “como uma espécie de variável dependente moldada pelas diferenças contextuais, pela constelação de forças em jogo na história de cada país e, por conseguinte, na representação pública de sua história” (FRISCH, 2016, p. 58). Assim, diante da impossibilidade de estabelecer uma definição universal, Fagundes (2019) aponta o consenso em torno da múltipla definição do termo, moldada a partir

dos contextos em que é trabalhado, sendo possível identificar algumas dessas definições de forma pontual e muitas vezes limitadas aos objetivos dos trabalhos em que são apresentados.

A falta de uma definição clara e objetiva do que seria a história pública nos levou a questionar em que sentido poderíamos pensar o nosso objeto de estudo dentro dessa discussão, uma vez que esta seria “uma das formas, entre outras, de refletir sobre as múltiplas relações entretidas entre a história e seus públicos” (SANTHIAGO, 2018 p. 287-288). Não obstante, o termo foi uma constante nos trabalhos consultados que dedicaram-se à análise dos vídeos aqui discutidos, ou do tipo de história difundida por eles. Foi na discussão acerca dos muitos significados da expressão desenvolvido por Santhiago (2016) que encontramos uma definição que abarca os objetivos do nosso trabalho. Em poucas linhas, o autor apresenta uma tipologia de história pública entendida enquanto uma:

[..] área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita **para** o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita **com** o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita **pelo** público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e **história e público** (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo) (SANTHIAGO, 2016, p. 28. grifos originais).

Essa definição da história pública tanto como uma área de estudo quanto um campo de atuação permite compreender os caminhos que a história pública vem percorrendo no Brasil. O mesmo autor, em artigo posterior, sintetiza os resultados desse processo:

No Brasil, o fabuloso legado intelectual e institucional da história pública estadunidense parece ter lugar não como um modelo a ser emulado, mas como um estímulo para a reflexão. Uma abordagem de tipo normativo e prescritivo da história pública [...] parece ter pouca aderência: aqui, a public history não tem sido traduzida [...] em esforços de criação de um campo disciplinar e profissional separado. Em uma releitura peculiar, ela vem sendo ativada como um dispositivo conceitual capaz de ajudar o historiador a enfrentar os desafios contemporâneos de sua atividade. Não é, portanto, sugerida necessariamente dentro de uma chave prospectiva; para além da plasticidade da expressão e da sua capacidade de abrigar um número e uma variedade notável de práticas e reflexões, ela tem funcionado principalmente como uma espécie de categoria deflagradora de um exercício de retrospectão. (SANTHIAGO, 2018, p. 293-294).

Levando em consideração que o debate sobre história pública vem se desenvolvendo há cerca de quarenta anos, e que a discussão sistematizada e inteiramente voltada para a temática na Academia no Brasil deu-se apenas nos anos de 2010, fica claro porque aparece na

literatura acadêmica brasileira a preocupação com a defasagem do debate desenvolvido no país em comparação com as décadas de trabalho em outros locais.

Para Fagundes (2019), por exemplo, dois pontos sensíveis marcam essa diferença. O primeiro diz respeito à função pública da História e o papel do historiador que não seria tratado de forma mais aprofundada na literatura sobre história pública no Brasil. O segundo ponto relaciona-se à categoria “público” que não apresenta, no país, uma investigação mais aprofundada, de forma que, para o autor, “Na literatura brasileira, a ausência de discussão ou mesmo de pesquisas empíricas sobre públicos é a tônica – públicos parecem ser um dado implícito que não é explicitado” (FAGUNDES, 2019 p. 38).

O fato de alguns aspectos que estimularam o desenvolvimento da história pública em outros países, especialmente nos EUA, não se fazerem marcadamente presentes no Brasil – como o trabalho de historiadores em empresas privadas e órgãos governamentais – também acabam apontado outros caminhos para esse debate no país. Aqui, a questão desenvolve-se especialmente no trato das mídias e educação, e da divulgação de conhecimento.

Discutindo justamente a questão das mídias e da divulgação histórica, Thaís Fonseca (2012) aborda a resistência dos próprios historiadores em lidar com esse conhecimento histórico forjado fora da universidade, ainda que não completamente apartado dela. A autora lembra que a produção de materiais de divulgação histórica é mais antiga que o advento da internet e das mídias digitais. No Brasil, pelo menos desde os anos de 1920 já existia a produção de material complementar ao ensino de história. Os anos de 1970 experimentaram o fenômeno da popularização das revistas periódicas, fascículos e enciclopédias. Nos anos de 1980 vivenciou-se “o advento das obras de historiadores profissionais escritas de forma mais acessível, [...] e disponíveis para além das bibliotecas universitárias, nas livrarias de shopping centers e de aeroportos” (FONSECA, 2012, p.130). De forma semelhante, os anos 2000, por ocasião do quinto centenário da chegada dos portugueses, também assistiu ao crescente interesse público por temas relacionados à História de forma que proliferaram as revistas e livros voltados para esses temas atendendo a um nicho editorial em expansão. Essas produções “mobilizam o conhecimento histórico produzido academicamente e o reorientam para o consumo [...] o que tem ocorrido em escala cada vez maior, diante da expansão tecnológica da mídia, principalmente da internet e da transmissão televisiva a cabo” (FONSECA, 2012, p. 136).

Nesse contexto, a autora discute a relação da academia com essas produções e outros campos de divulgação do conhecimento histórico como cinema, televisão e outros mais próximos do ambiente acadêmico como os museus:

A ideia da democratização do conhecimento perpassa as discussões dos especialistas mais envolvidos com o tema, e eles apontam os conflitos e resistências vindos da academia com essas formas de produção e de divulgação da História. Aqui mesmo no Brasil, por exemplo, são conhecidos os debates em torno de produções cinematográficas com temática histórica e de livros de história escritos por jornalistas. Há grandes ressalvas, por parte dos historiadores, à produção desse tipo e, em geral, essas modalidades são menos aceitas do que aquilo que se produz para a divulgação em museus e instituições afins, onde se supõe estarem profissionais de História com formação avalizada pelas universidades. Ainda assim, nem sempre essa produção alcança status equivalente ao dos historiadores que trabalham nas universidades, o que significa dizer que produz-se expressiva hierarquização historiográfica e funcional no nosso campo. (FONSECA, 2012, p. 132).

Essa relação hierárquica pode ter sido um ponto de entrave para o desenvolvimento do debate acerca da história pública no Brasil, de modo que, ainda segundo Fonseca (2012), essas modalidades da produção histórica e sua divulgação:

têm sido mais associadas ao ensino escolar da História e, portanto, analisadas como parte integrante do que se costuma denominar ‘educação histórica’, sendo tratadas “como produção acessória ao ensino, e ainda pouco vistas como possibilidades de pesquisa para os próprios historiadores. (FONSECA, 2012 p. 132).

Santhiago (2016) assevera que essa rejeição por parte dos historiadores ao trabalho desenvolvido por outros profissionais, especialmente jornalistas, esteve presente também em outros países em seus estágios iniciais da discussão sobre história pública e que o Brasil não conseguiu escapar a essa análise dicotômica de uma realidade muito mais complexa:

Fazer do debate “historiadores *versus* jornalistas” algo central para o campo da história pública não apenas estreita possibilidades de diálogo e fortifica muros corporativos como também consiste em um empobrecimento enorme de uma discussão complexa. (SANTHIAGO, 2016, p. 30).

De forma semelhante, Mauad, Almeida e Santhiago (2016) na introdução da obra *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários* abordam questões que “apontam para uma evidência que não se pode ignorar: o recrudescimento do papel da História como uma das bússolas orientadoras da vida política, social e cultural contemporânea” (2016, p. 11).

No entanto, o interesse crescente pelos temas históricos bem como o seu consumo não tem se restringido à produção de materiais paradidáticos ou revistas temáticas, tampouco tem seu uso exclusivo na educação escolar. Além dos já citados materiais impressos e digitais, assiste-se também à história enquanto entretenimento em filmes, programas de televisão e até em canais televisivos voltados para a história, como é o caso do *History*. Para Fonseca (2012):

O fenômeno apresenta elementos que permitem pensá-lo na perspectiva da história pública, não somente pelo fato de atingirem o grande público, mas porque suas condições de realização implicam em interações muito diferentes daquelas que se somam para a produção de uma história acadêmica. Para além de serem também um nicho de trabalho para os que não querem ou não conseguem o ingresso nas instituições de caráter científico, a história pública relaciona-se a propósitos que vão além da realização de teses de doutorado ou programas de pesquisa. Passam pela relação com a consciência histórica, ou mesmo por sua produção, pela relação com memórias individuais e coletivas, pela mobilização de comunidades, pela disponibilização de acervos e de conhecimento. (FONSECA, 2012, p. 136-137).

Diante do exposto, no que diz respeito à relação estabelecida entre a academia e outros meios de produção e divulgação da história, é possível compreender porque uma iniciativa, partindo de dentro da Academia, de mobilização e estudo acerca da história pública tenha surgido tão tardiamente no Brasil. Ferreira (2016) discutindo o cinema na história pública no contexto brasileiro cita o artigo de Sidney Chalhoub e Paulo Fontes, *História Social do Trabalho, história pública*, publicado em 2009, com o uso pioneiro do termo. No entanto, a expressão é tomada em um sentido pontual, sem a intenção de estabelecer um diálogo específico com o debate sobre o termo, como esclarecem os autores em nota:

Em inglês, o termo Public History remete a iniciativas de natureza diversa destinadas a tornar o conhecimento histórico disponível ao público em geral, almejando-se também que o cidadão comum, leigo na disciplina histórica, possa participar de algum modo na produção desse conhecimento. Neste texto, adotamos talvez uma definição mais flexível ou imprecisa, pois focalizamos também algumas experiências de interlocução entre historiadores e movimentos sociais, sem que tais experiências tenham necessariamente se localizado em instituições ou iniciativas específicas. (CHALHOUB; FONTES, 2009, p. 226).

Posteriormente, a realização do curso *Introdução à História Pública*, promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual (NEHCI/USP) e realizado na Universidade de São Paulo em 2011, foi um marco para o desenvolvimento da história

pública no Brasil. Diretamente ligado ao evento, foi publicado no mesmo ano a primeira obra brasileira dedicada ao tema, *Introdução à História Pública*, organizado por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai. Os textos de autores e autoras nacionais e estrangeiros(as) tratam desde apontamentos sobre a história pública em uma perspectiva global até a abordagem de experiências práticas.

Em 2012, foi criada a Rede Brasileira de História Pública (RBHP), que agrega “professores, pesquisadores e profissionais de diversas áreas e proveniências geográficas que têm a História e seus públicos em seu horizonte de preocupações” (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016 p. 12). A RBHP organizou o I Simpósio Internacional de História Pública, no mesmo ano, e outras edições em 2014, 2016 e 2018.

Desde a publicação do artigo de Chalhoub e Fontes, em 2009, passando pelo curso de Introdução à História Pública, pela publicação de obra homônima, criação da RBHP e realização dos simpósios, consideramos que, apesar da necessidade de aprofundamento em determinadas questões, o debate sobre história pública no Brasil está instituído. É possível mapear uma bibliografia produzida por pesquisadores brasileiros que se dedicam também a desenvolver a história pública no Brasil de forma que se concretiza uma produção voltada para as especificidades nacionais.

Entre essas especificidades está a preocupação com a questão da demanda por produção e consumo de história que, apesar de não ser um fenômeno exclusivamente brasileiro (ao contrário, ele é sensível a nível mundial), é tratada por Malerba (2014), principalmente no contexto nacional:

O crescimento desse campo sem fronteiras muito definidas que se chamou de Public History articula-se de modo orgânico com a recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado. Esses mesmos fenômenos acontecem em maior ou menor medida no Brasil: constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história, verificável no aparecimento de revistas especializadas de divulgação com grandes tiragens e, por outro lado, uma agressiva produção “historiográfica” que insiste em se autopromover como uma “nova história” – não acadêmica, diferente e superior àquela. (MALERBA, 214, p. 30-32).

O autor conclui que esse interesse pela história envolvendo tanto profissionais do meio acadêmico quanto externos têm duas implicações. A primeira decorre de que hoje, o passado está muito relacionado a “negócios” e “poder”, sendo explorado mercadologicamente. A segunda implicação é que, no caso do Brasil, diferente de outros países onde predomina a

atuação de historiadores profissionais com formação e domínio do método científico, para o autor, “a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício” (MALERBA, 2014, p. 32).

Dessa forma, Malerba (2014) aborda um outro lado do aspecto discutido por Fonseca (2012) e Santhiago (2016). O autor ressalta que o problema não está, necessariamente, no fato de não-historiadores produzirem obras sobre história, inclusive destaca que a própria historiografia brasileira tem em seu cânone nomes de historiadores autodidatas. Reconhece também o papel e o trabalho de jornalistas que, a partir dos anos de 1970 e 1980, dedicaram-se à escrita sobre períodos históricos e biografias com base em pesquisa documental e bibliográfica resultando em obras que alcançaram enorme sucesso e credibilidade, exercendo um papel decisivo na expansão do interesse por história no Brasil. Sua crítica tampouco se dirige às revistas e outros meios de divulgação histórica. Nas palavras do autor: “Trata-se de outro fenômeno, que surgiu no vácuo das ruidosas comemorações do quinto centenário da ‘descoberta’ do Brasil” (MALERBA, 2014, p. 34).

No final dos anos de 1990, o jornalista esportivo Eduardo Bueno lançou uma coleção de livros sobre o período colonial intitulada *Terra Brasilis*, entre os anos de 1998 e 2006. Foi um sucesso absoluto. No entanto, a análise de Malerba (2014) sobre essas obras é bastante crítica:

Politicamente, a obra de Bueno é muito conservadora, pois sua narrativa linear não comporta crítica nem análise; por outro lado, sua perspectiva compartilha com a historiografia do século XIX o fato de ser marcadamente eurocêntrica, como quando discute a exploração dos índios ou a mão de obra escrava. Já se apontou também a grande dívida que o autor tem para com a historiografia acadêmica, nem sempre devidamente creditada. Talvez até por estratégia de marketing, Bueno adora dizer que escreve diferente e melhor que os historiadores acadêmicos e já protagonizou diversos embates diretos contra eles. (MALERBA, 2014, p. 35).

O autor denuncia o caráter eurocêntrico, anedótico, de grandes fatos e personagens, criticada na historiografia pelo menos desde os *Annales*. Destaca também esse contraponto aos historiadores acadêmicos, possivelmente como uma estratégia de marketing. Essas características também estão presentes em obras posteriores, como os livros de Laurentino Gomes, *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil* (2007) e *1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado* (2010), que, segundo Malerba (2014),

compartilham com as obras de Bueno a mesma fórmula de história no formato de saga com ênfase nos aspectos psicológicos dos personagens e uma interpretação simplista e conservadora sobre os complexos processos que marcaram a história do país.

O *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leandro Narloch (2009), também é citado pelo autor apontando um tipo de narrativa que aborda personagens e fatos históricos isolados da sua historicidade. Ancorado na noção de “anedota”, o autor observa que esse é um tipo de narrativa breve e sem complexidade, que conta um episódio que se encerra em si mesmo, desconexo da realidade e que “não tem um fim cognitivo, mas moral: não busca conhecer, mas quer pregar” (MALERBA, 2014, p. 40). Assim, conclui o autor, o objetivo de obras como essas é, antes de mais nada, estabelecer lições morais e noções do que seria politicamente “certo ou errado”. É o uso político da história, vendida como entretenimento. É preciso lembrar que “Quando se pensa a dimensão pública da história, é preciso considerar não apenas a mensagem ou o locutor, mas como diversas audiências recebem tal mensagem” (MALERBA, 2014, p. 42).

Quando pensamos que o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil* (NARLOCH, 2009) tornou-se um *bestseller* atingindo um grande público e originou uma série de “Guias” e ainda uma série televisiva e que tem preocupado pesquisadores pelos seus possíveis efeitos na apreensão histórica, especialmente por parte de jovens em idade escolar, (RAMOS, 2015) e tudo isso calcado em um discurso abertamente conservador que se coloca como um contraponto à historiografia – uma história que se opõe à História – estamos diante de um efeito perverso da produção histórica apartada da Academia. Esse tipo de material é potencializado pela facilidade de produção e divulgação proporcionado pela internet e atinge níveis alarmantes com os documentários da Brasil Paralelo. Enquanto o “Guia” – o livro e a série – são vendidos como entretenimento, a Brasil Paralelo tem objetivos mais sérios: a conformação de uma identidade nacional através da educação.

Serge Noiret (2015), pensando a relação entre produção histórica e a internet nos termos de uma “história pública digital” e discutindo o papel do historiador público diante dos desafios para o trabalho historiográfico com a popularização da internet, alerta que:

Educadores e historiadores públicos têm o dever de interpretar criticamente a narrativa falsamente “objetivante”. E não apenas a narrativa da historiografia celebrativa nacional [...], mas, sobretudo, aquela virtual e viral mais insidiosa, que promove memórias coletivas alternativas a assim chamada história “oficial”, e retoma – ou inventa por inteiro – novas “legendas nacionais”. Exatamente como acontece com a paródia europeia de Wikipédia, a Metapédia, com suas narrativas nacionalistas, racistas e

revisionistas, e a sua vontade de plasmar a “linguagem” pública e acadêmica europeia para descobrir “verdadeiros” passados e memórias coletivas nacionais. (NOIRET, 2015, p. 40).

A Metapédia, citada por Noiret, é um portal de extrema-direita que pretende-se uma enciclopédia alternativa e que apresenta majoritariamente proposições revisionistas e negacionistas sobre os mais diversos temas históricos. Esse portal apresenta verbetes em diversos idiomas, inclusive o português, como apontam Santana e Maynard (2017). Ainda segundo esses autores, embora a quantidade de acessos ao portal, que existe desde 2006, não seja tão expressivo, ele acaba tendo um papel pedagógico:

Não é possível influenciar um debate mais amplo com um ambiente pouco relevante. Mas é possível servir como referência para grupos que se apropriam da mesma para realizar atividades da extrema-direita fascista. Então, se em um contexto macro ela é irrelevante, em um contexto micro (no que se refere aos grupos que fazem uso da mesma), ela funciona perfeitamente como um recurso pedagógico. (SANTANA; MAYNARD, 2017, p. 32).

Ainda, é sintomático que, na análise desses autores, ao discutir a circulação dos internautas que acessam o portal (a partir de que *sites* eles chegam ao portal e para onde esses visitantes migram a partir dele), o *YouTube* tenha aparecido como um dos destinos dos visitantes direcionados pelo próprio portal que tem vídeos da plataforma como referências em seus verbetes. Por fim, vale citar a reflexão dos autores sobre a relação desses conteúdos, dos espaços em que são veiculados (virtual) e a memória:

Devido à pluralidade de iniciativas, sites, blogs, perfis em redes sociais que se propõem a expor conteúdo histórico se tornam, também locais de memória. O uso destes espaços se tornou interessante devido a sua simplicidade e possuem um raio de alcance bem maior que criar uma revista impressa, por exemplo. Sendo assim, a rede se tornou uma vitrine de grande alcance para exposição do conteúdo. (SANTANA; MAYNARD, 2017, p. 34).

O caso do Brasil Paralelo é emblemático nesse sentido. Como exposto, é uma empresa que surgiu para propagar uma espécie de “programa educativo” de direita especificamente no ambiente virtual, tendo o *YouTube* como principal meio para a veiculação de suas produções.

2.2 Revisionismo ideológico e negacionismo: apologia a ditadura militar no Brasil

Traverso (2012) pondera que as revisões são próprias do trabalho historiográfico e que estas são um processo natural da análise histórica que podem surgir a partir da descoberta de novas fontes, por exemplo, que “podem fazer incidir uma nova luz sobre acontecimentos que se julgava serem perfeitamente conhecidos ou de que tínhamos um entendimento errôneo” (TRAVERSO, 2012, p. 56). Da mesma forma, as mudanças nos paradigmas interpretativos podem resultar em revisões:

A história escreve-se sempre no presente e o questionamento que orienta a nossa exploração do passado modifica-se segundo as épocas, as gerações, as transformações da sociedade e os percursos da memória colectiva. (TRAVERSO, 2012, p. 156-157).

Ainda segundo Traverso (2012), o debate sobre o revisionismo histórico se insere quando esses trabalhos de revisão da História “implicam uma viragem ético-política na nossa forma de olhar o passado” (TRAVERSO, 2012, p. 157), de forma que a releitura do passado passa a obedecer a um objetivo político e, para isso, recorre-se a recortes e interpretações que muitas vezes dão destaque a determinados aspectos ou fatos em detrimento de outros, ignorando as correlações existentes sem as quais a análise só pode resultar em distorções.

Assim, falar em “revisionismo” dentro da historiografia apresenta-se como uma tarefa complexa dado aos diversos sentidos que o termo pode assumir. No entanto, levando em consideração as proposições de Traverso (2012), bem como de Hobsbawm (1996) e Poggio (2006), assumimos nesse trabalho, a expressão “revisionismo histórico” para designar um debate em torno de determinado tipo de produção historiográfica que, ao longo das três últimas décadas do século XX, acabou por fazer prevalecer uma conotação negativa sobre o termo configurando-o como um recurso para legitimar, por meio de interpretações históricas, determinadas concepções políticas de cunho conservador, bem como reforçar um suposto caráter eterno do capitalismo e desqualificar os pensamentos de esquerda, especialmente o comunismo.

Nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, trabalhos dessa natureza ganham notoriedade e adquirem características específicas a partir da década de 1970, da derrocada da União Soviética, do advento do pós-modernismo, e se liga ao pensamento neoliberal do final do século XX.

Poggio (2006), ao tratar do revisionismo histórico sobre o nazismo e o fascismo, aponta a natureza conservadora dessas revisões:

[...] el revisionismo histórico de las décadas de 1980 y 1990 há sido, a su pesar, un fenómeno de gran importancia, una articulación crucial en la compleja estrategia neoconservadora dirigida a atacar no sólo las bases materiales, sino también las posiciones culturales y la fuerza intelectual de la izquierda, entendida en su acepción histórica más amplia. [...] en el plano historiográfico, el revisionismo no atañe sólo o principalmente a la representación de fascismo y nazismo, **se trata por el contrario, de la formulación más reciente de un modelo teleológico de historia, construido a partir de los efectos actuales del capitalismo liberal-democrático.** (POGGIO, 2006, p. 200, grifo nosso).

Um episódio ocorrido entre 1986 e 1987 é emblemático para compreender esse fenômeno, bem como a dimensão que esse tomou e a sua visibilidade para além de um debate restrito aos pares: um artigo publicado por Ernst Nolte, em 1986, suscitou um debate historiográfico que tornou-se público e ficou conhecido como “controvérsia entre historiadores” – *Historikerstreit*:

[...] iniciado em 1986-1987 pelas teses de Ernst Nolte sobre o passado alemão “que não quer passar”. A sua interpretação do nazismo como uma reação à Revolução Russa e, sobretudo, a sua visão do genocídio dos judeus como “cópia” de um “genocídio de classe” perpetrado pelos bolcheviques foram objeto de polémicas bastante divulgadas. Jürgen Habermas foi o principal antagonista de Nolte, a quem acusou de ter encontrado uma maneira comoda de “liquidar os danos”, de “normalizar” o passado e de dissolver a responsabilidade histórica pelos crimes do nacional-socialismo. (TRAVERSO, 2012, p.131).

O fato de os debates sobre o revisionismo ganharem visibilidade no âmbito do espetáculo midiático também não deixou de chamar a atenção de Hobsbawm (1996), quando tratou sobre o revisionismo histórico acerca da Revolução Francesa por ocasião do seu bicentenário em 1989: “O que era explosivo na França de 1989 não era o estado do país, mas as paixões de seus intelectuais, especialmente daqueles com visibilidade na cada vez mais importante mídia de opinião que lhes deu um destaque pouco comum” (HOBSBAWM, 1996, p. 112).

Do mesmo modo, Poggio (2006) não deixa de salientar a articulação entre revisionismo histórico e os meios de comunicação de massa que atuam, sobretudo, em um cenário de disputas pela representação do passado e seu uso público:

Desde hace por lo menos una década, el revisionismo histórico ocupa un lugar central en un conflicto en el que está en juego el control de la representación del pasado, en primer lugar de la historia del siglo XX. **Teniendo por objeto la formación del sentido común a través del uso público de la historia, la revisión del juicio sobre los grandes acontecimientos de la contemporaneidad ha decubierto como lugar privilegiado el sistema de los medios de comunicación de masas.** (POGGIO, 2006, p. 7, grifo nosso).

Em suma, percebe-se que, ao longo das últimas décadas do século XX, o termo adquiriu um sentido negativo designando uma produção historiográfica comprometida com uma leitura política conservadora.

Nesse caminho, o advento do pós-modernismo vai contribuir para endossar essa produção que contribui, em última instância, para a legitimação da democracia liberal (POGGIO, 2006) e até mesmo para a leitura desse como único caminho possível (TRAVERSO, 2012). Na historiografia, apesar da aparente contradição, à medida em que nega a história, a adoção de pressupostos típicos do pensamento pós-moderno, como a sobrevalorização dos discursos e interpretações, rejeição ao sentido de continuidade e memória histórica (HARVEY, 2005), favoreceu o desenvolvimento do revisionismo histórico com a desvalorização das análises “economicistas” e “universalizantes” ao mesmo tempo em que a redução da história a uma “construção textual” favorece o desenvolvimento de análises históricas marcadas mais pela influência ideológica nas quais as fontes e fatos interessam na medida em que comprovam ou corroboram determinadas perspectivas.

A partir dos anos 1980, com o fim eminente da URSS e o avanço das propostas neoliberais, parece não haver alternativas políticas. A chamada pós-modernidade e sua negação das metanarrativas, dos processos e causalidades históricos ganha espaço de forma que vemos o “fim da história” declarado por Fukuyama (1990), celebrando o ápice do desenvolvimento ideológico da humanidade: a democracia liberal.

Nesses termos não teria mais lugar as análises históricas que versam sobre “revolução”; “luta de classes”, “capitalistas x operários”, ou as noções de progresso e de causalidade, sejam estas interpretações marxistas ou liberais. E, muito embora o revisionismo histórico tenha sua origem antes do pós-modernismo, ambos se encontram no processo de análise histórica e nas suas consequências políticas.

Ambos também se vendem como “inovadores”, na visão de mundo no caso do pós-modernismo, e nas análises que fogem do economicismo e do determinismo no caso do

reversionismo. Na prática, no entanto, legitimam o neoliberalismo e minam qualquer esperança de uma mudança mais profunda para as sociedades humanas.

Na virada do século, a problemática do reversionismo histórico permaneceu, ganhando mais espaço no debate público, como adverte Luciana Soutelo (2009):

Quando esta grave situação advém de profissionais comprometidos com a análise social – historiadores, cientistas sociais, filósofos, etc. –, pode-se afirmar que houve uma negligência metodológica com o fim de manipular a História. No entanto, o que dizer quando manifestações semelhantes provêm da generalidade dos meios de comunicação, de cidadãos comuns que simplesmente emitem um juízo sobre a História? O controle, neste caso, torna-se muito mais difícil, pois se adentra diretamente no âmbito da memória coletiva, cuja análise nos informa tanto sobre a identidade social presente quanto sobre as perspectivas de futuro de uma sociedade. (SOUTELO, 2009, p. 98).

2.2.1 Brasil: um balanço a respeito do reversionismo da ditadura militar

No caso específico do Brasil, em um balanço sobre o tema do reversionismo acerca da ditadura militar, diríamos que este aponta para dois vieses de discussão correlatos, mas não necessariamente convergentes. O primeiro, tratado mais especificamente no âmbito da historiografia (reversionismo histórico) e o segundo está mais ligado a um “reversionismo ideológico” (NAPOLITANO, 2015) e ao debate no campo da história pública que se preocupa especialmente com os usos políticos da história e da memória em produções midiáticas.

No debate historiográfico, a crítica ao reversionismo histórico, na acepção aqui discutida, aponta para características comuns com os exemplos já tratados: o anticomunismo/antimarxismo, a influência pós-moderna e neoliberal e a condenação de processos revolucionários. Quando se trata da ditadura militar, Melo (2013) aponta que esse reversionismo tem sua origem na década de 1990 e assim como nos casos europeus:

A primeira operação realizada por essa “nova” literatura foi a de deslocar a explicação daquele regime da problemática do capitalismo. Sob o argumento falacioso segundo o qual conectar o processo político à dinâmica econômica seria o mesmo que “economicismo”, uma leitura “politicista” veio propor como explicação para o golpe e a ditadura um suposto “déficit democrático” na sociedade brasileira, de acordo com o qual, nos idos dos anos sessenta, tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente “golpistas”. Ao mesmo tempo, seguindo um cacoete comum a toda a operação reversionista iniciada por Furet e Nolte, e presente nos atuais contextos português e no Estado Espanhol, a esquerda é colocada no “banco dos réus”, sendo desqualificada tanto em sua prática no período anterior ao golpe de 1964, quanto durante

sua resistência ao regime ditatorial. O próprio estatuto de parte da Resistência é posto em dúvida. (MELO, 2013, p.62).

Nesse sentido, autores como Melo (2013, 2014), Toledo (2004) e Sena Júnior (2017) convergem ao apontar que, sucintamente, no debate sobre revisionismo histórico em relação à ditadura militar no Brasil, os pontos mais polêmicos referem-se a uma suposta aprovação da sociedade brasileira, tanto anteriormente quanto durante a ditadura. Relacionado a esse primeiro ponto, temos a condenação da resistência armada, as pretensões igualmente golpistas de setores da esquerda e da direita naquele momento, a periodização da ditadura que seria mais curta do que os vinte e um anos situados entre 1964 e 1985 e, por fim, uma questão de ordem conceitual referente ao termo “civil-militar” (MELO, 2014).

Não podemos deixar de situar que um importante debate historiográfico começa a aparecer no Brasil, nos anos de 1980, quanto ao tratamento do termo “ditadura militar”, ou seja, se deveriam ser adotadas outras expressões como “civil-militar”, “empresarial-militar”, dentre outros. No começo da década de 1980, Dreifuss (1981) relacionava o termo “civil-militar” a articulação política de uma elite orgânica diferenciando “o movimento de classe que levou à intervenção em 1º de abril de um mero golpe militar” (DREIFUSS, 1981, p. 483). Em uma acepção mais recente representada, por exemplo, por Reis Filho (2010), o termo liga-se muito mais a uma espécie de “apoio massivo” aos militares comprovado, segundo o autor, pelos milhões de pessoas que participaram das marchas pró-militares; pela expressiva votação no ARENA e pela popularidade do governo Médici. Já Fico (2004) faz uma distinção entre o caráter civil-militar do golpe de 1964 e a implementação de uma ditadura militar, em que, embora tenha ocorrido a participação de setores civis durante os 21 anos de ditadura, o poder político de fato teria sido exercido pelas Forças Armadas.

Das reflexões acerca desses pontos centrais no debate sobre o revisionismo histórico da ditadura militar, nota-se a preocupação com as consequências políticas do que Toledo (2004) classifica como “especulação historiográfica” ao defender que essa especulação tem consequências, sendo desenvolvidas no mesmo contexto de hegemonia global do neoliberalismo e que, apesar de partir de uma historiografia que, no caso do Brasil, não é necessariamente de direita, em sua dimensão política aproxima-se de uma leitura conservadora sobre o período:

A afirmação do golpismo das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos, de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apologetas do golpe político-militar de 1964. Mais do que isso: contribui para legitimar a ação

golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964. A direita golpista não pode senão aplaudir esta “revisão” historiográfica proposta por alguns intelectuais progressistas e de esquerda. (TOLEDO, 2004, p. 44-45).

De forma semelhante, Sena Júnior (2017) discute a questão e enfatiza essa aproximação entre uma historiografia que os autores supracitados classificam como revisionista e os anseios de uma direita política por justificar e normalizar a ditadura militar na história do país:

[...] O curioso dessa abordagem revisionista é que, enquanto a sociedade virou à esquerda, com os holofotes voltados para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que fizeram emergir um debate há tempos sufocado sobre as responsabilidades dos agentes públicos que serviram à ditadura, especialmente os torturadores, a historiografia vai cada vez mais à direita, admitindo que os militares podem estar falando a verdade e que entre estes e a esquerda, a punica diferença é a que os primeiros foram vitoriosos. (SENA JÚNIOR, 2017, p. 76).

A análise dos autores supracitados é consonante com a de outros autores críticos do revisionismo histórico já referenciados (TRAVERSO, 2012; POGGIO, 2006): esses trabalhos estão inseridos em um contexto mais amplo e, em grande medida, contribuem para legitimar determinados projetos políticos ou ideológicos.

2.3 Revisionismo ideológico: uma aproximação às suas abordagens

As análises da produção *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019), ou análises voltadas para a empresa Brasil Paralelo como um todo, em geral, ressaltam o uso político-ideológico de seus conteúdos do ponto de vista revisionista ou negacionista (LIMA, 2019; BUZALAF, 2019a; BUZALAF, 2019b). De forma semelhante, discussões acerca da atuação de grupos de direita na internet abordam, como os mesmos se alicerçam no revisionismo histórico (LIMA, 2019; SILVA, 2018) e no negacionismo (SILVA, 2017; SANTANA; MAYNARD, 2017) para instrumentalização da história e da memória e os seus usos políticos.

Por exemplo, Pereira (2015) discute a atuação de uma “nova direita” que, no período dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), atuaram na internet disseminando, na contramão do trabalho proposto pela Comissão, uma negação e/ou revisionismo do período da ditadura militar.

Já Buzalaf (2019) discute o vídeo sobre a ditadura militar produzido pela Brasil Paralelo a partir do questionamento se esse seria revisionista ou negacionista, concluindo que o filme traz uma abordagem negacionista ao pretender construir uma narrativa histórica sem lastro científico.

Silva (2017), por sua vez, discute o portal Metapédia e a sua pretensão de ser um suporte pedagógico para a extrema-direita com base em um “revisionismo negacionista”, presente em seus verbetes que oferecem, segundo o autor, versões diferentes para conceitos e períodos históricos e se inscrevem em um contexto de iniciativas de reescrita da história a partir de um ponto de vista conservador, particularmente na internet.

Em comum, esses e outros trabalhos demonstram e fundamentam uma preocupação com a produção e circulação na internet de releituras de processos históricos intimamente ligadas a grupos conservadores e de extrema-direita e o uso político que se pretende fazer dessas releituras. Esse é um processo de escrita da história que ocorre em um ambiente externo àqueles tradicionalmente ligados à produção historiográfica e, muitas vezes, em uma clara oposição a esta última.

Não obstante, levando em consideração que “as vozes públicas que defendem a ditadura e uma solução autoritária para conflitos políticos e sociais ganham espaço e volume, sobretudo nas redes sociais” (NAPOLITANO, 2015, p. 33), inferimos que os impactos dessas mídias sobre um determinado público não têm deixado de afetar também a educação formal. Márcia Ramos (2015), por exemplo, discute o estereótipo do professor de história no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (NARLOCH, 2009) e o impacto dessa obra em estudantes do ensino médio. Para a autora, as informações ou interpretações que circulam na sociedade, especialmente mediados pela mídia, podem em determinadas circunstâncias, ter mais “força pedagógica” que a escola e alerta que os “estereótipos produzidos nestes materiais culturais quanto ao professor de história subentendem determinada posição política, mesmo que se digam ‘sem ideologias’ e apontem a ideologia do ‘Outro’” (RAMOS, 2016, p. 120).

Paulo (2020), por sua vez, aborda a pretensão educacional da produtora Brasil Paralelo atrelada à crítica à regulação estatal da educação, e a infiltração ou influência da produtora em determinados setores estatais no atual governo. Entre os exemplos da abordagem e concepção de educação defendida pela Brasil Paralelo citadas pelo autor, a produção e distribuição da série *Brasil: a última cruzada* sintetiza, além da sua aspiração educativa, o alcance político que a produtora vem galgando:

[...] No ano passado [2019], a Brasil Paralelo lançou *crowdfunding* para transformar em filme uma de suas séries “documentais”, esta feita sobre a História do Brasil. A arrecadação coletiva em favor de “Brasil: a última cruzada” mirava alcançar 2 milhões de reais, em um plano de ação cuja meta final era a produção do documentário e distribuição de assinaturas nas escolas brasileiras. A vaquinha virtual conseguiu pouco mais de 400 mil, como o próprio Filipe Valerim admitiu em vídeo divulgado no YouTube. Segundo ele, suficiente para a realização da película, mas não para sua chegada às unidades escolares brasileiras. Menos mal para os liberais orgulhosos de “nunca terem recebido dinheiro público” que, em dezembro, a TV Escola, canal financiado pelo MEC, tenha garantido o objetivo de ampliar acesso ao conteúdo, ao fechar contrato para divulgação da série. (PAULO, 2020, p. 104).

Outros trabalhos, entre os quais Lima (2019), Dias (2019) e Carvalho e Martini (2018), preocupam-se mais especificamente com as narrativas históricas propriamente ditas, construídas por esses materiais. Lima (2019), por exemplo, debate a construção de uma identidade nacional supremacista, presente em obra da produtora Brasil Paralelo e em livros e entrevistas do já citado jornalista Leandro Narloch. O autor adverte que:

A conclusão principal desta análise é que estamos diante de uma atualização, em linguagem sedutora, de teses autoritárias e supremacistas do século XIX brasileiro. Trata-se de uma constatação preocupante para o futuro do país e da humanidade, principalmente se este tipo de narrativa se consolidar em currículos escolares e nas políticas culturais e educacionais do Estado brasileiro, num contexto de crise profunda na economia, na sociedade e na política. (LIMA, 2019, p. 16-17).

No tocante às narrativas sobre a ditadura militar, entre outros, podemos citar a abordagem de Dias (2019), quando discute o documentário da Brasil Paralelo sobre a ditadura enquanto um empreendimento político baseado em um discurso de imparcialidade e divulgação de uma (ou DA) verdade sobre o período:

Entre “mitos” e “verdades” parece existir uma forma diferente de enxergar os fatos, baseada em uma outra realidade, paralela, a de um *Brasil Paralelo*. Isso porque subentende-se existir, inclusive, uma outra verdade, situada sob um espectro de onde não pode existir sequer diálogo, confronto, embate, uma vez que **tudo o que até então fora produzido sobre a história do período se reduz ao nível da manipulação, da propaganda e da desinformação**. Assim, parece que a empresa procura destruir “mitos” na tentativa de legitimar outros, que se inscrevem como verdades quase que irrefutáveis. (DIAS, 2019, p. 13, grifo nosso).

Já Silva (2018) discute sobre a atuação da nova direita brasileira no mercado editorial nacional ressaltando que:

A disseminação de editoras que passam a configurar seus catálogos tendo em vista o público interessado nos autores ligados intelectualmente ao campo político da direita, e o sucesso de vendas que estes livros alcançam, deixa claro que esta tendência se estabelece de forma consolidada no universo cultural do país e exerce significativa influência no debate público. (SILVA, 2018, p. 83).

Em comum, esses trabalhos abordam, em alguma medida, os temas do revisionismo e do negacionismo para situar ou classificar os temas e fontes abordados. Os termos aparecem especialmente ao tratar do livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil* (NARLOCH, 2009) e dos materiais da Brasil Paralelo.

Entretanto, o uso do termo revisionismo, a princípio, remete a embates travados no âmbito acadêmico, sendo acompanhados de perto por sua repercussão midiática e suas implicações políticas em um contexto de rápidas e profundas mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais a nível global a partir da segunda metade do século XX como já ressaltamos.

Assim, a já mencionada demanda por história por parte do público, colocando a produção histórica como um nicho mercadológico, sendo explorado por profissionais de diversas áreas e com objetivos distintos daqueles que regem o trabalho historiográfico, expande a questão do revisionismo para o debate público sobre a história. A internet, por sua vez, encarregou-se de potencializar o alcance dessas leituras revisionistas, vide as produções aqui analisadas. Isto posto, abordar o revisionismo hoje perpassa pela análise do seu alcance bem como da sua relação, como advertiu Soutelo (2009), com as memórias coletivas e as expectativas de futuro e projetos de sociedade.

Nesse sentido, uma outra discussão a respeito do tema do revisionismo sobre a ditadura militar no Brasil perpassa o campo de estudos da história pública, especialmente a sua dimensão de uma “história *para* o público”, nos termos propostos por Santhiago (2016), lançando luz sobre a análise de produções como os audiovisuais aqui abordados.

Para Napolitano (2015), o revisionismo histórico sobre a ditadura militar, no âmbito do debate acadêmico, é distinto do “revisionismo ideológico”²³ e, embora eles se relacionem,

²³ Não há, no Brasil, uma discussão sistematizada acerca do termo “revisionismo ideológico”. Esse tema tem sido abordado recentemente pelo historiador Marcos Napolitano, primeiro em seu artigo *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*, de 2015, onde, como

este último está ligado a atuação de grupos conservadores que emergem no contexto de uma nova fase no processo de construção social da memória sobre a ditadura militar, que está inserida na conjuntura dos governos petistas a partir dos anos 2000, de modo que:

Em linhas gerais, ela coincide com os três governos petistas (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) durante os quais se percebe dois movimentos contraditórios: de um lado, o aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática; de outro, no plano da sociedade civil, o crescimento do revisionismo, em alguns casos partilhado por historiadores reconhecidos e de viés progressista, que indica uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970. (NAPOLITANO, 2015, p. 32).

Nessa circunstância, o autor supracitado indica a presença desse “revisionismo ideológico”, como uma revisão da história a partir de um ponto de vista e com objetivos exclusivamente políticos sem vinculação com a historiografia, ligado à extrema direita, e que apresenta-se a partir de duas facetas:

[...] o período tem sido marcado pela aparição pública, com grau crescente de legitimação no debate e infensa a qualquer execração pública, de memórias da extrema-direita, cuja faceta mais hipster se esconde na crítica ao “politicamente correto”. A versão mais “puro sangue” da extrema direita dispensa o bom humor e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo”. (NAPOLITANO, 2015, p. 34).

Os materiais que estamos discutindo, tanto o documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019) quanto a série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017), ilustram essas facetas da extrema direita no âmbito do debate público sobre a ditadura militar citadas por Napolitano (2015), de modo que tanto o livro de Leandro Narloch (2009) quanto a série por ele inspirado são representativos de uma abordagem mais informal, “politicamente incorreta”, sobre o período, enquanto que o documentário da Brasil Paralelo assume um tom

vimos, apresenta uma breve conceituação para o termo, diferenciando-o do revisionismo histórico. Posteriormente, o termo aparece de forma pontual em outros artigos do mesmo autor, assim como em eventos.

mais sóbrio e apresenta características do que o autor classificou como uma direita mais “puro sangue”.

Não obstante, para Napolitano, em conjunto com Mary Anne Junqueira (2019), o “revisão ideológico” caracteriza-se pela ausência da ética e do método inerentes à prática historiográfica e busca, sobretudo, adequar a argumentação da sua narrativa para validar uma visão ideológica, moral ou valorativa previamente estabelecida. Para eles, este é um procedimento inverso ao processo historiográfico, no qual, embora estejam sempre presentes questões ideológicas ou valorativas, estas estão sujeitas e limitadas às perguntas colocadas e ao método historiográfico e não estabelecidas de antemão como respostas.

Portanto, a partir das proposições de Napolitano (2015), utilizamos o termo “revisão ideológico”, a fim de enfatizar que a série *Guia Politicamente Incorreto* (GUIA, 2017) e o documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019) são materiais de propaganda política e ideológica que reivindicam um rompimento com a produção acadêmica, visando ratificar uma posição de caráter conservador e, em última instância, atuam na defesa da ditadura como um parâmetro para a organização política e social do país. Ou seja, são produções *sobre história* e não produções *historiográficas* à medida em que não apresentam uma preocupação com o método histórico, mas se ancoram na deslegitimação da historiografia pautada nas provas materiais, nas fontes e, principalmente, no respeito às regras e métodos de pesquisa.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DO OBJETO E A TEORIA DA MEMÓRIA COMO RECURSO ANALÍTICO

A ditadura militar e o processo que a gestou, além do profícuo debate no âmbito historiográfico, tem ocupado, como estamos ressaltando, um interesse público, de forma que o período também tem sido tratado, entre outros, por produções de cunho político-ideológico de viés conservador que procuram se distanciar das produções acadêmicas e estabelecer uma narrativa própria sobre o período, como no caso das duas produções aqui analisadas.

Dessa forma, e considerando que estamos tratando como a discussão sobre a ditadura militar tem sido recuperada, vamos aqui situar o contexto de sua produção, os sentidos que lhes vêm sendo atribuídos e os aportes teóricos no campo da memória propriamente dita, nos quais nos apoiamos para tratar da análise dos comentários que estamos discutindo, a partir dos vídeos mencionados.

3.1 Uma aproximação ao debate historiográfico sobre a ditadura no Brasil

O golpe de Estado de 1964 e a subsequente ditadura militar que se estabeleceu por 21 anos no Brasil é parte de um processo que se gestava já há alguns anos e cuja compreensão deve considerar a sua inserção em um contexto mais amplo do capitalismo que envolve a atuação norte-americana na América Latina durante a Guerra Fria e a articulação entre setores das forças armadas, o empresariado nacional e proprietários rurais, setores conservadores da sociedade, bem como a grande mídia.

O mundo pós-segunda guerra é marcado pela ascensão dos Estados Unidos enquanto principal potência política e econômica no contexto global e sua influência se fez sentir em diversas partes do planeta. O imperialismo norte-americano exerceu, segundo Coggiola (2001), influência determinante na América Latina, tanto nos processos golpistas quanto nos governos militares propriamente ditos. Assim, sem desconsiderar os fatores internos dos países latino-americanos que sofreram golpes de Estado durante esse período, é mister considerar esses processos como parte de um fenômeno político internacional:

Assim, de acordo com todas as evidências, mais que uma questão de política nacional, de política interna de países como Argentina, Peru, Guatemala, Equador ou Brasil, os golpes de Estado que, depois da revolução cubana, abalaram toda a América Latina constituíram um fenômeno de política internacional cujo epicentro se encontrava na mutação da estratégia de

segurança continental, promovida pelo Pentágono. (BANDEIRA, 1997, p. 112).

Nesse contexto, de acordo com Coggiola (2001), o golpe de 1964 no Brasil foi decisivo dado a sua importância econômica e demográfica. O contexto nacional de acirramento da luta de classes expressa, entre outros fatores, pelo fortalecimento dos sindicatos, pela luta dos trabalhadores do campo por meio das Ligas Camponesas e pelas reformas de base em pauta, resultavam em um quadro desfavorável aos interesses norte-americanos no país, de modo que sua intervenção fez-se presente tanto nas estratégias de desestabilização do Governo Goulart quanto no pós-golpe, garantido o alinhamento do novo governo aos seus interesses (COGGIOLA, 2001).

Fico (2008), por sua vez, considera que, embora a importância estratégica do Brasil para os EUA não fosse mais a mesma desde a II Guerra, a Revolução Cubana tornou “simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista justamente no maior país da América do Sul, algo que implicaria a órbita de influência comunista” (FICO, 2008).

Em um contexto de relação entre elementos internos e externos, de avanço das ações imperialistas norte-americanas sobre a América Latina; de efervescência política e mudanças nas estruturas econômicas e sociais, a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, abriu a possibilidade de ascensão à presidência do seu vice, João Goulart, como previa a Constituição de 1946, fator que desencadeou uma crise política protagonizada pelos Ministros militares, com apoio de determinados grupos civis contrários à posse de Goulart sob a alegação de eminente perigo à segurança nacional. A preocupação com a posse de um presidente notório herdeiro da política getulista, tinha, no entanto, raízes mais antigas e profundas:

O que haviam ganho os antigetulistas pela intervenção do Exército em 1945, o que haviam perdido pela eleição de Getúlio em 1950, ganho outra vez pelos militares em 1954, outra vez perdido em 1955 (tanto pela eleição como pelo golpe de Lott) e aparentemente ganho pelas urnas em 1960, estava agora novamente perdido. (SKIDMORE, 1982, p. 256).

Uma vez empossado, o governo de João Goulart foi marcado, tanto em sua fase parlamentar quanto no regime presidencialista por uma série de aspectos políticos, econômicos e sociais que, em seu conjunto, compõem o pano de fundo, a nível nacional, do processo que culminou na derrubada do seu governo. Toledo (2014) sintetiza a aquele contexto:

[...] o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Durante seus dois anos e meio de existência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa e prolongada crise econômico-financeira (recessão e uma inflação com taxas jamais conhecidas); constantes crises político-institucionais; ampla mobilização política das classes populares (as classes médias, a partir de meados de 1963, também entram em cena); fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo; crise do sistema partidário e um inédito acirramento da luta de classes. (TOLEDO, 2014, p. 39-40).

Desse modo, o processo de articulação dos movimentos sociais, sobretudo sob a liderança do PCB, a maior organização entre trabalhadores rurais e urbanos e a atuação do movimento estudantil e setores organizados da Igreja Católica, bem como as prospecções de reformas sociais de base aceleram as contradições e conflitos internos. Ao mesmo tempo, de acordo com Dreifuss (1981), setores da burguesia nacional se organizavam, com o apoio político e financeiro dos Estados Unidos, através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Doutrina de Segurança Nacional era disseminada a partir da Escola Superior de Guerra.

Skidmore (1982), por sua vez, destaca a radicalização de grupos anti-janguistas bem como de determinados setores à esquerda. Também chama atenção para as medidas do governo no combate à inflação e tentativa de se ajustar às exigências dos credores internacionais expressos no Plano Trienal e nas negociações para a nacionalização de empresas estrangeiras nos serviços públicos. A reforma agrária com vistas ao aumento de produtividade e poder aquisitivo, para além de uma medida de justiça social, também fazia parte do programa evidenciando como a questão das “reformas de base” encontravam-se no centro do embate político do período.

Em meio ao agravamento da crise econômica com a redução do PIB, a pressão sobre os salários, a paralisação de investimentos privados – nacionais e estrangeiros –, e o acirramento da crise política com seu ápice na defesa das reformas de base por Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, o cerco sobre o governo se fecha com o crescimento do pânico entre as classes médias, banqueiros e industriais com o suposto risco de o Brasil virar “uma nova Cuba”. Assim, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade evidenciou o apoio de determinados setores civis à deposição do presidente:

Os elementos civis que agora dirigiam oposição a Jango compreendiam diversos grupos. Iam desde os de extrema-direita, em pequeno número, mas

articulados, que temiam seriamente a democracia de base popular que estava sendo criada por um Brasil industrializado, aos centristas receosos de que Jango estava pondo em risco o crescimento econômico e ordenado nos moldes de uma economia mista. Os primeiros eram representados por jornais como a *Tribuna da Imprensa* (que não pertencia mais a Lacerda, mas inda estava sob sua influência) e pelo Cardeal Dom Jaime Câmara, enquanto os últimos eram representados por grupos como o IPES, o movimento dos homens de negócios de São Paulo, e a *Síntese*, órgão dos católicos moderados, de mentalidade reformista. (SKIDMORE, 1982, p. 361).

A atuação desses elementos civis não se restringiu à conspiração golpista, mas esteve presente também durante o período ditatorial quando o país foi governo a partir do Estado de Segurança Nacional e sua Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Essa doutrina foi elaborada, segundo Maria Helena Moreira Alves (2005) em colaboração com o IBAD e o IPES e consistia em um corpo teórico com o arcabouço ideológico e as diretrizes para as ações de planejamento econômico e político, programas governamentais, bem como para coleta de informações e infiltração no combate à oposição.

No entanto, como já abordamos, Fico (2004) chama atenção para a seguinte discussão acerca do caráter predominantemente militar da ditadura:

[...] se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu papel dos militares. Além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis. [...] Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar — em duas palavras: de uma ditadura militar. (FICO, 2004, p. 52).

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento abarcava desde o modelo econômico e diretrizes políticas até a vida cotidiana, uma vez que o perigo do “inimigo interno” transformava qualquer pessoa em um inimigo em potencial, assim, a coleta de informações, o controle e a repressão abrangeram não só o corpo político, burocrático e militar, mas estendeu-se também aos cidadãos comuns. Cabe ressaltar que essa doutrina funcionava como uma diretriz para ação, contudo não previa todas as estruturas do novo Estado e tampouco todos os percalços a serem enfrentados, de forma que Alves (2005) destaca as articulações internas ao Estado marcadas por uma complexa situação na qual era necessário manter certa aparência de legitimidade enquanto os setores do próprio governo divergiam entre aqueles que priorizavam a questão da segurança e os que buscavam fincar as bases do novo Estado em um amplo apoio popular, ao mesmo tempo em que a oposição se valia das brechas na legislação e no aparato repressivo para se confrontar com o governo.

Essa situação gerou o que Alves (2005) denomina de “ciclos liberalizantes” que se tornariam uma tendência permanente durante toda a ditadura, esses momentos de maior ou menor abertura política tinham duas características principais: por um lado evidenciava o caráter classista da estratégia de repressão, pois o afrouxamento da repressão tinha como objetivo os setores de elite da oposição, enquanto a classe trabalhadora convivia constantemente com a repressão e a política de arrocho salarial, por outro lado expunha os conflitos internos ao Estado entre os setores ligados a segurança e aqueles mais preocupados com a legitimação do Estado a partir da aprovação popular.

Os Atos Institucionais e a manutenção do Congresso até certa altura ilustram a necessidade de institucionalização da “revolução”, e as manobras na legislação eleitoral demonstram os mecanismos utilizados pelo Estado ditatorial para o controle político mantendo a aparência de legalidade ao mesmo tempo em que perseguia e tornava inelegíveis os candidatos de oposição mais proeminentes. Assim, os Atos Institucionais 1, 2 e 3, de acordo com Coggiola (2001, p.16), respondem, respectivamente, à necessidade de institucionalização dos “dispositivos autoritários que passaram a reger a vida política no Brasil”, ampliação dos poderes presidenciais e da Justiça Militar e implementação do bipartidarismo e ampliação do caráter ditatorial com eleições indiretas.

No mesmo sentido, a Constituição de 1967, refletindo esse jogo de interesses e contradições, incorporou majoritariamente os aspectos autoritários dos atos institucionais e complementares anteriores institucionalizando as medidas que até então tinham caráter extraordinário. Ao mesmo tempo, refletia também o objetivo de restauração da democracia. Alves (2005) aponta que esses embates entre Estado e oposição evoluíram para uma crise institucional que culminou no Ato Institucional nº 5 e o fechamento do Congresso demonstrando mais uma vez a contradição entre o discurso da democracia e as práticas repressivas do Estado. Além dos conflitos e resistência no âmbito das próprias instituições estatais, a repressão aos movimentos de resistência armada, as práticas de censura e de tortura foram recursos do Estado de Segurança Nacional durante todo o período.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento também previa a abrangência das ações do Estado ditatorial sobre a vida cotidiana. A sua teoria da guerra que aborda, entre outros conceitos, a noção de guerra de subversão e o perigo do “inimigo interno” – fruto dessa guerra revolucionária e ideológica que seria promovida pelo comunismo internacional, mas com a ação de agentes internos, recrutados entre a população local – tornava qualquer pessoa um potencial inimigo, justificando assim o controle sobre a população. Dessa forma, surge a

necessidade de um sistema de vigilância e coleta de informações abrangendo a sociedade civil a partir de dois tipos de estruturas defensivas: o aparato repressivo e de controle armado e a rede de informação, essa última sob o controle do Serviço Nacional de Informação (ALVES, 2005; COGGIOLA, 2001).

Por fim, a concepção de modelo capitalista presente no manual da Escola Superior de Guerra demonstra a inserção da ditadura brasileira no contexto global apontado por Dreifuss (1981), Bandeira (1997) e Coggiola (2001), entre outros:

O Estado militar se credenciaria como principal guardião do capital internacional e defensor da “restauração da economia” [...] por meio de um “programa de desenvolvimento” baseado na “livre iniciativa” e, como principal inimigo era externo (mas encontrava-se infiltrado dentro do país), no duro combate contra a ofensiva do comunismo internacional. (COGGIOLA, 2001, p. 15).

Esses aspectos discutidos por Alves (2005) e Coggiola (2001), entre outros autores, dizem respeito, principalmente, à estrutura e funcionamento do Estado de Segurança Nacional que passou a governar o país depois do golpe de 1964. No entanto, como apontam Fico (2004), Mattos (2008) e Lucília Delgado (2010), entre outros, os desdobramentos das pesquisas historiográficas e outros campos do conhecimento nas últimas décadas também abordam outras questões pertinentes ao tema. As análises sobre a ditadura militar no Brasil, especialmente sobre o governo de João Goulart e o processo gestor do golpe de 1964, de acordo com Fico (2004), foram empreendidas primeiramente nos campos das ciências políticas e da sociologia, sendo posteriormente incorporadas no campo da historiografia de modo que, desde os anos de 1970, contribuições importantes têm sido feitas, a partir de abordagens e campos teóricos distintos.

Para esses autores, a produção sobre o golpe durante a década de 1970 apresentou trabalhos de caráter estruturalistas e funcionais, vinculados ao campo das ciências sociais, que abordam o Governo Goulart e o Golpe, colocando no centro da discussão “[...] a crise institucional do início da década de 1960 e a deposição do presidente João Goulart a problemas atávicos da realidade nacional, com ênfase para o subdesenvolvimento e para o atraso da industrialização do Brasil” (DELGADO, 2010, p. 130).

Para Mattos (2008), “De uma forma geral, esse marco interpretativo permanece importante, por enfatizar dimensões econômicas, políticas e sociais do golpe, entendido em meio à análise de um processo mais amplo” (MATTOS, 2008, p. 247).

Na década de 1980, destaca-se, entre outros trabalhos, a tese de Dreifuss (1981), centrada no caráter de classe do golpe e da ditadura, demonstrando como os empresários brasileiros agiram de forma organizada na articulação do golpe.

Depois, os trabalhos dos anos de 1990, atrelados ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas que tomaram como base, principalmente, depoimentos de militares para contestar as explicações centradas na crise de acumulação capitalista e, apesar de reconhecer a conspiração dos militares para a deposição de Goulart, nega a existência de um comando de ação organizada, tratando-se de “uma contraposição às teses de Dreifuss de que o golpe foi movido pela ação organizada do grande capital nacional e associado, com apoio militar e da política externa dos Estados Unidos” (MATTOS, 2008, p. 248).

Do mesmo período é a tese de Argelina Figueiredo (1993), na qual a autora centra a análise “na conduta estratégica de atores políticos em situações históricas concretas, enfatizando interesses e percepções e formulando os problemas em termos de possibilidades e escolhas” (FIGUEIREDO, 1993, p. 29). Na obra a autora aborda o período que engloba a renúncia de Jânio Quadros até a tomada do poder pelos militares em 1964 (agosto de 1964 a março de 1965). Sua análise resulta em estudo sobre o cenário político da época, mas que, ao defender que as opções de cunho mais radical dos “atores políticos mais relevantes”, especialmente a rejeição pela “conciliação” em momentos estratégicos pela esquerda e pelo próprio Goulart, teria limitado as possibilidades de manutenção do regime democrático, a autora atribui, segundo Mattos (2008), a responsabilidade do golpe “tanto aos que o deram quanto às forças que defendiam as reformas e foram atingidas por ele” (MATTOS, 2008, p. 250-251).

Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, segundo Fico (2004), no contexto de chegada da “Nova História” ao país e a valorização do indivíduo e sua subjetividade em contraposição às leituras de cunho estrutural, os estudos sobre o golpe e a ditadura são profundamente influenciados por essa corrente. O autor observa que:

Isso talvez explique, por exemplo, a grande quantidade de trabalhos sobre o tema da cultura durante o regime militar, já que o enfoque cultural é o favorito entre os historiadores de algum modo referidos às correntes da “Nova História”. (FICO, 2004, p. 40)

Desse período, entre outros, destacamos a tese de Motta (2002), que aborda o anticomunismo historicamente construído no país, com o qual o próprio Goulart teve que lidar

quando Ministro do Trabalho no Governo Vargas, de modo que, quando se tornou presidente em 1961, o estigma do comunismo já o acompanhava.

Por ocasião dos 40 anos do golpe, em 2004, a radicalização, segundo Mattos (2008), das teses desenvolvidas na década anterior, especialmente o trabalho de Argelina Figueiredo, suscitou um debate acadêmico, notado também por Toledo (2004) e Fico (2004). Nesse contexto, a discussão em torno do “revisonismo histórico” remete a discussão não só das questões mais controversas relacionadas ao Governo Goulart e ao golpe, mas diversos aspectos da ditadura militar em si. Esse debate prossegue nos anos subsequentes e as críticas, a partir de uma historiografia marxista se evidenciam em trabalhos como *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo* (MELO, 2014) e *Contribuição à crítica da historiografia revisionista* (SENA JÚNIOR; MELO; CALIL, 2017). Já uma contraposição foi empreendida por Fico (2017) quando o autor discute as questões teórico-conceituais e historiográficas que estão no cerne desse debate como a discussão em torno do golpismo de João Goulart e do caráter democrático da esquerda nos anos 1960.

Como exposto, desde a década de 1970 os temas do golpe de 1964 e da ditadura militar subsequente têm sido tratados a partir de diferentes campos teóricos compondo um profícuo debate, não só no âmbito da historiografia, mas também a partir de outros campos do conhecimento, ao contrário das narrativas apresentadas nos vídeos analisados, que tratam a produção historiográfica como uma espécie de narrativa de esquerda, empenhada em difundir uma única e mentirosa interpretação sobre a ditadura militar.

3.2 Processo de transição e abertura política: uma aproximação em torno dos estudos da memória

No contexto que abrange o processo de transição e de abertura política entre o final da década de 1970 e a década de 1980 até hoje, há um crescente debate nacional em torno da memória da ditadura militar, aproximando ou distanciando-se das estruturas de poder (CALVEIRO, 2006) em um contexto de lutas políticas, que revelam que as disputas pela memória (JELIN, 2001) prosseguem em sua dimensão social e política.

Como ressalta Lucileide Cardoso (2012), o processo de redemocratização trouxe consigo um “surto memorialístico” que tem como um dos principais sintomas uma produção significativa de obras memoriais que ilustram esses embates pelo sentido do passado.

A autora, analisando livros de memória de militares e militantes ativos durante o período da ditadura, no contexto imediato do processo de transição e de abertura política entre o final da década de 1970 e a década de 1980, pondera que essas obras, muito além da narração de uma trajetória pessoal, representam o entrelaçamento entre memórias autobiográficas e memórias históricas, cuja ênfase na experiência política evidencia “uma forte adesão a grupos político-ideológicos precisamente delimitados [...] nos quais os memorialistas sustentam a reconstrução do passado e apoiam a sua própria identidade” (CARDOSO, 2012, p. 231).

Não obstante, entre os anos de 1990 até 2010, se intensificam os esforços significativos para o registro das memórias daqueles que foram perseguidos pelo Estado ditatorial, bem como a luta por justiça e reparação aparecem em iniciativas civis como o Grupo Tortura Nunca Mais. Para Padrós (2012), essas iniciativas foram de fundamental importância para que as memórias daqueles que sofreram com a repressão e a luta por verdade e justiça pudessem emergir:

A estratégia estatal, mantida durante a transição democrática, de reduzir as demandas de responsabilização dos crimes estatais a um pequeno círculo de familiares e amigos, foi muito bem-sucedido durante um bom tempo. Invisibilizados, os familiares se encontraram com a negativa da sociedade em querer ouvir seu clamor pelos seus. Entretanto, a persistência da sua luta e o “dever de memória” assumido por eles e por grupos de sobreviventes, reverteu **o desaparecimento dos desaparecidos**. De tal forma que a pretendida estratégia estatal - apoiada por setores importantes da sociedade e de parcelas significativa das corporações midiáticas - de impor a **ausência de presenças** tentando invisibilizá-las quase que por completo, como se nunca tivessem existido, acabou se transformando, contra todos os prognósticos imaginados e apesar do isolamento reforçado, na persistente **presença de ausências**, graças à persistência e constância da luta dos familiares e dos pequenos círculos concêntricos de solidariedade que, na passagem do tempo, em vez de diminuir, foram aumentando. Apesar de tudo e apesar de tantos, o silêncio induzido foi insuficiente para abafar o **ruído ensurdecedor do silêncio** que os familiares disseminaram pela sociedade. (PADRÓS, 2012, p. 79 grifos originais).

O autor aponta ainda outros marcos, que ao longo desse período contribuíram para que as memórias dos grupos perseguidos pela ditadura pudessem emergir inserindo-se nas disputas pela narrativa do período, como a luta pela abertura dos arquivos da Ditadura no início dos anos 2000; os processos de rememoração em datas marcantes, como os 40 anos do golpe em 2004 e a condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas mortes e desaparecimentos na guerrilha do Araguaia, em 2010.

Araújo (2017), apresentando um balanço da luta de familiares e daqueles que foram diretamente perseguidos pela ditadura desde o processo de abertura política até a Comissão da Verdade, especialmente por dentro das instituições legislativas e jurídicas, defende que a luta por justiça e reparação foi encabeçada por vencidos e familiares dos mortos e desaparecidos que encontraram nas instituições estatais, especialmente no judiciário, um importante campo de disputas pelas memórias e pelas diferentes leituras políticas da ditadura. Desde 1995, com a Lei nº 9140 que criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; passando pela criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Câmara Federal; pela Lei nº 10559/2002 que instituiu a Comissão de Anistia; pela construção do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 2009, e pela Comissão Nacional da Verdade, todos esses processos foram também palco de enfrentamento dessas memórias como, por exemplo, os embates no campo jurídico citados pelo autor:

Ao tempo em que se deu todo o processo de mobilizações sociais, de lutas por políticas públicas e mudanças estatais, ocorreu em paralelo a disputa por dentro do poder judiciário. As celeumas jurídicas refletiram as disputas de memória e de concepção de Justiça de Transição e perduram até o presente momento, não havendo ainda um resultado judicial definitivo sobre o tema. (ARAÚJO, 2017, p.52).

Ao analisar esses processos de disputas pela memória, travadas por dentro da estrutura estatal, o autor conclui que, no âmbito da Comissão da Verdade, atuaram três grupos de memórias: o primeiro daqueles que apoiaram e participaram do golpe e do governo ditatorial; o segundo grupo representante da memória dos vitimados pela ditadura e seus familiares; e a memória institucionalizada pelos governos petistas entre os anos de 2003 a 2014. Dessa forma, vemos refletido, no âmbito institucional, uma batalha pela memória da ditadura que é travada também em outras instâncias.

Nessa circunstância, a conjuntura sociopolítica brasileira dos anos de 2010 apresentou um contexto no qual novamente as disputas em torno das memórias sobre a ditadura militar emergiram e ganharam, em determinados momentos, centralidade em meio à discussão pública sobre justiça de transição a partir da instauração da Comissão da Verdade, entre 2012 e 2014; nos protestos de 2013, em que começaram a emergir grupos conservadores mais organizados, inclusive nos quais já foi possível encontrar referências positivas à ditadura e pedidos por uma intervenção militar; nos protestos de 2015, encabeçados por um sentimento “antipepetista” e “anticomunista” (MOTTA, 2019); e, no processo que, segundo Silvia Santos e Júlia Malanchen (2017) e Silva Filho (2018), resulta no chamado golpe parlamentar contra

Dilma Rousseff, no qual um discurso saudoso da ditadura foi bastante enfatizado, mais especificamente pelo deputado que mais tarde se tornaria presidente.

As disputas pela memória da ditadura, nessa conjuntura, se inserem também na internet e estão ligadas a organização e ascensão de grupos conservadores atuantes também no ciberespaço, como demonstra Luzimary Rocha (2016), analisando as narrativas em publicações nos sites dos grupos Tortura Nunca Mais e Terrorismo Nunca Mais:

Com a disseminação das novas tecnologias, esses embates memorialísticos passaram a ser difundidos pelo ciberespaço possibilitando que o mesmo se constituísse em um espaço de memória, pois, a partir da análise dos sites abordados neste estudo, percebe-se que os grupos, deixam implícita ou explícita, em suas ações, a vontade de reavivar a memória, seja ela em defesa ou em protesto a ditadura. (ROCHA, 2016, p. 107-108).

De modo semelhante, Napolitano (2015) destaca que, além das instituições e grupos sociais que exercem papel central na construção social de uma memória hegemônica sobre o período, como os movimentos sociais e culturais, a mídia jornalística e instituições político-ideológicas, outras redes de sociabilidade também podem atuar nesse processo, com destaque para as redes virtuais:

[...] Se estes espaços sociais são particularmente importantes na construção da memória hegemônica e na sua eventual revisão ao longo do tempo, não podemos esquecer que a relação da sociedade com seu passado, em termos mais amplos, não depende exclusivamente deles. Redes de sociabilidade privada (família, vizinhança, círculos culturais, entidades confessionais, grupos de sociabilidade juvenil) também podem atuar para disseminar memórias hegemônicas ou contramemórias (que inclui também o esquecimento) sobre um determinado período histórico. A partir da primeira década do século XXI, as redes sociais de internet, sites privados e a blogosfera como um todo são igualmente importantes na disseminação de perspectivas e opiniões sobre o passado. (NAPOLITANO, 2015, p.16).

Nesse processo de recuperação dos “sentidos desse passado” também ocorrem, como bem ressalta Cardoso (2012), um vasto conjunto documental que:

[..] são representativos de grupos que constroem diferentes representações sobre o passado. De um lado, temos escritos que exercem a função de legitimar, no presente, a memória histórica que se pretendeu dominante no período. Do outro, relatos que, ao criarem diferentes representações do passado, permitem preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos de sobrevivência para escapar à dominação. (CARDOSO, 2012, p. 17).

Em suma, o embate entre as diferentes memórias sobre a ditadura militar no Brasil não é uma novidade, é uma batalha travada pelo menos desde o processo de abertura política, de modo que a especificidade do contexto no qual se insere nosso estudo são os elementos da atual conjuntura que envolvem especialmente o fortalecimento de grupos conservadores e o ambiente virtual que, a essa altura, está consolidado como uma importante arena de disputas, tanto políticas quanto daquelas concernentes aos usos do passado e a relação que as sociedades constroem com a sua história

3.3 E as disputas em torno da memória da ditadura continuam: a internet como ferramenta política

Conforme já nos referimos anteriormente, a internet se estabeleceu como um importante lugar de disputas políticas, mas, além disso, no âmbito do nosso objeto de estudo, ela aparece como um elemento central na articulação de grupos conservadores e no uso político da história e da memória por esses grupos. Nesse sentido, para os objetivos desse trabalho, buscamos compreender a atual conjuntura política brasileira a partir do papel de destaque que a internet tem ocupado no cenário político nacional na última década, considerando a atuação de uma nova direita na rede.

O advento da internet, conforme Silveira (2015), fez surgir a esperança no desenvolvimento de um terreno propício ao avanço e fortalecimento de práticas democráticas, dada a natureza descentralizada e independente de corporações e Estados. Esse fator tornaria a rede mundial de computadores um ambiente propício para a ampla participação social. No entanto, o mesmo autor observa que:

A ideia de que a internet incentiva a participação, e que a participação é em si avançada e favorável às causas da justiça, liberdade e igualdade não se sustenta empiricamente. O que se observa nas redes é a prevalência do senso comum que muitas vezes carrega a força das ideias capitalistas e a doutrina da mercantilização extrema. (SILVEIRA, 2015, p. 218).

Nesse sentido, o autor defende que a internet tem uma característica de ambivalência e, ao propiciar um ambiente que facilita a comunicação, discussão e articulação de ideias, transforma-se também em um palco de enfrentamento de opiniões de diversos matizes. Silveira (2015) defende ainda que, no caso do Brasil, o surgimento de uma nova direita, não

ligada aos partidos políticos tradicionais, foi possibilitada pelo uso da internet, principalmente das redes sociais. Essa nova direita ganha visibilidade a partir do complexo processo histórico das chamadas “Jornadas de Junho”, em 2013:

A observação da movimentação das redes sociais, em 2013, permite afirmar que a internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização. Os partidos tradicionais, da direita, de centro ou de esquerda, bem como o sindicalismo tiveram muita dificuldade de disputar suas ideias e proposições nas redes digitais. Isso abriu espaço para novas lideranças e novos articuladores políticos a partir da internet. A esquerda foi mais lenta e menos capaz de disputar o senso comum nas redes sociais. A direita cresceu compartilhando reportagens da revista *Veja*, textos de Olavo de Carvalho, discursos do Bolsonaro, notícias contra a corrupção do PT combinadas às críticas contundentes às políticas sociais do governo Lula. Emergiu assim uma nova direita. (SILVEIRA, 2015, p. 223).

Esse processo de articulação e crescimento de novos grupos de direita na internet também esteve presente nas eleições de 2014, como salienta o autor:

A disputa eleitoral nas redes não se deu simplesmente em torno dos sites dos partidos e das candidaturas ao Executivo e Legislativo. Ela ocorreu principalmente nas redes sociais em páginas que replicavam e produziam *memes* de sites vinculados às forças da direita contra redes alinhadas à esquerda. (SILVEIRA, 2015, p. 226).

De modo semelhante, este também foi um campo de articulação para grupos pró *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff durante as manifestações que ocorreram em todo o país, entre 2015 e 2016. Além do apoio de setores tradicionais, como a grande mídia e partidos políticos de oposição (PENTEADO; LERNER, 2018), o movimento pró *impeachment* obteve grande adesão na rede, principalmente a partir da articulação de grupos de direita não institucionais:

A estratégia informal de grupos de oposição foi a de articular os segmentos insatisfeitos com a política através da internet – que são locais virtuais frequentados por indivíduos de maior escolaridade, mas com predisposição negativa em relação ao governo federal. Estes grupos, que se apresentam como apartidários (ou mesmo contrário aos partidos) e sem líderes, usaram os *twitters* e os *WhatsApp* para noticiarem fatos e boatos desfavoráveis ao governo e aos políticos. E, foram criados no Facebook, perfis como o Vem Pra Rua, o Movimento Brasil Livre – MBL e o Revoltados *On line*, grupos que se especializaram na divulgação de casos de corrupção, conferidos unicamente à esfera política e, sobretudo, ao partido do governo. (TELLES, 2016, p. 117-118).

Nas eleições de 2018, de acordo com Rocha (2018), esses novos grupos conservadores chegam ao poder. A autora defende que essa “nova direita” tem sua origem entre 2006 e 2010, no auge do lulismo, e se articulou a partir de grupos de militância de oposição na internet. A autora também aponta, como característica central desses grupos políticos, um amálgama entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras no campo social, refletindo a heterogeneidade desses grupos que, apesar dos conflitos e tensões internas, encontram no anti-esquerdismo e no antipetismo, um ponto de convergência (ROCHA, 2018).

A questão do antipetismo como um elo entre os diferentes grupos que compõem essa nova direita também é apontada por Motta (2019), ao defender que o antipetismo dos grupos direitistas de hoje se aproxima do papel que o anticomunismo exerceu no passado, durante o Estado Novo e, depois, na ditadura militar. Para o autor, o anticomunismo, ainda hoje, tem a capacidade de sensibilizar a direita de modo que, na atual “onda direitista” que vem crescendo no Brasil desde 2014, o emergente antipetismo se mescla com uma “tradição anticomunista”. Não obstante, o autor ressalta o papel relevante da mídia tradicional e das redes sociais para a organização e ascensão dessa “onda direitista”.

A articulação entre as demandas de grupos conservadores e a internet como ferramenta de propagação e ação não se restringe à pauta eleitoral, mas abarca outros aspectos, em especial a educação, e, nesse campo, o movimento Escola Sem Partido pode ser considerado um desdobramento dessa investida conservadora no país. Surgido em 2004, o movimento com origem na sociedade civil, ganha notoriedade com apresentação de projetos de lei em diferentes instâncias legislativas, desde câmaras de vereadores até o Senado Federal. É notório também a atuação desse movimento na internet que, além do *site*, está presente em redes sociais, compondo uma rede de difusão dos seus ideais (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019).

Com a pretensão de defender os estudantes de uma suposta doutrinação por parte das escolas e professores, o movimento defende uma educação neutra, isenta da influência do “marxismo cultural” e da “ideologia de gênero” que atualmente “impregnaria” a educação escolar no país. Para esse movimento, a educação escolar deve se limitar a transmissão de conhecimentos gerais e formação técnica, ficando a educação, em um sentido mais amplo, à cargo da família a partir da primazia da autoridade inquestionável dos pais.

No entanto, considerando que, conforme aponta Saviani (2017), a educação, em uma sociedade de classes como a nossa, é necessariamente um ato político, por trás do discurso de “neutralidade” o que aparece é um modelo de educação que, ao propor varrer qualquer tipo de

influência política e ideológica da escola, só pode interessar à manutenção dessa estrutura social. Nas palavras do autor:

Dessa forma, agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. E é esse o sentido do programa “escola sem partido” que visa, explicitamente, subtrair a escola do que seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, da influência dos partidos de esquerda colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto, a serviço dos interesses dominantes. (SAVIANI, 2017, p. 230).

Como discutido na seção anterior, a educação se constitui como um dos principais *fronts* de batalha para esses grupos conservadores e, nesse sentido, a noção de que o sistema de educação brasileiro estaria corrompido e dominado pela esquerda é um dos elementos de convergência entre os vídeos analisados e o projeto Escola Sem Partido.

No caso do documentário *1964: o Brasil entre armas e livros* (1964, 2019) essa ligação é ainda mais explícita se levarmos em consideração, como já discutido, a origem da empresa, a sua pretensão educativa e sua forma de atuação na internet. Entre as produções da Brasil Paralelo, o documentário *Pátria Educadora*, uma trilogia sobre a educação no Brasil, lançado em 31 de março de 2020, explora ao máximo a ideia de que escolas e universidades estariam tomadas pela esquerda, sendo utilizadas como meio de atacar os valores cristãos e ocidentais. O alinhamento ideológico da produção se torna ainda mais nítido com a participação de nomes como Olavo de Carvalho (presença constante nos vídeos da empresa, inclusive no documentário aqui analisado), o ex-ministro da educação Abraham Weintraub e o advogado Miguel Nagib, principal articulador do projeto Escola sem Partido.

Em suma, a ascensão de uma nova direita, que tem como principal campo de atuação e articulação, a internet, começa a ganhar mais visibilidade a partir de 2013 (SILVEIRA, 2015) embora sua origem seja mais antiga, no período dos governos Lula (ROCHA, 2018), e se consolida no cenário político brasileiro durante a campanha eleitoral de 2014 e nas manifestações pró *impeachment*, em 2015 (TELLES, 2016). E, em que pese as diferenças internas, esses grupos se unem em torno do antipetismo e do anticomunismo (MOTTA, 2019), e da defesa de pautas econômicas ultraliberais enquanto, no campo social, defendem posicionamentos conservadores (ROCHA, 2018), inclusive no que diz respeito à educação formal.

A seguir discutimos abordagens sobre o campo teórico da memória, sobre as quais passamos a observar e balizar a nossa incursão sobre os vídeos e comentários em estudo.

3.4 Abordagens ao campo da memória: uma revisita para a análise do objeto

A discussão teórica sobre a memória está presente no pensamento ocidental desde a Grécia Antiga e foi tratada em diversos campos do conhecimento e produção intelectual – especialmente na filosofia e na literatura. Com o advento da psicologia e da sociologia no final do século XIX, a questão passa a ser tratada sob novas perspectivas e, no século XX, o sociólogo francês Maurice Halbwachs introduz o estudo da memória a partir da sua relação com o coletivo.

A rememoração enquanto ação só é possível se levarmos em conta os quadros sociais nos quais a memória se assenta (HALBWACHS, 2004). Esses quadros dão sustentação à memória e não são a memória em si. São os referenciais sobre os quais a nossa memória se ampara para localizar, abstrair as experiências sociais vividas e recebidas.

Assim, Halbwachs (2004) discute memória como uma produção localizada nos quadros sociais, segundo os quais estivemos submetidos. Dessa forma, a recordação – por mais íntima que seja, só é possível a partir de referências que se encontram no âmbito da vida social:

Todo recuerdo, por personal que sea, incluso aquellos de los acontecimientos de los cuales hemos sido los únicos testigos, incluso aquellos de pensamientos y de nociones que muchos otros también poseen, con personas, grupos, lugares, fechas, palabras y formas del lenguaje, también con razonamientos e ideas, es decir con toda la vida material y moral de las sociedades de las cuales formamos o hemos formado parte. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

Desse modo, há quadros elementares como espaço, tempo, família, religião, linguagem, classe social, entre outros, que constituem os aspectos segundo os quais construímos nossos valores balizadores para a reconstrução de nossas memórias individuais (sociais e coletivas), ou seja, memórias que, sobretudo, revelam as visões de mundo com as quais comungamos:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar

essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Na concepção halbwachiana, a rememoração constitui-se em uma ação inteligível a partir de dados do presente pois:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparado por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Falar de memória coletiva, significa que há memórias individuais identificadas com visões de dados grupos ou representantes desses grupos sociais, que efetivamente podem ser localizados por meio das visões comuns que compartilham:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que a reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Dessa forma, pode-se dizer que as memórias individuais são produções coletivas comuns, próximas dentro de uma sociedade.

Peralta (2007), apontando a atualidade das lições de Halbwachs que configuram-se como elementos essenciais para o campo de estudos da memória, ressalta:

A premissa de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado coletivo e que essa memória é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade que permite identificar o grupo e distingui-lo dos demais é ainda o ponto de partida de todos os estudos sobre essa matéria. (PERALTA, 2007, p. 7).

No entanto, a autora também ressalta que, dada a sua influência durkheimiana, Halbwachs trabalha com ideia de consenso, de modo que:

As memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valorações e aceções que são comuns a **todos** os membros do grupo, na medida em que as imagens privadas que cada um tem do passado são submetidas a padrões apropriados mantidos coletivamente. (PERALTA, 2007, p. 7 grifo original).

Contudo, o autor não discute a dialogia, as disputas e as contradições sociais imersas nessas memórias individuais-coletivas.

3.4.1 História e memória: um debate em processo

Tomando como base o historicismo clássico, Halbwachs (1990) estabelece a distinção entre história e memória. A história, enquanto uma ciência calcada na objetividade do conhecimento, surge, segundo o autor, no momento em que acaba a tradição, e se ocupa da construção de uma narrativa de um relato único e generalizador acerca do passado nacional. A memória, por sua vez, vai de encontro a essa característica universalizante da história. A partir de uma visão e do lugar da sociologia, o autor situa a memória no campo do concreto, do vivido como uma corrente contínua e natural de pensamento que “retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 81-82). Nesse sentido, o autor situa história e memória em campos opostos. Para Halbwachs (1990), a memória é viva e intrinsecamente ligada ao cotidiano dos grupos, limitada a um tempo e espaço que flui para além de temporalidades determinadas. Desse modo, ressalta que à história cabe o relato do passado, segundo um dado acontecimento:

Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, algumas vezes uma anedota ou uma citação: é o epitáfio dos acontecimentos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas. (HALBWACHS, 1990, p. 55).

Pierre Nora (1993), aproximando-se da concepção de Halbwachs, também considera que há uma oposição entre história e memória e delimita as suas funções. Para Nora, a memória é suscetível a mudanças, é latente e tende a revitalizar-se. Já a história, trata da operação intelectual, da análise crítica dos fatos ocorridos:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente das suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um

fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9).

Nesse sentido, mais do que uma oposição, para Nora, a história atua a partir do distanciamento do passado almejando a sua análise crítica, enquanto a memória estabelece um elo entre passado e presente. Esta última, transformada em fonte para o trabalho historiográfico e despida da sua ligação primordial com o grupo enquanto elo entre passado e presente: “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 9).

Já Ricoeur (2007), vindo do ponto de vista hermenêutico, também procurou pensar a relação entre história e memória entendendo que ambas tomam o estudo do passado de formas diferentes, mas vendo a relação dialógica entre elas. Assim, para o autor, não há uma subordinação de uma pela outra, mas uma relação dialética na construção da representação do passado, no qual tanto uma quanto a outra tornam-se imprescindíveis.

Aróstegui (2004) também considera a relação entre história e memória como múltipla e complexa, em que ambas são reservatórios da experiência humana não necessariamente convergentes, mas correlatas. O autor aponta aproximações e divergências entre ambas em diversos níveis concluindo que é na memória histórica que se encontra o ponto real de convergência entre as duas:

Memoria e historia son realidades con una relación secuencial y necesaria, incluso, pero distinguibles la una de la otra y, desde luego, separables. Ello quiere decir que la relación no las hace necesariamente coincidentes ni aún necesariamente convergentes en su naturaleza. Su relación es inequívocamente contingente [...]. Los contenidos de la memoria, de cualquier memoria, de las memorias vivas y de las heredadas, no constituyen ya, en sí mismos, el contenido de la historia. Para que la memoria sea historia necesita «algo más» que el esfuerzo por la rememoración [...]. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 28).

Mas também destaca suas distinções:

[...] la relación de la memoria con la historia como operación intelectual es inestable. Memoria e Historia son categorías del conocimiento de orden diverso, sobre todo porque, frente a la pretensión de «objetividad» que toda construcción historiográfica debe tener ineluctablemente, no hay memoria *neutral*, ni inocente, como no ninguna facultad humana lo es enteramente [...] Por lo general, los sujetos y los grupos organizan su memoria como

autojustificación y autoafirmación, pero no necesariamente como contribución histórica desinteresada. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 32).

Assim, diante das diferentes abordagens sobre memória e história, apreende-se as suas naturezas distintas, mas também a sua inter-relação para a discussão sobre a ditadura militar no Brasil e suas abordagens. Nessa perspectiva, tomamos a relação entre história e memória em seu aspecto conflituoso, como destaca Aróstegui (2004), entre outros autores.

3.4.2 Uso sociopolítico da Memória e disputas pelo sentido passado

A discussão em torno da construção e transmissão social da memória para pensar as disputas pelo passado e seus usos políticos, de acordo com Livia Magalhães (2014), pode ser um caminho para a análise sobre os projetos de sociedade defendidos por determinados grupos e suas implicações políticas e sociais:

[...] pensarmos sobre a apreensão da história pela memória, nos leva a observar que as continuidades que se operam pela transmissão social, conviventes diacrônica ou sincronicamente por meio da transmissão, portanto, pela memória coletiva de grupos que formam parte da memória social, pode ser uma, dentre outras que possibilita a discussão sobre o projeto de sociedade [...] em voga. (MAGALHÃES, 2014, p. 98).

O que muda não é o passado, mas o sentido que a ele é atribuído. Assim, para Ricouer (2007) e Elizabeth Jelin (2001), esse sentido do passado a partir de expectativas presentes e futuras é que está sujeito a reinterpretações:

Ese sentido del pasado es un sentido activo, dado por agentes sociales que se ubican en escenarios de confrontación y lucha frente a otras interpretaciones, otros sentidos, o contra olvidos y silencios. Actores y militantes “usan” el pasado, colocando en la esfera pública de debate interpretaciones y sentidos del mismo. La intención es establecer/convencer/transmitir una narrativa, que pueda llegar a ser aceptada. (JELIN, 2001, p. 39).

Nesse sentido, Ricouer (2007) discute sobre os “usos e abusos” dessa memória que é “exercitada”. O autor faz uma tipologia dos usos e abusos da memória em três planos. O primeiro é o plano patológico-terapêutico que trata da “memória impedida” referindo-se “a uma abordagem francamente patológica que põe em jogo categorias clínicas e, eventualmente, terapêuticas, emprestadas principalmente da psicanálise” (RICOUER, 2007, p. 83) na

tentativa de “restituir a essa patologia sua magnitude e sua densidade ao vinculá-la a algumas das experiências humanas mais fundamentais” (RICOUER, 2007, p. 83).

O segundo plano é o nível prático, que nos interessa mais de perto, pois trata das “formas concertadas de manipulação ou instrumentalização da memória [...]. É nesse nível mediano que as noções de abuso de memória e [...] de abuso de esquecimento, são mais pertinentes” (RICOUER, 2007, p. 83). Nesse nível, o autor fala de uma “memória manipulada”.

O terceiro plano, o nível ético-político, da “memória obrigada”, trata mais especificamente sobre o “dever de memória” que passa a ser requerido no contexto do pós-guerra na Europa, em meados do século XX, e cuja discussão insere-se na “região dos conflitos entre memória individual, memória coletiva e memória histórica, nesse ponto em que a memória viva dos sobreviventes enfrenta o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz” (RICOUER, 2007, p. 99).

No segundo plano, o nível prático, o autor aborda a problemática de uma “memória manipulada”. Diferente da “memória ferida” tratada no plano patológico, Ricouer (2007) se detém nesse momento sobre uma “memória instrumentalizada” que resulta da manipulação da lembrança e do esquecimento por detentores do poder. Tanto em sua dimensão coletiva quanto individual esse abuso da memória está, para o autor, intrinsecamente ligado à questão da identidade: “o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação da identidade” (RICOUER, 2007, p. 94).

Para o filósofo francês, essa mobilização da memória para a conformação da identidade reclama algumas questões tendo como sintoma os abusos da memória, tanto pelo seu excesso quando pela sua insuficiência (abuso do esquecimento). Nesse sentido, para entender esses abusos da memória “é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa e a fragilidade da memória assim manipulada” (RICOUER, 2007, p. 94).

A identidade forjada no contraste com o outro (eu/nós e outro/outros) tem a sua fragilidade no seu “caráter puramente presumido, alegado, pretenso” (RICOUER, 2007, p. 94), assim o confronto com o outro e a herança da violência fundadora²⁴ tornam-se uma das causas de sua fragilidade. Ainda, a relação da identidade com o tempo coloca a memória

²⁴ No que diz respeito a “herança da violência fundadora”, Ricouer afirma que: “É fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra. O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração de um lado, corresponde à execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas”. (RICOUER, 2007, p. 95).

como “componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro” (RICOUER, 2007, p. 94).

A partir dessas constatações, o autor explica que o mau uso da memória, ou a manipulação da memória como recurso para a reivindicação da identidade, deve-se ao fenômeno da ideologia que, para ele, trata-se de um fenômeno dissimulado, mascarado, que atua em três níveis operacionais: a distorção da realidade; a legitimação do sistema de poder e a integração, por meio de sistemas simbólicos, do mundo comum. A ideologia gira em torno da legitimação do poder e é nesse nível, como justificação do poder, que o autor situa a mobilização de recursos de manipulação da memória vinculando “os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia” (RICOUER, 2007, p. 98).

Traverso (2012), por sua vez, discute as mudanças de perspectiva com relação à memória nas últimas décadas, tomando como referência a memória do Holocausto e do comunismo. Se por ocasião do cinquentenário da libertação do campo de Auschwitz o enfoque estava no perigo do esquecimento, em seu sexagésimo aniversário a discussão se pautava no perigo dos “excessos de memória” e do uso apologético do passado calcado no antagonismo entre o nazismo e o Ocidente liberal: “O Holocausto funda assim uma espécie de teodiceia secular que consiste em rememorar o mal absoluto para nos convencer que o nosso sistema encarna o bem absoluto” (TRAVERSO, 2012, p. 111).

O autor também discute a mudança na “paisagem memorial” do comunismo, especialmente após o fim da União Soviética, quando o comunismo e a própria ideia de revolução passam a ser associados ao conjunto dos regimes totalitários da primeira metade do século XX, na Europa, de forma que:

A elaboração da memória dos passados fascista e nazi, iniciada alguns anos antes em vários países europeus, - enleou-se com o fim do comunismo. A consciência histórica do caráter assassino do nazismo serviu de parâmetro para medir a dimensão criminal do comunismo, rejeitado em bloco – regimes, movimentos, ideologias, heresias e utopias incluídas – como um dos rostos do século da barbárie. A noção de totalitarismo, antes arrumada nas estantes menos consultadas das bibliotecas da Guerra Fria, conheceu um regresso espetacular como a chave de leitura mais capaz, se não a única, de decifrar os enigmas de uma era de guerras, ditaduras, destruições e massacres. Uma vez decapitado o monstro totalitário com a cabeça de Jano, o Ocidente conheceu uma nova juventude, quase uma nova virgindade. (TRAVERSO, 2012, p. 123-124).

Esse movimento de equiparação do nazismo e do comunismo na condição de inimigos do Ocidente coloca este último como vítima dos primeiros e o liberalismo como seu redentor e “destino inelutável da humanidade”.

Essa noção de um “mal menor”, discutida por Traverso (2012), também é explorada por Pilar Calveiro (2006), a partir da ideia de que não existe memória neutra, mas formas diferentes de articular passado e presente de forma que “es en esta articulación precisa, y no en una u otra lectura del pasado, que reside la carga política que se le asigna a la memoria” (CALVEIRO, 2006, p. 377). Assim, a partir dessa articulação entre a memória e os desafios do presente, se construirá um relato que pode ser de resistência ou de conformação das estruturas de poder.

Entre outros autores, Jelin (2001) também se preocupa com os usos do passado ao tratar das lutas políticas pela memória e mais especificamente sobre esse embate no que diz respeito aos processos ditatoriais da segunda metade do século XX na América Latina.

As narrativas oficiais – como qualquer outra, seletiva – trata dos grandes relatos dos heróis nacionais imaculados e de grandes vitórias e coloca nas sombras a ação dos “outros”. Se a história nacional é a história dos vencedores, dos grandes homens, ela não comporta as narrativas dos vencidos, das pessoas comuns, das injustiças. Essas outras narrativas e sentidos do passado acabam por ameaçar a memória oficial e emergem em determinadas conjunturas: “Las interpretaciones contrapuestas y las revisiones de las narrativas históricas se producen a lo largo del tiempo, como producto de las luchas políticas, del os cambios de sensibilidad de época y del próprio avance de la investigación histórica” (JELIN, 2001, p. 41).

Especificamente sobre a conformação de uma narrativa oficial no contexto das ditaduras do Cone Sul, a autora explica que a monopolização do espaço público por uma narrativa política dominante imposta pela censura explícita, empurra para a clandestinidade as memórias alternativas e sedimenta os relatos oficiais a partir das vozes do próprio Estado:

Por lo general, los relatos de las dictaduras dan a los militares un papel ‘salvador’ frente a la amenaza (em el Cono Sur, em los setenta, se trataba de la amenaza del “comunismo”) y al caos creado por quienes intentan subvertir a la nación. En este contexto, los relatos posteriores ponen el énfasis sobre los logros pacificadores [...] o sobre el progreso económico. (JELIN, 2001, p. 42).

Essa memória oficial foi confrontada nos processos de redemocratização com a emergência de memórias que se contrapõem à narrativa oficial e com as lutas por justiça e reparação que colocam em xeque a narrativa dicotômica propagada pelos Estados ditatoriais.

Trabalhos como o da Comissão Nacional da Verdade no Brasil deram projeção às memórias dos presos políticos, torturados, mortos ou desaparecidos. A memória oficial foi confrontada. Desse modo, Jelin (2001) aponta uma memória oficial, que coloca os militares na condição de “salvadores”, e as memórias de grupos que foram oprimidos e marginalizados, que nos momentos propícios, emergem e se colocam no campo de disputa pelos sentidos do passado. Assim, os autores supracitados convergem ao apontar a dimensão conflitiva da memória.

No caso da ditadura militar no Brasil, Cardoso (2018) aponta essa disputa pela memória do período a partir da recuperação de elementos como o apoio de parte da sociedade civil aos militares, crescimento econômico e relativização da tortura presente em produções memorialísticas de autoria de civis e militares conspiradores. No contexto atual, esses elementos são recuperados a partir de interesses políticos conservadores de forma que, cinquenta anos após o golpe, “as diversas narrativas construídas por militares e civis golpistas voltam a eclipsar o presente” (CARDOSO, 2018, p.1).

Nessa perspectiva, recorreremos às teorias e estudos da memória social como recurso de análise, principalmente da relação entre conteúdos e comentários dos usuários no processo de construções consentidas de determinadas memórias e sua transmissão, possibilitando o diálogo entre questões políticas e sociais que compõem os projetos de sociedade defendidos por determinados grupos (MAGALHÃES, 2014). Fomos observando as manifestações de conformação de sentidos do passado ditatorial em um cenário de confrontação e lutas políticas (JELIN, 2001), entendendo que os usos e abusos da memória revelam, sobretudo, características do presente e perspectivas futuras na construção e busca por determinados modelos de sociedade.

4 DA CONFORMAÇÃO E DO SENTIDO DA DITADURA MILITAR NOS COMENTÁRIOS EM ANÁLISE

Como ressaltamos anteriormente, elegemos destacar e discutir os comentários do *YouTube*, no que diz respeito à ditadura militar no Brasil, no conjunto de vídeos analisados. Para tanto, recorreremos a palavras-chave como dados complementares fornecidos pela ferramenta *Netlytic*, que consiste na síntese de palavras mais citadas entre os comentários em cada vídeo, e abstraímos as principais temáticas abordadas pelos usuários.

Isto posto, como identificamos anteriormente, consideramos quatro temáticas centrais que se inter-relacionam, quais sejam, a) desvalorização do conteúdo aprendido na escola e críticas ao professor de história; b) anticomunismo e anti-esquerdismo, c) negação ou “revisionismo ideológico”; d) a memória construída acerca da ditadura militar.

A seguir, apresentamos excertos representativos dos comentários e a análise realizada, considerando os conteúdos que apresentam sintonia entre si e recuperam a base de memórias individuais que se ancoram em memórias sociais e coletivas de acordo com dadas necessidades, escolhas, interesses, de construção e de recuperação de dados do passado ditatorial a serviço do presente.

Ressaltamos que, no seu conjunto, o teor dos comentários converge com as narrativas dos vídeos que apresentam a interpretação de que, apesar de os militares terem vencido os comunistas no campo bélico e político, ao tomarem o poder em 1964, os segundos teriam vencido no campo ideológico, ao ocupar universidades, meios de comunicação e cultura e as escolas, como demonstram os trechos reproduzidos abaixo – do *Guia Politicamente Incorreto e de 1964: o Brasil entre armas e livros*, respectivamente:

A esquerda brasileira que se diz ter combatido pela liberdade, mente. Grande parte dos professores de história também mente, porque eles também são de esquerda. (GUIA, 2017).²⁵

Eu sempre achei, vamos dizer, que a ênfase dos militares no combate militar era uma estupidez. Muito mais perigoso era, vamos dizer, o trabalho que eles estavam fazendo nas universidades, no *show business*, na mídia, etc. Isso sim. A revolução cultural gramsciana. Esta era o grande perigo [...]. (1964, 2019).²⁶

25 Fala do filósofo Luis Felipe Pondé.

26 Fala de Olavo de carvalho.

Retomando Rocha (2016) e Napolitano (2015), entendemos os vídeos e comentários analisados como expressões das disputas pela memória da ditadura militar que se dão também na internet a partir da ascensão e atuação de grupos conservadores nesse ambiente virtual considerando que diversas redes de sociabilidades, entre elas, as redes virtuais, podem atuar na construção e disseminação de memórias sociais sobre um determinado período histórico (NAPOLITANO, 2015).

4.1 Desvalorização do conteúdo aprendido na escola e críticas ao professor de história

Entre os 434 comentários analisados, 218 são referentes ao vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros* e 216 são referentes ao *Guia Politicamente Incorreto*. Desse total, identificamos 91 comentários que abordaram diretamente a desvalorização do conteúdo aprendido na escola sobre a ditadura militar e/ou criticando a atuação dos professores de história, colocando *sub judice* a história aprendida na escola, considerando-a esquerdista, mentirosa e deturpada do sentido da ditadura militar.

Nos comentários do vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*, destacam-se, dentre outros, os comentários a seguir:

Um (a) usuário (a) identificado como J.S. afirma:

Espetacular esse documentário! Somos enganados pelas escolas e universidades desde sempre. Mas aos poucos as coisas estão mudando. (J.S., 2020).²⁷

Alguns(as) usuários(as) acusam os professores de história de serem defensores da esquerda, de atuarem como ocultadores, enganadores que distorcem a “verdade” sobre o período ditatorial, como no trecho abaixo:

Seus professores de História de esquerda mentiram para vocês !!!!!!!!!!! (C.F., 2020).

No comentário abaixo, outro(a) usuário(a) que afirma ter 32 anos, portanto estudante da escola básica entre os anos de 1990 e anos 2000, recorre à experiência vivida como recurso testemunhal para criticar o ensino e o professor de história. Vejamos:

²⁷ Os comentários foram transcritos *ipsis litteris* e estão referenciados com as iniciais dos usuários e o ano em que o comentário foi postado no *site*.

Muito bom filme. Tenho 32 anos e lembro perfeitamente como 90% dos meus professores sempre foram entusiastas da esquerda. Mas nunca me permitir ser vítima do Marxismo cultural Parabéns pelo trabalho. (J.X., 2019).

Nos comentários dos vídeos referentes à série *Guia Politicamente Incorreto*, também são recorrentes as avaliações negativas da educação escolar e do professor de história, como ilustram os trechos abaixo:

__A MAIORIA DOS PROFESSORES DE *HISTORIA* MENTIU PARA O POVO__NUNCA OUBE DITADURA (W. T., 2019).

É preciso corrigir todos os livros didáticos. (M., 2018).

A associação entre o conteúdo aprendido na escola, especialmente por intermédio do professor de história, como um meio de cooptação política-ideológica, associada à esquerda e ao comunismo, é uma constante, como pode ser visto em outros comentários no vídeo da Brasil Paralelo e do *Guia Politicamente Incorreto*, nessa ordem:

Que maravilha de reportagem. Fomos enganados todos estes anos pelos livros de história escritos por escritores e jornalistas mentirosos de esquerda e comunistas!!! Mentirosos (F.V., 2020).

Os militares fizeram seu papel. O problema foi que a esquerda deu um golpe extremamente sujo: se infiltrou nas escolas e universidades para criar um exército de idiotas úteis... e infelizmente deu certo, mas isso vai acabar logo. (Z.W., 2018).

Como pode ser observado os(as) usuários(as) referendam as narrativas dos vídeos que têm na acusação de que professores e a escola seriam de esquerda um dos seus pilares. Retomando Napolitano (2015) e Malerba (2014), diríamos que um dos mecanismos de autolegitimação dessas narrativas passa por esse distanciamento da produção acadêmica e da educação escolar. Como vimos, são produções *sobre história* que deliberadamente se afastam da produção *historiográfica* e que têm nesse distanciamento um dos pilares das suas narrativas. E, nos comentários, os(as) usuários(os) referenciam positivamente essa dicotomia como nos comentários mencionados acima.

É interessante observar que é comum aparecer nos comentários uma avaliação do passado à luz do presente, ou seja, uma recomposição do quadro social da memória, em comentários tanto referentes ao *Guia Politicamente Incorreto* quanto ao vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*, como pode ser visto nos dois comentários a seguir:

[...] Confesso que na época da faculdade eu tbm fui simpatizante da esquerda, mas depois que me formei e vi como é a vida percebi a hipocrisia que é pregada pela esquerda. (J.M., 2018).

Passei todos os meu anos de cadeira acadêmica sendo doutrinado por professores de esquerda. Resumo. Não deu certo. Sempre fui contra . Agora, graças a internet temos acesso a esse material .PARABÉNS. Mostrandi o outro lado. (A.V.R., 2020).

Em ambos os comentários, poderíamos dizer que há uma ruptura ou afastamento de um grupo de referência no passado, de modo que a recuperação dessas memórias, à luz de interesses do presente, diria Halbwachs (1990), demonstra uma mudança de perspectiva em relação a seu grupo de referência a esse passado.

Como ficou evidenciado nos exemplos supracitados, há uma constante menção ao professor como, essencialmente, um instrumento para a doutrinação de esquerda. Uma visão de mundo acerca da educação formal e do professor de história que, na verdade, são submetidas a uma “[..] determinada posição política, mesmo que se digam ‘sem ideologias’ e apontem a ideologia do ‘outro’” (RAMOS, 2016, p. 120).

Assim, há uma contraposição ao conhecimento trabalhado na escola e no ensino superior de modo que os(as) usuários(as) se dizem contemplados pelos vídeos porque estes discutem uma perspectiva de análise sobre a ditadura militar no país que, segundo eles, supera o esquerdismo presente na educação.

4.2 Anticomunismo e anti-esquerdismo

O anticomunismo e o anti-esquerdismo, em geral, atravessam o conteúdo dos comentários, sejam estes relacionados à educação, à justificativa ou negação da ditadura. Alguns deles, fortemente ancorados nas memórias, vividas ou herdadas, para corroborar com as narrativas dos vídeos em questão.

Dentro do conjunto de comentários levantados, identificamos aproximadamente 152 comentários em que o uso das palavras “comunista(s)” e “comunismo”, bem como “esquerda” e “esquerdista(s)”, são associados majoritariamente à contraposição ditadura *versus* comunismo/esquerda como pode ser visto nos destaques abaixo.

O primeiro, extraído da caixa de comentários do documentário da Brasil Paralelo, registra:

Comunistas desgraçados imundos. Até querem fazer de conta que a ditadura militar foi golpe, quando na verdade só nos livrou do regime mais maldito do mundo. (L.F., 2020).

Outro(a) usuário(a), no *Guia Politicamente Incorreto*, afirma:

O comunismo é como uma doença contagiosa:cega,destrói,e Mata o ser humano..É um mal que tem que ser execrado do mundo. (T.W.C., 2018).

Retomando Motta (2019), diríamos que o anticomunismo ainda hoje atua como elemento aglutinador e capaz de sensibilizar grupos conservadores em um processo de reapropriação de uma “tradição anticomunista” como explicitado nos comentários mencionados acima. A esquerda aparece nos comentários, assim como nas narrativas dos vídeos analisados, como um bloco homogêneo, um sinônimo de “comunista”.

Já no comentário a seguir, no vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*, fica evidente a interrelação entre anticomunismo, anti-esquerdismo e educação:

Aí vemos como os esquerdistas comunistas malditos tomaram conta do país, e por quase 30 anos estivemos nas mãos dessas desgraças de esquerda, e o que surpreende é ver gente defender essa corja de vagabundos e bandidos, por isso as escolas contam a história falando mal do regime militar [...] (M.A.L., 2020).

Em outro comentário, também baseado no vídeo da Brasil Paralelo, temos:

...gente vamos compartilhar esse documento. ..precisamos alerta o povo...principalmente nossos jovens. ..eles estão sendo enganados pela rede de ensino tomada pela esquerda... (R.G.S.S., 2019).

Como vemos, a crítica a um sistema de educação considerado dominado pela esquerda, em quase toda a sua integralidade, volta-se para a necessidade de busca de uma “verdade”, que deve acontecer em meios ou fontes alternativas, uma vez que a escola está corrompida. Vemos outros comentários dessa natureza também nos vídeos da série *Guia Politicamente Incorreto*:

[...] O fato é que no Brasil é necessário estudar história duas vezes, primeiro pelos livros do MEC (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO COMUNISTA), e depois para SABER A VERDADE. (M.A., 2018).

Muito bom sair da caixa, a história dessa época geralmente é contada pela esquerda. Uma visão imparcial e honesta! Parabéns! (M.S., 2017).

O anticomunismo e o anti-esquerdismo também servem ao negacionismo da ditadura, como pode ser visto nos comentários abaixo em que os(as) usuários(as) ao partir do pressuposto de que havia uma ameaça comunista, justificam a “intervenção militar” e negam o seu caráter ditatorial.

No Guia Politicamente Incorreto:

Não houve ditadura, ditadura seria se o comunismo fosse implantado no país. (W.S., 2018).

E em 1964: o Brasil entre armas e livros:

Não houve ditadura militar , o que houve foi uma tentativa militar para limpar o Brasil dos vagabundos ladrões e comunistas [...] (A.M., 2021).

A recorrência a uma memória vivida serve de lastro para confirmar essa “verdade” a partir de um dado quadro de referência de visão política de mundo, como pode ser notado nos comentários a seguir. O primeiro, referente ao documentário da Brasil Paralelo e o segundo, ao *Guia Politicamente Incorreto*:

Vivi o período em questão, a esquerda mente e inventa fatos, contam segundo seus interesses escusos! Fomos libertos do comunismo naquela época, hoje pela desinformação corremos o mesmo risco! (E.M.R.S., 2020).

Muito bom! Vivi no tempo da Ditadura e estes Comunistas são uns mentirosos (R.M., 2018).

O quadro social e a memória do grupo familiar também são mobilizados, muitas vezes, para sustentar uma memória recebida, como é comentado por uma usuária no vídeo da Brasil Paralelo:

Era criança,mas lembro do medo dos meus pais que contava historias horríveis sobre o que era o comunismo, e a guerra fria da época,URSS, China, Cuba, então deixava todo mundo de cabelo em pé ,cada vez que se estranhavam ,tinha impressão que algum país ia jogar a tal bomba atômica no outro..Agora estamos de novo com a invasão do comunismo da China... (A.O., 2020).

Retomando Halbwachs (2004), diríamos que a há uma recuperação de uma memória passada que favorece o presente, pois, segundo a própria autora do comentário, estaríamos novamente vivendo a ameaça de uma invasão comunista.

E assim, o uso da memória do anticomunismo e do anti-esquerdismo configuram-se como um importante elo de reconstituição dos sentidos do passado (JELIN, 2001) por meio da história e da memória.

4.3 Negação ou revisionismo ideológico

O negacionismo e o “revisionismo ideológico” se manifestam mais claramente quando observamos que há um número significativo de comentários que apresentam esses elementos de forma explícita. Cerca de cento e vinte e sete (127) comentários, entre o conjunto de quatrocentos e trinta e dois (432) analisados, apresentam, de forma direta, conteúdo de cunho negacionista ou que procura fazer um “revisionismo ideológico” da ditadura.

O negacionismo sobre a ditadura militar é, muitas vezes, evidenciado através da substituição do termo “ditadura” pelo termo “regime”. Os dois comentários a seguir, no *Guia Politicamente Incorreto*, são bastante expressivos dos demais:

Não existiu ditadura existiu regime político militar o melhor índice de crescimento da América do sul (G.R., 2018).

O único ponto a ser corrigido não houve uma Ditadura Militar e sim um Regime Militar, o povo não sofreu perseguição nenhuma, todos eram livres, só foram perseguidos os comunistas terroristas que queriam implantar uma Ditadura de fato! (L.F., 2020).

Outros(as) usuários(as), no vídeo da Brasil Paralelo, também utilizam o termo regime para negar a ditadura. Vejamos:

Não houve ditadura e sim um regime militar rigoroso sim, porém na época de grande relevância para impedir o desenvolvimento de uma doutrina podre, altamente corrupta e letal para o povo[...] (M.M., 2019).

Fato!!! Nunca houve Ditadura Militar. Houve sim, o Regime Militar que ficou conhecida como a Marcha da família com Deus, se me recordo. [...] (G.T., 2019).

Mais um argumento levantado pelos usuários para negar o caráter ditatorial dos governos militares da época está relacionando a alternância de poder entre os militares durante a ditadura e pelo respaldo de determinados setores da sociedade no período como observamos no comentário abaixo, relacionado ao *Guia Politicamente Incorreto*:

Mas não foi ditadura, foi um Regime Militar, um contra-golpe. O poder foi alternado por cinco presidentes mesmo por voto indireto dos deputados, estes eleitos pelo povo. Entregou o poder sem dar um tiro para o processo de redemocratização. O RM teve apoio do Congresso, da mídia, da Igreja e das grandes massas. Teve aval dos EUA. Agradeça aos militares por o Brasil ter virado um "Cubão' comunista (S.S., 2018).

Há, ainda, uma quantidade expressiva de comentários nos quais podemos observar que os(as) usuários(as) assumem que, embora tivesse ocorrido a ditadura, os governos militares agiram legitimamente. Comentários que buscam uma justificativa ou normalização da ação dos militares, tanto por ocasião do golpe quanto durante a ditadura, como nos excertos reproduzidos abaixo, respectivamente sobre o *Guia Politicamente Incorreto* e sobre *1964: o Brasil entre armas e livros*:

Existiu ditadura, mas foi uma ditadura menos pior do que a ditadura comunista. (R.O., 2019).

Voces falam do golpe de 64 como se fosse um ato errado.foi um ato legal os comunistas queriam o poder a qualquer custo [...] (E.C.D.R., 2020).

No conjunto de comentários, é recorrente, ainda, a alusão a imagem do “Estado bom” ou dos “militares bons” que, embora possam ter cometido excessos, impediram um mal maior, como escreve o(a) usuário(a) no comentário a seguir, sobre o *Guia politicamente Incorreto*:

Agradeço muito aos bravos soldados que lutaram e deram suas vidas para defender o Brasil e nos livrar do comunismo (W.S., 2018).

Ou ainda, no documentário da Brasil Paralelo:

O Brasil foi salvo em 64 das mãos de assassinos e ditadoresPois se não fosse os militares o Brasil hoje seria uma Cuba ou Venezuela em pobreza e extrema miséria (Z.F.G., 2019).

Observamos, desta maneira, que a tentativa de justificar, normalizar ou mesmo negar a existência de uma ditadura no país entre as décadas de 1960 e 1980 é uma constante no teor dos comentários e os usuários fundamentam seus argumentos principalmente pelo combate ao perigo de um golpe comunista.

4.4 Do revisionismo, negacionismo e anticomunismo à apologia da ditadura militar

A apologia a ditadura militar foi se tornando cada vez mais evidente nos comentários. Como discutido anteriormente, o “revisionismo ideológico”, o negacionismo e o anticomunismo aparecem tanto nas narrativas dos vídeos quanto nos comentários analisados, operando como justificativa para a restauração de um modelo de organização político e social capaz de resolver os problemas atuais, seja no campo social, econômico ou político.

Como ressalta Jelin (2001), o sentido do passado é atribuído pelos agentes sociais a partir de expectativas presentes e futuras e, no confronto com outras interpretações ou sentidos do passado, procuram estabelecer e transmitir uma narrativa. Assim, entre os comentários analisado é recorrente uma alusão positiva à ditadura militar, inclusive como um modelo a ser seguido, como pode ser observado nos comentários a seguir, o primeiro referente ao *Guia Politicamente Incorreto* e o segundo sobre o documentário da Brasil Paralelo:

Voltem militares. Vocês são nossa última esperança. (D.1, 2018).

Nunca houve ditadura, houve uma intervenção militar, onde as FORÇAS ARMADAS cumprirem seu dever constitucional de proteger a nação de uma tentativa de golpe CUmunista que tentavam implantar a ditadura do proletariado. Estamos precisando de uma intervenção militar que vara o CUmunismo e os CUmunistas de uma vez por todas da nossa NAÇÃO! "MAIS DO MESMO" (P.R.S., 2020).

Verificamos que neste último comentário, o(a) usuário(a), além de negar o caráter ditatorial dos governos militares do período, utilizando o termo “intervenção”, também evoca o perigo do comunismo que, mais uma vez, estaria ameaçando o Brasil.

Observamos que o “revisionismo ideológico”, o negacionismo e o anticomunismo também aparecem em comentários nos quais os usuários mobilizam memórias individuais ou se amparam num quadro de referência ditatorial que servem para criticar os livros didáticos baseados na historiografia crítica à ditadura. Uma apologia, poderíamos dizer, ao “revisionismo ideológico” da ditadura. No comentário a seguir, o(a) usuário(a) afirma ter 70

anos em 2020, ano em que publicou o comentário, ou seja, esta pessoa viveu a adolescência e parte da vida adulta durante a ditadura militar. Assim comenta no vídeo *1964:o Brasil entre armas e livros*:

Tenho 70 anos e sou testemunha viva do regime militar. Namorei, estudei, me formei, casei, tive filhos tudo dentro desse período. A violência era contra os guerrilheiros e com razão. Infelizmente meus filhos, sobrinhos e toda garotada que eu conheço, foi doutrinado pelos livros de história escritos pela esquerda. Brasil Paralelo é um resgate histórico importante. No Futuro nossos novos jovens poderão ver e ouvir o contraditório, coisa proibida até pouco tempo. Estamos vivendo novos tempos de resgate das verdadeiras informações. (F.O., 2020).

No comentário supracitado, o(a) usuária(a) recorre a experiência vivida para ratificar a narrativa do vídeo, “sou testemunha viva do regime militar”, e a partir dela justifica a ação do Estado, “A violência era contra os guerrilheiros e com razão”. Ainda, endossa o discurso presente no vídeo de que a educação escolar estaria tomada por uma doutrinação de esquerda, “Infelizmente meus filhos, sobrinhos e toda garotada que eu conheço, foi doutrinado pelos livros de história escritos pela esquerda”. É interessante notar que, apesar de atribuir à educação escolar uma conotação negativa, o(a) autor(a) do comentário acaba, nas entrelinhas, apontando o papel fundamental da escola na construção do conhecimento histórico e de memórias sobre a ditadura militar. Por fim, elogia a produção da Brasil Paralelo como um “resgate histórico” e apresenta as expectativas futuras que embasam o seu comentário, “No Futuro nossos novos jovens poderão ver e ouvir o contraditório, coisa proibida até pouco tempo”.

Considerando que, como já exposto, a memória não retoma o passado tal como aconteceu, mas é uma operação consciente que relaciona passado, presente e futuro, vemos como no comentário citado acima, se explicita essa articulação. Nas palavras de Calveiro (2006):

En realidad, la memoria no es un acto que arranca del pasado sino que se dispara *desde el presente*, lanzándose hacia el pasado. [...] En efecto, son los peligros del presente los que convocan a la memoria, en tanto una forma de *traer* el pasado como relámpago, como iluminación fugaz al instante del peligro actual. Pero las urgencias del presente convocan a evocar el pasado como una forma, a su vez, de abrir el futuro, el proyecto, lo por-venir. (CALVEIRO, 2006, p. 376).

Nos comentários referentes à série *Guia Politicamente Incorreto*, também é recorrente esse apelo à memória como recurso testemunhal:

Tive o privilégio de vivenciar fisicamente toda a década de 70, e posso assegurar que foi, de longe, a melhor fase da minha vida. E que esta foi MELHOR que a de 80, que foi MELHOR que a de 90, que foi melhor... DITADURA vivenciamos hoje [...] (F.N., 2018).

Outro(a) usuário(a), no vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*, também parte da memória de experiências vividas para respaldar um negacionismo em relação à ditadura e justificar uma suposta necessidade de nova “intervenção” militar:

NUNCA HOUVE NENHUMA DITADURA O GOVERNO MILITAR DE 1964 A 1985 **MELHORES ANOS DA NOSSA VIDA ANOS DOURADOS DÉCADAS DE GLÓRIA ORDEM E PROGRESSO ESTAMOS AQUI PRA MOSTRAR A VERDADE [...]** NOVAMENTE PRECISAMOS QUE NOS LIVREM DESES PARASITAS OPORTUNISTAS GRAMSCISTAS LENINISTAS NAZISTAS TIRANOS NEO LIBERALISMO LIBERALISMO DESFARÇADO DE DEMOCRACIA INTERVENÇÃO MILITAR JÁ URGENTE O PODER É NOSSO POVO BRASILEIRO EXERCENDO DIRETAMENTE NOSSO DEVER DE BRASILEIRO [...] (D.D., 2020, grifo nosso).

O(a) mesmo(a) usuário(a), em resposta a um comentário de outro(a) usuário(a), reforça a mobilização da memória como mecanismo de validação para a ditadura militar. No comentário, reproduzido abaixo, subentende-se que só quem viveu o período estaria apto a entender ou opinar sobre o mesmo:

VC É UM GAROTO INFELIZMENTE NÃO TEVE A HONRA DE VIVER NO GOVERNO MILITAR MELHORES ANOS DA NOSSA VIDA ANOS DOURADOS DÉCADAS DE GLÓRIA ORDEM E PROGRESSO (D.D., 2020b).

Retomando Calveiro (2006), diríamos que, na articulação entre passado e presente inerente à recuperação de uma memória, como visto nos excertos supracitados, a carga política da memória é evidenciada, nesse caso específico, construindo um relato de conformação das estruturas de poder e de exaltação a um Estado ditatorial.

4.5 A recuperação do sentido da ditadura militar

Entre o conjunto de comentários levantados, aproximadamente 64 desses recuperam a memória social e coletiva, vivida ou recebida, como recurso testemunhal para validação das

narrativas apresentadas nos vídeos. Como exposto no tópico anterior, em certos comentários, os(as) usuários(as) reivindicam uma sobreposição da memória em relação à história, uma espécie de *status* de verdade atribuída aos relatos testemunhais como única fonte incorruptível capaz de escapar à manipulação como demonstra o comentário reproduzido abaixo, referente ao vídeo *1964: Brasil entre armas e livros*:

Escolham pessoas mais velhas para falar sobre o Regime Militar. Infelizmente, tirando o Olavo de Carvalho e, mais uns três historiadores que vocês escolheram para contar a História do Brasil, ainda nem nascido eram para realmente contar como foi. Ouviram o galo cantar em algum lugar, mas, não sabem nem o que aconteceu, porque até os livros da Biblioteca da Câmara não descrevem de forma parcial, existe um certo rancor dos antigos militares. Um abraço! (P., 2020).

Outro(a) usuário(a), dessa vez entre os comentários referentes ao *Guia Politicamente Incorreto*, responde a um comentário feito por outro(a) usuário(a) de forma a sobrepor a memória da experiência pessoal a qualquer conhecimento sistematizado:

Olá prezado. Me permita uma pergunta? Você viveu o período da "Odiosa ditadura", ou o que você sabe foi o que você leu num livro? Grato. (R.Z., 2019).

É possível observar, nos excertos supramencionados, que os(as) usuários(as) partem da memória da experiência para sobrepor a memória à história. Como diria Halbwachs (2004), uma memória que não é neutra, mas está ancorada em certos quadros de referências sociais, políticas, dentre outros.

Nota-se que há muitos comentários que ancoram-se numa memória social, material e moral, de valores e normas, muitas vezes assimilada no grupo familiar (HALBWACHS, 2004), diríamos reproduzidor de uma ideologia, na defesa de um Estado que foi eficaz no combate ao suposto perigo do comunismo, como observado nos comentários abaixo, referentes ao *Guia Politicamente Incorreto*:

Minha avó [...] que não é de se envolver em política sempre que eu toco no assunto ela cita claramente a palavra "comunistas" falando que eles eram um povo mal que queria acabar com o Brasil. (G., 2018).

Segundo meu pai, que viveu na ditadura durante toda sua juventude, só era preso quem era vagabundo, ele especificamente fazia o que queria, quando e como queria. (W.F., 2017).

Comentários representativos dessa questão são recorrentes também no vídeo da Brasil Paralelo:

Na *epoca* do regime militar *viviamos* muito bem nessa *epoca* sem nenhum probleminha meus avós e pais e eu criança adorava viver de forma tranquila, as pessoas eram mais *CORTÊS* uma com as outras. (A.S., 2020).

Os comentários citados também recorrem à família como suporte, como testemunha de um Estado bom e eficaz, inclusive ressalta que havia a garantia da liberdade individual, por exemplo, quando um(a) dos(as) usuários(as) ressalta o que o pai dizia: “ele especificamente fazia o que queria, quando e como queria”.

A representação estereotipada do comunista como inimigo também recorre ao grupo social familiar, como quando o(a) usuário(a) recorre à avó que falava dos comunistas como “um povo mal que queria acabar com o Brasil”.

Destaca-se ainda um modelo de educação e sociabilidade que não comporta o questionamento: “viver de forma tranquila, as pessoas eram mais *CORTÊS* uma com as outras” aproximando-se de uma memória oficial sobre o período que, retomando Jelin (2001), diríamos ser parte de uma visão construída pelo Estado ditatorial. Assim, o período é referenciado como uma época de educação, segurança e pleno emprego sob a égide desse Estado “bom”. A referência ao período ditatorial como uma “Era de Ouro” remete ao chamado “milagre econômico” que foi explorado pela ditadura na construção de uma memória oficial (Cardoso, 2012; Jelin, 2001) e foi retomado nos vídeos, especialmente no *Guia Politicamente Incorreto*, como na fala do ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, e acabam sendo referendados também nos comentários como observamos no comentário abaixo, concernente ao vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros* que também exalta o período como uma época de segurança, saúde e educação:

Muito Bom. Eu vivi um pouco da época em que os militares estiveram no poder e posso dizer que peguei uma Era de Ouro porque havia emprego, moradia, educação, segurança pública, saúde. Como civil nada a reclamar dos militares. Amei o documentário [...] (L.G., 2019).

O uso de um quadro de referência de uma sociedade calcada na mão forte do Estado, na obediência, é bastante ressaltado, considerando a “compensação” por uma sensação de estabilidade e segurança, como nos comentários a seguir, relacionados ao *Guia politicamente Incorreto* e ao *1964: o Brasil entre armas e livros*, nessa ordem:

Vivi e vivenciei este período dos militares. Um dos melhores tempos do Brasil. Mas é uma pena mesmo o Exército não ter feito como fizeram no Chile e Argentina. Lá sim prenderam, julgaram e executaram 30 mil guerrilheiros comunistas terroristas em cada país. Aqui infelizmente deixaram vivos a assumiram o poder. (M.P.S., 2018).

Brasil 64-82 foi o *paraiso* das pessoas de bem, e o que veio depois nosso inferno. (A.D., 2020).

Nos comentários acima, novamente vemos referências positivas à época da ditadura e, no caso do primeiro comentário, a partir da experiência vivida que também se próxima de uma memória construída pelo Estado ditatorial (JELIN, 2001), uma memória oficial sobre o período referendado como “Um dos melhores tempos do Brasil”.

Em outro comentário, referindo-se ao *Guia Politicamente Incorreto*, o(a) comentarista alega ter 60 anos, ou seja, viveu a infância e a adolescência durante a ditadura militar, portanto ainda estava em processo formativo. O(a) usuário(a) absorve uma ideologia oficial, que articula como sua, para falar da reivindicação de uma “experiência vivida” para justificar um negacionismo em relação ao período ditatorial:

Tenho 60 anos e vivi e muito bem aquela *epoca*, que, talvez tenha sido a melhor de nossa *historia*. *Nao* tivemos ditadura e sim *intervencao* e precisamos dela novamente e exterminar de vez com esquerdistas comunistas. Nova *Constituicao* com penas severas pois *so* assim aprenderemos como ser uma *nacao* de verdade. (V.S.N., 2018).

Com base em Halbwachs (1990) e Ricouer (2007), para quem a rememoração é um processo ativo, verificamos como os(as) comentaristas dos excertos acima partem de uma demanda no presente para mobilizar uma memória que é “exercitada”.

Outros excertos, como os destacados a seguir, invocam mais claramente a memória vivida para realizar uma espécie de “revisão ideológico” do passado ditatorial para evidenciar mudanças de posição, novos lugares de referência para julgar o passado e mobilizar uma memória, inclusive negando experiências vividas do lado da chamada “esquerda”. Como diria Halbwachs (2004), há um afastamento do grupo, de modo que há agora outros interesses no uso da memória (RICOUER, 2007) em favor de novas relações sociais e políticas. Vejamos o comentário a seguir, a respeito do documentário *1964: o Brasil entre armas e livros*:

Excelente! Vivi tudo isso, senti tudo isso, estava dentro do PT de 83 a 95. Fui líder estudantil, presidente de D.A, e tesoureiro de D.C.E., era iludido com o calhamaço de informações sutilmente distorcidas que recebíamos todos os dias, estive em quatro reuniões UNE/UNB, mas ao tomar conhecimento da formação de facções e "elites" dentro de um partido que já não tinha mais nada de trabalhista e popular, parti para outro rumo. Já não estava intoxicado e dependente desse ciclo vicioso. Tomei nojo dessa corja. Eu sei o quão certos vocês do Brasil Paralelo estão. Parabéns! Continuaremos lutando para reescrever a verdadeira história. (R.C., 2019).

Outro(a) usuário(a) no mesmo vídeo:

Era estudante universitária no final da década de 70 e só 40 e tantos anos depois eu descobri que eu vivi enganada todo aquele tempo. Não ouvia ninguém falando sobre o que realmente fez os militares tomarem o poder e que "ditadura" militar de fato nunca existiu, mas sim "regime militar" que cometeu muitos erros, sim, mas não foi o único. Eu sempre achei que os maus eram só os militares e que no outro lado estavam apenas os oprimidos e indefesos. Antes tarde do que nunca. Obrigada, Brasil Paralelo!!! (C.D., 2020).

No caso dos excertos citados há pouco, também é evidente a contraposição ou a filiação, do ponto de vista político e ideológico, a grupos aos quais esses indivíduos pertenceram no passado ou com aqueles com os quais se identificam no presente.

Considerando esses aspectos, verificamos que, em sua maioria, os comentários ancoram essas memórias em quadros ou grupos sociais de referência familiar e de caráter conservador, que atribuem à ditadura militar um sentido positivo, referenciando o período como uma época de plenos direitos sob a guarida de um Estado “bom” que perseguia apenas comunistas e esquerdistas (os maus cidadãos). Já, em outros comentários, como os citados acima, tomando como base Halbwachs (1990), diríamos que há um afastamento dos indivíduos dos seus grupos de referência no passado, ou seja, já não se identificam com um coletivo ou uma situação a qual viveram, esses indivíduos já não reconhecem as experiências vividas nesses coletivos do ponto de vista desses grupos, e sim, a partir de outras referências adquiridas no seu percurso e pertencimento a outros grupos.

4.6 A memória como elemento de disputa para conformação de um dado sentido da ditadura militar

Como visto até aqui, está subentendido nas narrativas dos dois vídeos o apelo à ditadura militar como necessário para proteger a nação cuja soberania foi ameaça pelo

inimigo externo – o comunismo – e que foi salva naquele momento pelos militares, muito embora a ameaça ainda se faça presente, agora como inimigo interno – o comunismo infiltrado – como demonstram os trechos a seguir, extraídos do *Guia Politicamente Incorreto*:

Portanto **a esquerda estava se preparando para tomar o controle** do país mesmo. No contexto de Guerra Fria, os Estados Unidos não *podia* deixar que isso acontecesse no seu quintal, num continente em que as pessoas podem chegar, em tese, andando, a pé, ou podem chegar de barco, numa canoa, certo? (GUIA, 2017, grifo nosso).²⁸

Se teve alguma qualidade da ditadura brasileira **foi ter nos afastado duma ditadura comunista**. (GUIA, 2017, grifo nosso).²⁹

A justificativa para o golpe, a partir de uma ameaça de golpe pela esquerda, também está bastante presente no documentário *1964: o Brasil entre armas e livros*, como no trecho a seguir, em que o jornalista Aristóteles Drummond comenta o papel desempenhado pela imprensa:

E eles se reuniram, a rádio Jornal do Brasil, a rádio Tupi e a rádio Globo. E aí vieram as estações do interior aderiram a esse programa diário defendendo a democracia e **alertando para o golpe que as esquerdas planejavam com o apoio do presidente João Goulart**. (1964, 2019, grifo nosso).³⁰

A discussão sobre a ameaça da identidade nacional que se apresenta de forma explícita (no caso do Brasil Paralelo) ou implícita (no caso do *Guia Politicamente Incorreto*), em confronto com o mundo livre e democrático contra a tirania e o controle do comunismo, é reforçada com comentários de figuras públicas como, por exemplo, o cantor Lobão:

Os militares foram forçados a intervir porque já estava uma baderna, o Jango decretou estado de sítio. *Tava* meio Venezuela, sabe, como tá agora? Não tinha porra nenhuma. Tinha caminhões chegando na rua *pra* dar açúcar, víveres para a população. Não tinha água, não tinha luz, sabe? Então você vivia assim... reforma agrária... minha mãe fala: “Ai meu Deus! Eu acho que a gente vai perder nosso sítio em Petrópolis”, saca? Essas coisas assim, classe média. Pequenos terrores da classe média. (GUIA, 2017).³¹

28 Fala do filósofo Luis Felipe Pondé.

29 Fala do jornalista Leandro Narloch.

30 Fala do jornalista Aristóteles Drummond.

31 Fala do cantor Lobão.

Entre o conjunto de comentários levantados, verificamos que os(as) usuários(as) ratificam essas informações e perspectivas negacionistas, revisionistas, anticomunistas e de contraposição à educação escolar, e continuam se amarrando numa memória familiar, nas visões de mundo de quem viveu, a partir de um quadro de memória conservador. Os excertos abaixo, referentes ao *Guia Politicamente Incorreto*, são representativos dessa questão. Vejamos:

Meu pai viveu o regime desde o começo ele me dizia:os militares eram duros na suas decisões mas eles gostavam das coisas corretas por isso o país crescia muito!!! eles não toleravam a bandidagem seja ela qual fosse e isso trazia muita confiança para os cidadãos que se sentiam seguros. (C.H., 2020).

Video sincero, e sem manipulação. Conheci a verdadeira "ditadura" brasileira por idosos que realmente viveram nesse tempo e sabiam cada detalhe dela, diferente dos terroristas zé fominha. (N.T., 2018).

Nos comentários do vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros* não é diferente a referência à memória vivida para validar perspectivas negacionistas, anticomunistas e revisionistas, como ilustram os trechos abaixo:

[...] Vivi 64, quantas mentiras, aliás é o que fazem sempre, mentir, mentir, mentir. Foram os melhores anos que o Brasil viveu. Morreram aqueles que não exitavam matar...nunca vi pessoas de bem morrerem por causa política. Anistia foi a maior traição com aqueles que combateram está praga chamada comunismo. (L.L., 2020).

No dia 31 de Março eu tinha 10 anos e me assustei ao ver o povo nas ruas comemorando e saudando os militares . Desde então, só vi o povo nas ruas comemorando igualmente, nas conquistas de copas . Nenhuma geração viverá em paz e feliz como eu vivi sob o governo dos militares. [...] (C.S., 2019).

Nos apropriando de Ricouer (2007), diríamos que há um “uso da memória” ligada à sua utilidade enquanto recurso para a reivindicação ideológica. Uma reconstrução pública e uma revisão ideológica da história que toma como fonte a memória e esta endossa um projeto político e social do conservadorismo como bandeira nacional, tendo a ditadura militar como modelo.

O uso apologético do passado, como ressalta Traverso (2012), translada-se para uma “paisagem memorial” de base conservadora que justifica a existência de governos autoritários

como uma necessidade, a exemplo das ditaduras no Cone Sul e, no caso do Brasil, sendo considerada uma ditadura mais branda, como vemos no trecho a seguir, relacionado ao *Guia Politicamente Incorreto*:

[...] a ditadura militar brasileira não sendo uma das ditaduras mais sangrentas (que nem a Argentina, Chile, *paraguai*) foi uma coisa boa para o Brasil, *pq* isso foi uma forma de fazer o povo dar a sua opinião e começar a fazer a diferença (M.E.S., 2019).

Como referenciamos no item 1.2, no vídeo do *Guia Politicamente Incorreto* é feita uma comparação entre a ditadura militar no Brasil e outras ditaduras militares do mesmo período na América Latina. Essa comparação é referendada pelos(as) usuários(as), como no comentário mencionado acima com o intuito de justificar e avaliar positivamente a ditadura no Brasil. Essa “justificação da ditadura” passa também pela exaltação e negação do caráter ditatorial do período, como no comentário abaixo, relacionado ao vídeo da Brasil Paralelo:

EM 1964 NÃO HOUE DITADURA,HOUVE SIM PROGRESSO
ORDEM,RESPEITO BAO POVO,FORA CONTRA O
ANARQUISMO,TERRORISMO QUE QUERIAM IMPLANTAR NO
BRASIL[...] (J.C., 2019).

Observamos, assim, que continua nos comentários uma recuperação de experiências vividas para negar o passado ou para revelar o sentido desse passado no presente (JELIN, 2001), como também podemos ver, no trecho a seguir, de um comentário sobre o vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*:

[...] fui jovem na época Médici, vivi toda minha juventude num regime militar, nunca uma ditadura, [...] estudei, trabalhei, me tornei um cidadão de bem, e pai de família Por outro lado, quem não queria trabalhar, era detido , preso por vadiagem , se bandido pagaria pelo crime sem mordomia, se fosse anarquista (político) quase sempre desaparecia ,, ou melhor era enterrado nos fundos da (DOPS) uma antiga delegacia carioca ,, Resumo,, andou direito? Vc vivia feliz e seguro.... Andou torto? _ adeus. [...] (G.L.D., 2019).

Verificamos, a partir da declaração do usuário, que este viveu sua juventude e parte da sua vida adulta durante a ditadura militar: “vivi toda minha juventude num regime militar [...] estudei, trabalhei, me tornei um cidadão de bem, e pai de família” e, a partir desses quadros de referência, a escola, o trabalho e a família, ele mobiliza essa memória como recurso testemunhal para validar as ações dos militares à época.

O período da ditadura militar adquire, dessa forma, um sentido positivo, em que os militares enfrentaram uma “ameaça” à sociedade considerada ética, moral e que precisa ser retomada. De modo semelhante, o(a) usuário(a) abaixo, ao comentar o vídeo da Brasil Paralelo, também reivindica uma memória referente ao período ditatorial, sob o qual viveu sua juventude e parte da sua vida adulta:

Parabéns, belo trabalho. Hoje com 68, agradeço aos Militares pelo tempo que no governo permaneceram. Após sua saída tivemos infelizmente o retorno de inúmeros anti-patriotas, ladrões, baderneiros, etc... que apenas o próprio interesse *visavam*. Felizmente estamos agora vendo a chama da liberdade, da democracia, voltando a instalar-se no país (L.B., 2020).

Evidencia-se uma noção de que a ditadura deveria ter sido mais severa, perseguindo, matando e torturando mais. Os excertos abaixo, levantados entre os vídeos do *Guia Politicamente Incorreto*, são representativos:

Os militares cometeram um único erro, foi esta Lei da Anistia. Nunca, nunca, nunca se deve negociar com TERRORISTAS!!! Veja no deu!!! (M., 2018).

Infelizmente, o Regime Militar, o brando, não fez como as DITADURAS comunistas que fuzilaram seus opositores sem julgamento e deu no que deu! Herança maldita para saquear o Brasil! Ainda dá tempo de consertar o estrago, MILITARES! (A.B., 2018).

Como ressaltam Halbwachs (2004; 1990), Ricouer (2007), Jelin (2001), Traverso (2012) e Calveiro (2006), não há memória social neutra. Como afirma Aróstegui (2004), “Toda especie de memoria colectiva em cuanto representativa de un grupo es la expresión de un *nosotros*, e esta ligada a los intereses de quienes la expresan” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 32-33).

Retomando Aróstegui (2004), diríamos que a visão da história e da memória como categorias relacionais ao passado são tomadas, nos comentários, como “autoafirmação” ou “autojustificação” de sujeitos e grupos sociais, como, de certo modo, fica evidenciado nos comentários a seguir relacionados ao *Guia Politicamente Incorreto* e ao vídeo da Brasil Paralelo, respectivamente:

Se existiu ditadura no Brasil nao sei porque nao vi. Devia estar vivendo em outro pais. Nos nao temos identidade pois nao sabemos o que somos e o que

queremos nesta terra chamada Brasil. E para psicanalista nos analisar (V.S.N., 2018).

Baoa Noite. Parabéns por trazer à tona a realidade dos fatos de nossa história, deturpados sistematicamente. [...] Quem viveu este período e é Patriota, concorda com estes fatos, que o documentário Brasil Paralelo narra. Eu sei porque vivi esta época. (J.S.S., 2020).

Assim, o “revisão ideológico” e o uso político da memória convergem para a legitimação de valores e normas de grupos sociais conservadores em um contexto de intensa luta política que vem sendo travada no Brasil atual. Considerando esse aspecto, os comentários abaixo, referentes à série *Guia Politicamente Incorreto*, são representativos desses valores e de grupos sociais conservadores que enxergam no Estado ditatorial militar um modelo e um caminho para a política no país:

Viva Carlos Alberto Brilhante Ustra, herói do povo brasileiro! (D.R., 2018).

A população esta acordando. Viva os Presidentes Gerais do Brasil, salvo toda a nação! (N., 2018).

amaldiçoado seja Geisel e Figueiredo. Viva Médice e Ustra!!!! 2018 clama por ordem, e por menos bandidos! É engraçado como os mesmos coitadinhos de antes são os mesmos que não roubaram, corromperam e acabaram com Brasil de atualmente! (S.A., 2018).

Não obstante, entre os comentários referentes ao vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros* também são recorrentes as declarações apologéticas à ditadura:

O maldito lixo comunista .. Deveriam ter sido exterminados ...viva o grande herói USTRA o terror dos verme comunistas (O.F., 2020).

O nosso lado conservador, acordou, vamos lutar, ou o comunismo chinês toma conta do Brasil. (A.P.B., 2020).

Intervenção militar AGORA única saída para o Brasil, ou preferem a escravidão socialista chinesa??? (A.SU., 2020).

Observa-se assim, as manifestações de conformação de sentidos do passado ditatorial em um cenário de confrontação e lutas políticas (JELIN, 2001), entendendo que os usos e abusos da memória (RICOUER, 2007) revelam, sobretudo, características do presente e perspectivas futuras na construção e na busca por determinados modelos de sociedade.

Estas são expressões do embate que se dá no campo midiático, especialmente na internet, em que a relação entre público e conhecimento histórico pode ser debatida à luz da história pública. A análise dos dados, a partir da memória em sua perspectiva social, demonstrou como uma memória que busca positivar a ditadura militar, expressa nos comentários, corresponde àquelas narrativas apresentadas nos vídeos. Assim, elementos comuns aos vídeos também comparecem nessas memórias: o anticomunismo e o anti-esquerdismo; a desvalorização do conteúdo aprendido na escola e críticas ao professor de história; o negacionismo e a legitimação do Estado ditatorial, como nos excertos a seguir, relacionados ao *Guia Politicamente Incorreto*:

FOI UMA DITABRANDA. E TEM MAIS, NÃO FOI UM GOLPE, FOI UMA INTERVENÇÃO, VISTO A QUANTIDADE DE ESPÍÕES E ARTICULADORES INTERNACIONAIS COMO OS POLONESES [...] que estavam aqui infiltrados para apoiar os guerrilheiros e os infiltrados no estado brasileiro que até hoje estão [...] (T.C.V., 2018).

Mais uma vez, a narrativa do vídeo é referendada nos comentários e, embora, como já discutimos no item 1.2, os participantes do vídeo tenham condenado a expressão “ditabranda”, utilizada em um editorial da Folha de São Paulo em 2009, no comentário acima o(a) usuário(a) recupera a expressão para qualificar positivamente a ditadura militar. Ficam evidentes as disputas pela memória a partir de uma perspectiva política que defende um projeto de sociedade em muitos aspectos coincidente com o período ditatorial, reivindicando uma memória oficial forjada durante o período: os militares que agiram para salvar o país; um período de prosperidade, segurança e valores morais. O comentário a seguir, no vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*, é representativo dessa questão. Vejamos:

[...] Os militares nos davam Segurança, liberdade, bastava andar com documentos, mesmo possuindo armas. Meu pai ia armado para outras cidades. Nunca foi bandido nem polícia. Apenas bandidos e comunistas temiam os militares. O povo teve trabalho, infraestrutura, saúde e educação, mas por isso houve um crescimento desordenado, com a migração do campo para as cidades, pelas oportunidades de emprego, pela energia, e os governantes não impediram o crescimento das favelas, que foram super dimensionadas nos governos de Esquerda ao fim do regime militar, causando uma classe de indivíduos sem chance, a mercê do crime. (S.C.S.G., 2020).

As disputas em torno de memórias da ditadura adquirem uma nova dimensão na atual conjuntura política e social do Brasil, como advertem Cardoso (2018) e Napolitano (2015), e,

considerando esse aspecto, o confronto entre diferentes memórias sociais sobre o período também aparece nos comentários.

Como já exposto, um conjunto expressivo de comentários analisados expressam memórias que referendam positivamente a ditadura militar. Por outro lado, dentre os comentários analisados, identificamos, ainda que em número bastante reduzido (aproximadamente três, entre os sessenta e quatro que remetem à memória como recurso testemunhal), comentários nos quais as memórias narradas são críticas à ditadura, como no exemplo abaixo, referente ao vídeo *1964: o Brasil entre armas e livros*:

Meus país , tios e muitos parentes viveram a ditadura, não se podia falar em democracia que se era considerado COMUNISTA. [...] e o Brasil em 1964 para se tornar "comunista" precisava do apoio das forças armadas, o que nunca ocorreria naquela ocasião. os grupos socialistas e comunistas existiam no Brasil, nada que as forças armadas não pudessem conter, ao invés disto instalou-se um período de sombras, de falta de liberdade, de covardias, de estupros acompanhados de torturas, não poderia ser democrata pela simples razão que ser democrata era o mesmo que ser comunista, este documentário ou filme não corresponde ao que eu ouvi de fontes vivas, e ao que os principais historiadores e pensadores escreveram e escrevem no Brasil e fora do Brasil. este filme é uma afronta a verdade, faz parte do movimento bolsonarista. [...] (C.C.T.H., 2020).

Enfim, podemos observar que há uma recorrência a memória, vivida ou recebida a partir de dadas visões de mundo, de quadros sociais que aparecem nos comentários como elemento de disputa na construção de sentidos da ditadura militar e que a maior parte desses comentários recuperam memórias individuais e coletivas com base em quadros sociais de natureza conservadora. O anticomunismo, o anti-esquerdismo, o “revisão ideológico” e o negacionismo são evidenciados no processo de recuperação da memória da ditadura. Esse processo se dá, no caso estudado, no âmbito da construção de uma narrativa pública sobre a história que, retomando Santhiago (2016), trata-se de uma história *para* o público e que, diria Malerba (2014), tem um objetivo distinto daquele inerente ao trabalho historiográfico. No campo da história pública a relação entre história e memória acaba sendo atravessada por novos elementos, dentre os quais destacamos o papel da internet na produção e difusão de narrativas históricas.

5 CONCLUSÃO

Os vídeos analisados podem ser considerados dentro da dimensão da história pública relacionada à produção de versões sobre a história, com o intuito de realizar uma revisão do conhecimento construído no âmbito da historiografia crítica, em seus diversos matizes, para atingir um determinado público. O uso de tecnologias digitais é otimizado para facultar esse “revisão ideológico” em um contexto de acirramento das disputas políticas e ascensão de grupos conservadores ao poder, principalmente a partir dos anos de 2010, e ainda em curso no país. Nesse contexto, comparece a reativação de uma memória social e política que recupera o anticomunismo e o nacionalismo que foi bastante apelativo durante a ditadura militar, aprendida/transmitida ao longo do tempo e instrumentalizada para validar as narrativas dos vídeos.

No seu conjunto, os vídeos nos conduzem a verificar que esses materiais foram projetados com o objetivo de estabelecer um “revisão ideológico”, ou seja, construindo uma narrativa histórica com base em uma visão ideológica, moral e valorativa pré-estabelecida sobre a ditadura militar no Brasil, ancorada na recomposição de memórias identificadas com um Estado autoritário, ressaltando a sua necessidade para a defesa da ordem nacional e contra a ameaça comunista. Essa “revisão” busca sustentação na negação ou contraposição à produção histórica sobre a ditadura militar que vem se desenvolvendo no país, bem como à educação escolar, na qual, segundo eles, essa produção historiográfica seria disseminada.

Dessa forma, há um forte apelo para a desconstrução do professor de história e do saber educacional, considerados defensores da ideologia de esquerda, de modo que, somente fora desse âmbito, seria possível conhecer a “verdade” sobre a ditadura militar. Assim, a validação da narrativa conservadora sobre a ditadura militar presente nos vídeos analisados passa, necessariamente, pela descredibilização da educação formal que se desenvolve, sobretudo, a partir do final dos anos 80 e durante os anos 90 do século XX.

Nos comentários, os(as) usuários(as) referendam os conteúdos desses vídeos para corroborar com as narrativas que lhes são apresentadas nessas produções, de modo que o anticomunismo, o anti-esquerdismo, a negação ou revisão da ditadura e a descredibilização da educação escolar também aparecem como elementos de destaque no conjunto de comentários analisados. Ainda, observamos o uso da memória e suas dimensões conflitivas quando usuários(as) recorrem a testemunhos próprios e dos seus próximos para

combater a memória de outros, possibilitando-nos a compreensão acerca dos usos políticos que se fazem do passado.

Assim, verificamos que há indicativos claros de disputas na construção de sentidos da ditadura militar quando os(as) usuários(as) mobilizam memórias individuais e coletivas como mecanismo de legitimação das narrativas desses vídeos. O apelo à memória do passado vivido ou recebido serve de ancoragem para sustentar o anticomunismo, o anti-esquerdismo, o “revisonismo ideológico”, o negacionismo e, ainda, a desvalorização do saber científico, escolar e do professor de história.

O uso político da história e da memória se torna evidente nos vídeos e comentários e está ligado a uma reconstrução participativa de representantes de memórias sociais e coletivas que se entrelaçam, visando o objetivo comum de realizar um “revisonismo” da ditadura militar no Brasil à luz de referências políticas e ideológicas de caráter conservador. Essas questões necessitam de mais estudos, sobretudo considerando que a luta contra a ditadura em nossa sociedade continua exigindo nossa atenção e acuidade, especialmente na área da educação, tendo em vista que hoje as mídias sociais têm ocupado uma função não só informativa, mas também educativa. O caso da empresa Brasil Paralelo é esclarecedor nesse sentido, uma vez que a pretensão educativa através do uso de mídias sociais digitais é objetivo claro e propagado pela empresa. Esses vídeos e comentários refletem a existência, em nossa sociedade, de grupos conservadores atuantes e dominantes nas mídias sociais digitais, representativos de memórias ideológicas com matrizes em quadros sociais construídos durante o período da ditadura militar, que têm agora a hegemonia do poder.

A construção de uma narrativa histórica, como nos vídeos que analisamos, não só sobre a ditadura militar, mas sobre a história do Brasil de uma forma geral, não é um fenômeno solto, descolado da realidade política e social brasileira, mas se configura como uma das frentes de batalha para a manutenção de uma sociedade pautada na exploração e na desigualdade. Como vimos, essas narrativas procuram, por meio da sua “versão” da história, naturalizar o capitalismo e individualizar as responsabilidades pelas mazelas sociais em uma mescla entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras no campo social, característico da nova direita brasileira.

Dessa forma, é preciso que estejamos atentos ao que vem sendo produzido e consumido sobre história nessa dimensão de uma “história para o público” que escapa ao rigor do método científico, da avaliação dos pares e da crítica especializada, sendo voltada para o consumo ou como aporte político-ideológico para esses grupos. Nesse sentido, o

crescente interesse da academia pela história pública tem proporcionado aos historiadores um campo para a reflexão sobre a relação entre a produção historiográfica e a sociedade, bem como para o estudo das diferentes formas de fazer e consumir história fora da produção especializada, mas, sobretudo, tem se mostrado como uma possibilidade para pensar os usos políticos e ideológicos da história e da memória.

Diante do discurso de combate à educação escolar e ao professor de história presente nos vídeos e aplaudidos em muitos comentários dos usuários, ressaltamos a nossa preocupação com os ataques que, tanto a educação, quanto a produção científica vem sofrendo nos últimos anos. Desde cortes de orçamento no âmbito governamental até ataques no plano da sociedade civil, como o Escola Sem Partido e o negacionismo em relação à ciência, que tem sido a tônica do Governo Federal e de uma parte da população no atual contexto de pandemia. Diante disso, o horizonte que se desenha é de luta e a internet é um campo de batalha estratégico, principalmente levando em consideração a relação entre internet e educação.

As discussões sobre o ensino de história hoje, precisam levar em consideração o ambiente virtual e as interações que nele se estabelecem. O contato dos(as) alunos(as) com temas históricos, mais do que nunca, também se dão fora da escola. O campo da história pública no Brasil, apesar de recente, como vimos, tem avançado no sentido de pensar essa relação de forma que os trabalhos que vem sendo desenvolvidos nessa área podem se configurar como suporte teórico para professores(as) que atuam na educação básica.

Da mesma forma, ao contrário do que as narrativas dos vídeos analisados fazem parecer (como se a historiografia apresentasse uma narrativa única, propagandística e, invariavelmente, “de esquerda”), a produção historiográfica sobre o golpe e a ditadura militar conta com um amplo e profícuo debate que se desenvolve desde os anos de 1970 explorando documentos, provas materiais, testemunhos e outras fontes que lançam luzes sobre esse período da história do país. Essa produção precisa estar à disposição de professores(as), alunos(as) e do público geral. Ela precisa transpor os muros das universidades e ser valorizada.

E, nesse sentido, de valorização e divulgação do conhecimento científico, é possível encontrar diversas iniciativas no próprio *YouTube*, que demonstram a possibilidade de abordagem de temas históricos para um público mais amplo pautando-se no conhecimento científico e acadêmico, como é o caso do canal *Leitura Obriga HISTÓRIA*, que existe desde 2015, formado pelos historiadores Icles Rodrigues e Luanna Jalles e pela cientista social

Mariane Pisani, inclusive sendo certificado pelo *Sciensevlogs* que, como tratamos, qualifica as produções de divulgação científica no *YouTube*.

Destacamos também as iniciativas que partem da Academia ou de comunidades acadêmicas que têm se preocupado em ocupar esse espaço. A Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) e a Rede Brasileira de História Pública (RBHP) são exemplos da presença de comunidades acadêmicas nesse ambiente virtual. E, mesmo que as produções veiculadas por esses e outros canais tenha como objetivo um público específico, a publicização de debates acadêmicos em um ambiente de fácil acesso ao público geral já aponta uma possibilidade de interação.

É importante ressaltar essas iniciativas porque o nosso trabalho tratou de um recorte específico, de um uso político e ideológico da história e da memória a partir desse ambiente digital embasando um projeto de sociedade conservador. Mas o *YouTube* é um espaço mais amplo e plural que pode e deve ser ocupado podendo se converter em um aliado no combate às narrativas revisionistas e negacionistas sobre a ditadura militar e tantos outros temas que atualmente vêm sendo pautados por grupos conservadores. A divulgação científica aliada à educação e à pesquisa histórica apontam um caminho para combate a uma memória e uma narrativa saudosista e perigosa sobre a ditadura militar.

A educação é um campo em disputa cujas batalhas se dão em diferentes espaços e a internet é um deles. Os grupos conservadores que têm se organizado e se fortalecido na última década, estão a postos. É preciso reagir.

REFERÊNCIAS

1964 – O Brasil entre armas e livros. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeos (2h 07 min 19 seg). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Alexandre Garcia. **Justiça de transição e a Comissão Nacional da Verdade do Brasil**: disputas de memórias e políticas de conciliação. Orientador: José Alves Dias. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Memória: linguagem e sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. **Pasado y memoria** Revista de Historia Contemporánea, nº3, 2004. p.5-58 Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/742/1/Arostegui-Retos%20de%20la%20memoria.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

AYROLLA, David. **O Projeto**. SCIENCEVLOGSBRASIL, 2016. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/sciencevlogs/2016/02/01/o-projeto/>. Acesso em: fev. 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: visões críticas do golpe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 103-122, 1997.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

BUZALAF, Márcia Neme. A construção estereotipada do comunista na produção 1964- o Brasil entre armas e livros. **Anais** do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Belém - PA – julho de 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2116-1.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 – o Brasil entre armas e livros (2019)”. **Anais VII Encontro Nacional de Estudos da Imagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Imagem – Londrina - PA – 2019b**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2019/index.php/anais/> Acesso em: ago. 2020.

CALVEIRO, Pilar. Los usos políticos de la memoria. In: CAETANO, Gerardo (org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, p. 359-382, 2006.

CARDOSO, Lucileide Costa. “Volta à ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964. **Contenciosa**, nº8, p.1-11, 2018. Disponível em:

<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/8594/12016>. Acesso em: jul. 2020.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)**. 1. ed. Cruz das Almas: Editora da UFRB, 2012.

CARVALHO, Roldão Pires; MARTINI, Mara Rovida. Escravidão e racismo: Análise sobre uma das abordagens dos grupos conservadores-liberais. **REGIT**, v. 10, n. 2, p. 39-57, dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revista.fatecitaqua.edu.br/index.php/regit/article/view/REGIT10-A3>>. Acesso em: fev. 2021.

CHAIA, Vera. Internet e eleições: as comunidades políticas no orkut nas eleições de 2006. **LOGOS 27: Mídia e democracia**. Ano 14, p. 127-140, 2º semestre 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12473/9670>. Acesso em: mar. 2020.

CHALHOUB, Sidney; Paulo, FONTES. História Social do Trabalho, História Pública. **Perseu**, Nº 4, ano 3, p. 219-228, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/185>. Acesso em: jul. 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v. 28, p. 123-144, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042010000100006&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: jan. de 2021.

DIAS, André Bonsanto. Um Brasil (em) Paralelo: as “verdades” da ditadura e sua historicidade mediada como um empreendimento político. In: **Anais... XII Encontro Nacional de História da Mídia**. Natal: UFRN, 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/12o-encontro-2019/gt-historiografia-da-midia/um-brasil-em-paralelo-as-201cverdades201d-da-ditadura-e-sua-historicidade-mediada-como-um-empreendimento-politico/view>. Acesso em: jan. 2021.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História Pública Brasileira e Internacional: seu desenvolvimento no tempo, possíveis consensos e dissensos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, maio/ago. p. 29-47, 2019. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/635>. Acesso em: jul. 2020.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O Cinema na História Pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, p. 133-148, 2016. FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 9, nº 20, abril, 2017, pp. p.5-p.74.

Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338151136002.pdf> Acesso em: fev. De 2021.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos, et.al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. *E-book*. ISBN: 9788522506675

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 24, nº 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882004000100003&script=sci_arttext Acesso em: nov. de 2020.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Paula Coruja da. **Expressões do(s) Feminismo(s):** discussões do público com a youtuber Jout Jout. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/158674/001022383.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: fev. 2021.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. Mídias e Divulgação do Conhecimento Histórico. **Revista Aedos**, n.11, v.4, p.129-140, set. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30643>. Acesso em: jul. de 2020.

FONTOURA, Odir. Narrativas Históricas em Disputa: um estudo de caso no youtube. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, 2020. p. 45-63. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862020000100045&lng=en&nrm=iso. acesso em: abr. de 2021.

FREITAS, Janio de. História à brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 de março de 2009. *Online*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200912.htm> Acesso em: nov. de 2019.

FRISCH, Michel. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, p. 57-70, 2016.

FUKUYAMA, Francis. ¿ El fin de la historia?. *Estudios públicos*, v. 37, n. 5, p. 31, 1990. Disponível em: https://www.cephile.cl/cep/site/docs/20191015/20191015170322/revista_estudios_publicos_37.pdf. Acesso em: jul. de 2020.

GOMES, Laurentino. **@LiraNeto_ Isto também aconteceu comigo e já pedi para que meu nome seja retirado da série. Faltou transparência na produção.** Abs solidário, 22 de outubro de 2017. Twitter: @laurentinogomes. Disponível em: Acesso em julho de 2020.

GUIA Politicamente Incorreto. Ep. 02 Ditadura à brasileira. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (3 min 58 seg). Publicado pelo canal The History Channel Brasil. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE&list=PLAr322Yg8UkCQrg8aRip815Qlb9VDczwl&index=1&t=2s>. Acesso em: 19 de março de 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Trad. de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa**. Dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Espanha, Siglo Vienteuno, 2001.

LIMA, André Nicácio. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 27, n. 54, p. 15–38, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/12336>. Acesso em: fev. 2021.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p.215-232.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. História, Memória e Geração: remissão inicial a uma discussão político-educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 55, p. 94-103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640463>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/692> Acesso em: 21 mar. 2020.

MASSARI, Luisa Medeiros; COSTA, Márcia Cristina Rocha; BROTAS, Antonio Marcos Pereira. A pandemia de covid-19 no youtube: ciência, entretenimento e negacionismo. **Revista Latinoamericana de ciências de la comunicacion**, São Paulo, v. 19, n. 35, 2020. p.245-256. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1688> Acesso em: abr. de 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245- 263, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882008000100012&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: jan. de 2021.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. Introdução 2016 In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, p. 11-20, 2016.

MELO, D. B. de. (Org.) **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, D. B. de. (Org.) **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, p.157-188, 2014b.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. **Marx e o marxismo**, v. 1, n. 1, 2013. p. 49-74.
Disponível em:
<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/11> Acesso em: set. de 2019.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Anticomunismo e antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Pato Sá; BOISARD, Stéphane (Org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, p. 75-98, 2019.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15esp, p. 9-44, nov. 2015. ISSN 1984-3356.
Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>>. Acesso em: fev. 2021.

NAPOLITANO, Marcos; JUNQUEIRA, Anne. **Como historiadores e professores devem lidar com negacionismos e revisionismos**. “Negacionismos e Revisionismos: o conhecimento histórico sob ameaça”. (Síntese dos debates e posicionamentos surgidos no evento promovido pelo Departamento de História da FFLCH / USP – Universidade de São Paulo), 2019.
Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5207773/mod_folder/content/0/NAPOLITANO%2C%20Marcos%20JUNQUEIRA%2C%20Mary%20Anne.%20Como%20historiadores%20e%20professores%20devem%20lidar%20com%20negacionismos%20e%20revisionismos..pdf?forcedownload=1. Acesso em: jul. 2020.

NARLOCH, Leandro. Desinteligência entre historiadores e série Guia politicamente incorreto da História do Brasil. Entrevista cedida à **Jovem Pan**, 23 de outubro de 2017. Disponível em: <https://blog.jovempan.com.br/paulacarvalho/tips/desinteligencia-entre-historiadores-e-serie-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/> . Acesso em: jul. de 2020.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

NETO, Lira. **Não sou disso**. Mas peço aos amigos que compartilhem e passem adiante esses esclarecimentos absolutamente necessário. 22 de outubro de 2017. Facebook: Lira Neto. Disponível em: <https://www.facebook.com/lira.neto.9/posts/>. Acesso em: jul. 2020.

NOIRET, Serge. História Pública Digital | Digital Public History. **Liinc em Revista**, v. 11, n. 1., p. 28-51, mai. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: dez. 2020.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: Projeto História, v. 10. São Paulo. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP**, p. 7-28, 1993.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. **Revista Brasileira de História**. v.39, nº 80, p.37-59, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-01882019000100037&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: ago. 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: verdade, memória...e justiça. **Historiae**, Rio Grande, v. 3, p. 65-84, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6861/3262-9122-1-PB.pdf?sequence=1> Acesso em set. de 2020.

PAULO, Diego Martins Dória. Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). **Rebela**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 101- 110, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://iela.ufsc.br/rebela/revista/artigo/os-mitos-da-brasil-paralelo-uma-face-da-extrema-direita-brasileira-2016-2020>. Acesso em: jan. 2021.

PENTEADO, Cláudio; LERNER, Celina. “A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff”. **Em Debate**, v. 10, n. 1, 2018. p. 12-24. Disponível em: encurtador.com.br/inAHW Acesso em fev. de 2021.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória: Antropologia, Escala e Memória**. Nº2. p. 4-23, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf) Acesso em: dez. de 2019.

PEREIRA, Mateus H. de F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, n.57, p.863-902, set./ dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752015000300863&script=sci_arttext Acesso em: set. de 2020.

POGGIO, Píer Paolo. **Nazismo y revisionismo histórico**. Madrid: Akal, 2006.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O mau professor de história segundo os “guias politicamente incorretos de história. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, v. 18, n. 31, p. 99 - 122, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5459>. Acesso em: ago. 2020.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O que pensam os alunos do ensino médio sobre o ensino de história apresentado no Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil de Leandro Narloch. **Diálogos**, Maringá, v. 19, n. 1, p.345-367, 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33817>. Acesso em: ago. 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010. p. 171-186 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: nov. de 2019.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Camila. '**Menos Marx, mais Mises**': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Orientador: Adrian Gurza Lavalle. 2018. 233f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Luzimary dos Santos. **Ditadura, memória e justiça**: “revolução” e golpe de 1964 transitam no ciberespaço. Orientadora: Célia Costa Cardoso. 2016. 147 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SANTANA, Diego Leonardo; MAYNARD, Dilton. O portal metapedia: revisionismo histórico e negacionismo no tempo presente. **Revista TransVersos**, n. 11, p. 23-41, dez. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/31586>. Acesso em: ago. de 2020.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (orgs.). **História Pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, p. 23-26, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 286- 309, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018286>. Acesso em: jul. 2020.

SANTOS, Silvia Alves do.; MALANCHEN, Júlia. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Orgs). **A crise da democracia brasileira**.Uberlândia: Navegando Publicações, p. 177-190, 2017.

SAVIANI, Dermeval. O golpe parlamentar e seus impactos na educação brasileira: a crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, Carlos; PRECITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. **A crise da democracia brasileira**. V. 1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

SCHWARCZ, Lilia. Entrevista cedida ao **O Globo**, 22 de outubro de 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/existe-um-ataque-todas-as-formas-de-educacao-diz-lilia-schwarcz-23361600>. Acesso em: jul. 2020.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A "boa memória": algumas questões sobre a historiografia brasileira contemporânea. In: SENNA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia contemporânea**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v. 1, p. 41-78.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; MELO, Demian Bezerra de; CALIL, Gilberto Grassi. (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia contemporânea**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação & Realidade**, v. 44, n. 3, 2019, p. 1-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n3/2175-6236-edreal-44-03-e84073.pdf>. Acesso em: fev. de 2021.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional? **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.1284-1312, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n3/2179-8966-rdp-9-3-1284.pdf> Acesso em: abr. de 2021.

SILVA, Diego Leonardo Santana. **Sobre o negacionismo no ciberespaço: a "enciclopédia alternativa" Metapédia e sua proposta de educação histórica**. Orientador: Dilton Cândido Santos Maynard. 2017. 92 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**. v.13, n.2, 2018. p.73-84. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430> Acesso em: jan. de 2021.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. Direitas nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo 1930-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUTELO, Luciana de Castro. **A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Universidade do Porto, Porto, setembro de 2009.

TELLES, Helcimara. (2016), A Direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2016. pp. 97-125. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/29895> Acesso em fev. de 2021.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia – as falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo104critica19-A-toledo.pdf Acesso em: nov. de 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. A democracia populista golpeada. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **1964: visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. 2ª ed. Campinas, SP. EDITORA UNICAMP, 39-58, 2014.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de março de 2009. *Online*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm> Acesso em: nov. de 2019.

YOUTUBEEDU. **Sobre**. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/educacao/about>. Acesso em: abr. 2021.

REFERÊNCIAS DOS COMENTÁRIOS

A.B. **Re**: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

A.D. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

A.M. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

A.O. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

A.P.B. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

A.S. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

A.SU. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

A.V.R. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

C.C.T.H. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

C.D. **Re**: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

C.F. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

C.H. Re: A LEI DA ANISTIA | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqBVk0M69XI&t=20s>. Acesso em: jan. 2021.

C.S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

D.1. Re: O PAÍS DA REPRESSÃO | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

D.D. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

D.D. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

D.R. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

E.C.D.R. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

E.M.R.S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

F.N. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

F.O. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

F.V. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

G. Re: E A AMEAÇA COMUNISTA? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IwAveathZyg&t=92s>. Acesso em: jan. 2021.

G.L.D. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

G.R. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

G.T. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

J.C. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

J.M. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

J.S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

J.S.S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

J.X. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

L.B. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

L.F. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

L.F. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

L.G. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

L.L. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

M. Re: A LEI DA ANISTIA | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqBVk0M69XI&t=20s>. Acesso em: jan. 2021.

M. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

M.A. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

M.A.L. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

M.E.S. Re: O BRASIL TEVE UMA DITABRANDA? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX5KBB9bF2E&t=31s>. Acesso em: jan. 2021.

M.M. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

M.P.S. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

M.S. Re: A LIBERDADE DOS ANOS 60 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yJhTubGn5Eg&t=77s>. Acesso em: jan. 2021.

N. Re: O PAÍS DA REPRESSÃO | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

N.T. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

O.F. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

P. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

P.R.S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

R.C. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

R.G.S.S. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

R.M. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

R.O. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

R.Z. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

S.A Re: A LEI DA ANISTIA | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZqBVk0M69XI&t=20s>. Acesso em: jan. 2021.

S.C.S.G. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

S.S. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

T.C.V. Re: O BRASIL TEVE UMA DITABRANDA? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX5KBB9bF2E&t=31s>. Acesso em: jan. 2021.

T.W.C. Re: ELES NÃO SALVARAM A DEMOCRACIA | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r0a0ABkp-Y4&t=43s>. Acesso em: jan. 2021.

V.S.N. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

V.S.N. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

W.F. Re: EXISTE “POUCA MORTE”? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OamlGp5GTrQ&t=25s>. Acesso em: jan. 2021.

W.S. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

W.S. Re: O BRASIL TEVE UMA DITABRANDA? | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UX5KBB9bF2E&t=31s>. Acesso em: jan. 2021.

W.T. Re: BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.

Z.F.G. Re: 1964 - O Brasil entre armas e livros (FILME COMPLETO), 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=X_HC8aCrHdA. Acesso em: jan. 2021.

Z.W. **Re:** BRASIL, 1968 | DITADURA À BRASILEIRA | GUIA POLITICAMENTE INCORRETO | HISTORY, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0-10eThuDE>. Acesso em: jan. 2021.